

## Avança a mobilização para a jornada da CGTP



# Dia 7 de luta

Trabalhadores de vários sectores e empresas, em luta por salários justos, contra a precariedade e em defesa de direitos ameaçados, vão participar em acções convergentes. Cumprindo a decisão anunciada no 1.º de Maio, o dia 7 de Junho vai ser marcado por concentrações, greves e plenários.

Pág. 5

## Colectividades com futuro



Comunistas  
confiam  
na força  
das ideias  
justas  
e do  
trabalho  
comum

Entrevista com  
Carlos Rabaçal  
e Alfredo Flores

Centrais Pág. 25

## O heroísmo das mulheres na Comuna de Paris

### Uma importante herança



### PCP interpela Governo

#### Serviços de qualidade

Os serviços públicos estão hoje em debate na AR. Para o PCP, de quem partiu a iniciativa de interpelar o Governo, a situação exige uma alteração profunda na política de prestação destes serviços, garantindo qualidade e segurança.

Pág. 12

### Eleições em Chipre

#### Vitória dos comunistas

O Partido dos Trabalhadores Progressistas (AKEL), de Chipre, venceu as eleições de domingo, conquistando 20 dos 56 lugares do Parlamento. A reunificação do país é uma prioridade para os comunistas.

Pág. 23

### Escolaridade na União Europeia

#### Portugal do insucesso

Um em cada dois jovens portugueses deixa de estudar no final da escolaridade obrigatória, o que faz do nosso país um «campeão» europeu do insucesso escolar. O Eurostat revela que Portugal não é um país de doutores.

Pág. 21

**Avante!**  
Profetários de todos os países  
UNI-VOS!

PROPRIEDADE  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.  
Capital social:  
15 000 000\$00.  
CRC matrícula: 47058.  
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93  
E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

Director  
José Casanova

Chefe de Redacção  
Leandro Martins

Chefe Adjunto  
Anabela Fino

Redactores  
Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lígia Calapez  
Margarida Folque

Gratismo  
José Araújo

Fotografia  
Jorge Caria  
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 923 99 21  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS\*  
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL  
(Continente e Regiões  
Autónomas)  
50 números: 9 000\$00  
25 números: 4 600\$00

EUROPA  
50 números: 23 000\$00

EXTRA-EUROPA  
50 números: 33 000\$00

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



Cerca de 500 construtores da Festa do Avante! convivem na Atalaia

## Resumo

### 23 Quarta-feira

O Sindicato dos Professores da Zona Sul encerra o ciclo de concentrações simbólicas em frente ao Ministério da Educação, em defesa de melhores condições de trabalho • A FLEC liberta os cinco portugueses que desde 3 de Abril mantinha nas matas da região • Os líderes Taliban do Afeganistão aprovam um decreto que obriga todos os não muçulmanos a usar um emblema amarelo nas roupas • José Jorge Letria é declarado vencedor absoluto do Prémio Aula de Poesia de Barcelona pelo trabalho desenvolvido em «Os Mares Interiores» • O Bayern de Munique conquista a Liga dos Campeões, vencendo o Valência por 5-4.

### 24 Quinta-feira

Os cinco portugueses reféns da FLEC chegam a Portugal • Vinte e um reclusos do Estabelecimento Prisional de Coimbra enviam os seus bilhetes de identidade e uma carta ao Presidente da República em protesto contra a falta de condições e violação de direitos nas cadeias • Os trabalhadores dos postos de abastecimento de combustíveis admitem recorrer à greve, caso a Associação Nacional de Revendedores de Combustíveis não tome em conta as reivindicações salariais dos trabalhadores • A procuradora-geral do Peru, Nelly Calderon, apresenta perante o Congresso uma acusação de homicídio qualificado contra Fujimori, por ter sido co-autor do assassinio de 15 pessoas em 1991.

### 25 Sexta-feira

A Associação dos Profissionais da Guarda critica a determinação do comandante do Grupo Territorial de São João da Madeira «no sentido de pressionar o efectivo» da GNR «para uma postura mais repressiva na sua actuação» • A Fenprof emite um comunicado defendendo o fim das provas aferidas a nível nacional • A UNITA entrega as crianças que raptou durante o ataque a Caxito à missão católica de Camabatela • Um motim de uma centena de soldados da Geórgia desencadeia um alerta de segurança e alegações de uma tentativa de golpe de Estado • O fotógrafo cubano Alberto Díaz, autor da mítica imagem de Che Guevara, morre em Paris, aos 72 anos de idade.

### 26 Sábado

A Federação Nacional dos Médicos alerta o País para uma greve nacional a realizar nos dias 11, 12 e 13 de Junho, em protesto contra a «instrumentalização dos médicos» e a política de saúde do Ministério • O ex-governador do estado mexicano de Quintana Roo, Mário Villanueva, foi detido pela polícia de Cancun, após mais de dois anos de fuga à justiça por suspeita de colaboração com os car-

téis narcotraficantes • Os países da Organização da Conferência Islâmica anunciam cessar «todos os contactos políticos» com o governo israelita «enquanto prosseguir a agressão contra o povo palestino» • A crise política agrava-se na Indonésia após o Conselho de Ministros ter terminado em desacordo entre o chefe de Estado, Abdurrahman Wahid, e a vice-presidente, Megawati Sukarnoputri.

### 27 Domingo

Os construtores da Festa do Avante! participam num almoço-convívio na Quinta da Atalaia dando início às jornadas de trabalho para a construção da Festa • Os deputados do PCP ao Parlamento Europeu exigem que a comissão de agricultura atribua ajudas compensatórias a fundo perdido aos olivicultores da região transmontana • Os fiscais e polícias municipais ameaçam partir para a greve se o Governo alterar o estatuto de aposentação no sentido de aumentar a idade de início da reforma • Partidos da oposição parlamentar de África discutem em Joanesburgo assuntos ligados com a reforma agrária e com a redistribuição da terra • Dois membros do Movimento para a Mudança Democrática (MDC), partido da oposição, são raptados no Zimbábue por guerrilheiros apoiantes do governo.

### 28 Segunda-feira

O Sindicato Nacional dos Professores Licenciados ameaça avançar com pré-aviso de greve para os dias 12 e 18 de Junho caso o Ministério da Educação «não apresente por escrito, uma base negociadora credível até 5 de Junho» • O Partido Comunista do Chipre (AKEL) vence as eleições legislativas na com 35 por cento dos votos • Um tribunal do Ruanda condena dez pessoas à morte e 23 a prisão perpétua, acusadas de liderar o genocídio de 1994, durante o qual morreram mais de 500 mil pessoas • A UNITA reivindica a morte de 102 militares governamentais e de cinco namibianos em combates em Angola.

### 29 Terça-feira

O PCP apresenta projecto que define Grandes Opções de Política de Segurança • O presidente da CM do Porto comunica ao arquitecto Siza Vieira que o seu projecto, encomendado pelo Porto 2001, terá de ser reformulado • Os ministros da Justiça dos estados membros da EU redigem protocolo que obriga as entidades bancárias a abrir o sigilo bancário quando solicitadas pela investigação criminal • O antigo ministro do Interior francês, Charles Pasqua, é interrogado sobre «recepção abusiva de bens sociais» e tráfico de influências.

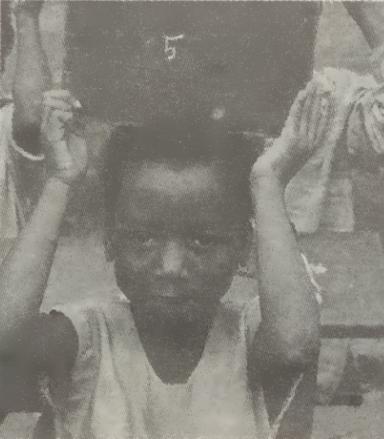
## Aconteceu

### Crianças africanas

Dezenas de responsáveis políticos e especialistas internacionais reuniram no Cairo para debater o futuro da infância no continente africano, assolado por guerras, pobreza, SIDA e escravatura.

O primeiro Fórum Pan-Africano sobre o Futuro da Criança em África realiza-se perante um panorama desolador, com milhões de crianças a serem alvo de algum tipo de escravatura, estando também envolvidas em guerras e no trabalho infantil, sofrendo igualmente abusos sexuais e doenças, entre elas a SIDA.

Dados divulgados no início da conferência dão conta de que cerca de



120.000 crianças participam como soldados em vários conflitos no continente e que mais de 180.000 são refugiadas.

O panorama agrava-se quando 32 por cento dos cerca de 250 milhões de menores de 14 anos que se crê serem obrigados a trabalhar em todo o mundo o fazem em países africanos.

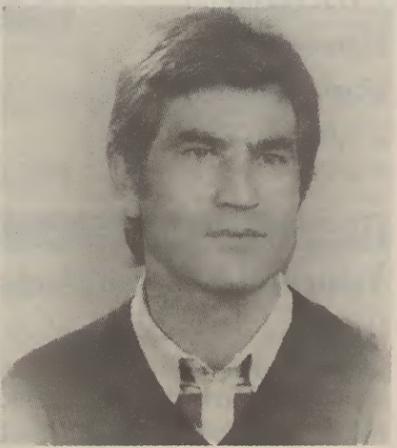
Muitos são órfãos que perderam os pais na guerra ou em consequência da SIDA, que mata diariamente cerca de 5.000 cidadãos africanos.

O Fórum é organizado pela Organização da Unidade Africana (OUA), em colaboração com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e visa «implicar de forma mais eficiente os governos, a sociedade civil e os jovens na defesa dos direitos das crianças».

### A morte de Meirim

Faleceu, com 66 anos de idade, Joaquim Meirim, um treinador que marcou uma época do futebol português, pelos métodos inovadores que introduziu e que, na época, tiveram o efeito de uma «pedrada no charco».

As posições que assumiu, quer a nível sindical quer a nível político (era conhecida a sua ligação ao PCP), viriam a contribuir, após um período de ascensão meteórica, para a sua marginalização por parte dos dirigentes dos clubes.



## Relatório sobre Saúde

A governação em Saúde é descontínua, em orientações e prioridades, dá pouca importância ao conhecimento técnico e «não consegue concretizar medidas já socialmente negociadas, politicamente assumidas e legalmente em vigor». A conclusão surge no primeiro Relatório de Primavera do Observatório Português dos Sistemas de Saúde (OPSS), hoje divulgado, no qual se pretende analisar a evolução do sistema de Saúde português, desde a sua criação, através das políticas de governação seguidas e do funcionamento da administração de saúde.

As conclusões do documento são fran-

camente negativas, sustentando-se que o poder político «subestima as dificuldades e as especificidades da governação em saúde».

A actuação do governo socialista na última legislatura é também objecto de análise do documento, que considera ter-se «acentuado nos últimos dois anos» uma cultura política de «governo directo, em que se centralizam a nível político decisões operacionais próprias da administração», cuja contrapartida é o acentuar-se da «desresponsabilização da administração da saúde aos diferentes níveis, acabando por agravar as disfunções do sistema».

O relatório aborda ainda matérias como a administração pública na saúde, na qual existe um «défice de diferenciação, qualificação e democratização», a falta de «rigor» do sistema de saúde público no que toca a gastos com medicamentos e a posição do cidadão contribuinte-utente. Um interveniente no sistema que, de acordo com o documento, ganha cada vez mais consciência dos seus direitos de acesso a informação, opções de tratamento e a que lhe sejam prestadas contas o que, «para a governação e administração da saúde portuguesa é ainda, em grande parte, contracultura».



## Bairros sociais

A droga é, para 47,5 por cento dos moradores, o principal problema dos bairros sociais do Porto, segundo dados do Estudo Socioeconómico da Habitação Social no Porto, apresentado sexta-feira passada.

De acordo com aquele estudo de recenseamento da população residente nos 39 bairros municipais portugueses, apenas 0,1 por cento dos moradores apontou a existência de pobreza e ou pessoas pobres como problema dos bairros, embora o estudo

aponte que a pobreza atinge 38,6 por cento das famílias recenseadas.

Mais de metade dos agregados familiares (62 por cento) declarou um rendimento mensal inferior a dois salários mínimos, o que poderá resultar do facto de 24,6 por cento se declararem operários ou artesãos e 37,7 por cento serem «trabalhadores não qualificados».

A verdade é que, num universo de mais de 40 mil pessoas, que corresponde a cerca de 15 por cento da população do Porto, 23,7

por cento está reformado ou é pensionista e 12,6 por cento encontra-se desempregado.

No entanto, a maioria das pessoas demarcou-se da imagem de ser pobre, referindo pertencer à classe baixa/média.

O nível de escolaridade da maior parte da população recenseada, com 14 ou mais anos, não vai além do 4.º ano de escolaridade (61,6 por cento), enquanto que a percentagem de pessoas que não sabe ler ou escrever é de 9,8 por cento.

## Crónica

## Internacional

• Carlos Aboim Inglez

Do virtual  
ao real

Na Resolução Política do nosso XVI Congresso, sobre a situação internacional começou-se por caracterizar a situação económica do capitalismo, e ao abordar a crise económica de 1997-99 e suas sequelas, afirmava-se que «a maior ameaça localiza-se agora nos Estados Unidos». Sucessivos dados vêm desde então confirmar a objectividade do que se afirmou - mas agravam os prognósticos. São os números reais a desmistificar o mundo do virtual.

Em 11 deste mês o *Financial Times* publicou o seu elenco das 500 maiores empresas mundiais, em que largamente prevalecem (239) as norte-americanas. Repositório riquíssimo, de que aqui apenas «pescamos» alguns dados sobre um dos maiores tubarões, a conhecida

*Cisco Systems*, uma das eminências das tecnologias da informação (T.I.) da chamada «Nova Economia». O *FT* reporta os dados a 4 de Janeiro, mas alguns actualiza-os para 30 de Abril último. É o caso da *Cisco*. Em Janeiro ainda ocupava o 2.º lugar do

top, atrás apenas da *General Electric* (esta recuperou o 1.º posto, destronando a *Microsoft* para 5.º). Mas em 30 de Abril já a *Cisco* tombara de 2.º para 21.º lugar do ranking!

A chamada «capitalização bolsista» do colosso, avaliada em 500 mil milhões de dólares na primavera de 2000, emagreceu para 304 m.m. em Janeiro e ainda mais em Abril de 2001: só 125 mil milhões. Isto é: num ano sumiram-se 350 mil milhões de dólares, uma quebra de 75%. Não é caso único, longe disso.

O *The Wall Street Journal*, de 15/5/01, titula na sua 1.ª página: «As principais companhias dos E.U. tropeçam nos piores lucros numa década.» E fornece dados também significativos. O rendimento líquido de 1.433 apuradas, das 1700 habitualmente examinadas cada trimestre, caiu a pique 42% relativamente ao 1.º trimestre (1.º T.) de 2000, descendo de 102 mil milhões para 58 mil milhões - quebra maior (mais do dobro) da que já se verificara no último trimestre de 2000. A já referida *Cisco*, de 641 milhões de lucros no 1.º T. 2000, passou a perdas de 2,7 mil milhões no 1.º T. 2001. Outro colosso das T.I., a *Lucent*, ainda bateu o record da *Cisco*, passando de lucros de 755 milhões para perdas de 3,7 mil milhões. E no top das maiores perdas, segue-se outro dos colossos das T.I., a *Intel*, que perde comparativamente 2,2 mil milhões de dólares. O precipício da tão celebrada «Nova Economia» é bem patente na curva do índice bolsista *Nasdaq* (ver gráfico).

Citemos apenas mais um caso, também não único, antes típico: a célebre *Amazon.com*, a maior e talvez mais antiga livraria da Internet. O *Público* de 16/4/01 titulava: «*Amazon.com* reanima a Wall Street». Calcule-se porquê? Num só dia, o «valor» das suas acções na bolsa subiu 35%, atingindo o preço unitário de 11,3 dólares. Isto porque as suas vendas no 1.º T. 2001 terão sido de 695 milhões de dólares, quando se esperava só 670. E assim os prejuízos do trimestre terão ficado por uns 159 milhões de dólares - sem incluir cerca de 100 milhões gastos com as reestruturações e despedimentos! Mas, apesar daquela extraordinária subida de 35% num só dia, aquele «valor» então alcançado fica ainda assim 80% abaixo do pico atingido quando do auge das «dot.com» em Wall Street. E note-se bem: a *Amazon.com* nunca teve em toda a sua vida um único trimestre com lucro!!!

Não cabem neste escasso espaço referência a outros dados reais, não menos, mas talvez mais estruturantes da crise em curso nos EUA. Citemos apenas palavras recentes do timoneiro do FED, *Alan Greenspan*: «A redução do ritmo de crescimento económico [nos EUA] ainda não terminou e não há garantias que o arrefecimento económico não seja mais importante que o previsto, necessitando de um novo alívio da política monetária» (*Público*, 26/5/01). Mais aspirinas para uma pneumonia aguda. O pior é que os espirros de Wall Street infectam os EU e o mundo. Isto é: todos os seres humanos vão sofrer ainda mais com estas coisas deste capitalismo, que dizem «humanitário» e «supra-sumo da civilização»...

## Editorial

## AO ASSALTO DO CÉU

De 18 de Março a 28 de Maio, comemorou-se o 130.º aniversário da Comuna de Paris. Acontecimento histórico sem precedentes - pela primeira vez na história da humanidade o proletariado assumiu o poder, encetando o caminho da construção de uma sociedade nova - o exemplo da Comuna de Paris marcou de forma impressionante toda a história do movimento operário internacional.

Lançando-se «ao assalto do céu», nas palavras de Marx, os operários parisienses foram protagonistas do acto de maior modernidade, até então, da história da humanidade. Pela primeira vez, os explorados contrapunham, na prática, o seu projecto de sociedade nova ao velho sistema baseado na exploração do homem pelo homem. Como escreveu Marx, o governo da Comuna «era essencialmente um governo da classe operária, o resultado da luta da classe dos produtores contra a classe dos apropriadores». E o Manifesto da Comuna, a 18 de Março de 1871, proclamava: «O proletariado compreendeu que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar nas suas mãos o seu destino e assegurar-lhe o triunfo com a tomada do poder.»

No curto espaço de setenta e dois dias, o governo da Comuna levou por diante um conjunto de medidas que constituí-

“O exemplo  
da Comuna de Paris  
marcou toda  
a história do  
movimento operário  
internacional”

am os alicerces de um Estado de *tipo novo*, de uma forma nova e jamais tentada de organização democrática da sociedade - marcada por um conceito exemplar de exercício do poder e por um conteúdo amplamente participativo, norteadas por preocupações sociais, patrióticas, culturais só possíveis na base de um governo operário e autenticamente popular.

As conquistas políticas, sociais, culturais, civilizacionais da Comuna de Paris e o processo transformador por ela anunciado e iniciado, constituíram, na observação de Lênine, «uma ameaça mortal para o velho mundo fundado na sujeição e na exploração. Essa a razão por que a sociedade burguesa não podia dormir tranquilamente enquanto a bandeira vermelha do proletariado flutuasse na Câmara Municipal de Paris». Essa a razão da conjugação de todas as forças disponíveis dos donos do «velho mundo» para liquidar brutalmente o mundo novo que ousava despontar. A ofensiva, marcada por profundo ódio de classe, teve consequências trágicas: «cerca de 30 mil parisienses foram massacrados (...) perto de 45 mil foram presos, sendo muitos deles depois executados e milhares deterrados ou enviados para trabalhos forçados. No total, Paris perdeu cerca de 100 mil dos seus filhos e entre eles os melhores operários de todas

as profissões» - porque, como incisivamente acentuou Lênine, «só os operários permaneceram fiéis à Comuna até ao fim. (...) Apenas os proletários apoiaram sem medo e sem desânimo o seu governo, só eles combateram e morreram por ele».

Marx e, depois, Lênine, analisando a situação, explicaram as razões e tiraram lições do insucesso da Comuna. A necessidade de a classe operária ter uma organização revolucionária e uma ideologia revolucionária emerge, nessa análise, como questão fundamental. A difícil tarefa de construção de uma sociedade nova, de transformação do actual sistema dominante num sistema liberto de todas as formas de opressão e de exploração - carecendo, sem dúvida, da conjugação de uma vasta e complexa rede de forças, de esforços e de vontades - impõe a existência de partidos da classe operária e de todos os trabalhadores, de partidos comunistas portadores de uma ideologia e de um projecto transformadores.

Da experiência da Comuna ressalta igualmente a importância, a utilidade e a indispensabilidade da luta - mesmo quando ela não só não conduz de imediato à vitória como se traduz, até, numa derrota. Mostra a história que todas as conquistas e avanços dos trabalhadores e dos povos foram alcançados através da luta e que a construção de uma sociedade nova é um processo difícil e complexo, com avanços e recuos mas no qual, cada tentativa - mesmo que derrotada - é sempre um passo em frente pelas sementes de futuro que deixa. Na Revolução de Outubro vimos, dezenas de anos depois, flores e frutos das sementes lançadas à terra pela Comuna de Paris.

A maioria da comunicação social, cumprindo a preceito a função que lhe está destinada, (quase) ignorou a efeméride. Na verdade, a importância e a actualidade da Comuna de Paris continuam a incomodar... particularmente os proprietários dessa comunicação social, sucessores directos dos interesses da classe que massacraram os *communards* - e que, através do «Figaro», há 130 anos, incitava assim a barbárie: «Vamos, gente honesta! Dêem uma ajuda para acabar com a peste democrática e social.»

Os valores e os ideais pelos quais se bateram e morreram os operários da Comuna continuam a ser hoje alvos permanentes da ofensiva da classe dominante. A difusão das ideologias da passividade, da renúncia, do egoísmo, do individualismo - que constituem alimento fundamental para a continuação e intensificação da injustiça, da desigualdade, da opressão e da exploração - constitui uma das linhas de combate a esses valores e ideais.

Valores e ideais de justiça social, de liberdade, de igualdade, de democracia, de soberania nacional - e que, por isso mesmo, permanecem vivos e actuais; e que, por isso mesmo, são instrumento de luta e fonte de força para todos os homens e mulheres que persistem no combate por uma sociedade nova, justa, humana, fraterna e livre e que não desistem de, todos os dias e um dia, se lançarem «ao assalto do céu».

## Actual À volta do queijo

• Jorge Cordeiro

O episódio Campelo na viabilização do Orçamento de Estado já tinha dado conta da relação de princípios que regulam a relação do PS com o poder: disposto a tudo, sem regras e sem que conheça os limites do razoável desde que isso o conduza ou o agarre ao poder. Pelo que o episódio que ficou conhecido como o do «orçamento do queijo» tende a evoluir para sistema. As declarações de Armando Vara, coordenador das eleições autárquicas do PS, dando conta da disposição e mal disfarçado empenho do PS em acolher o actual presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima eleito pelo Partido Popular na lista do PS às autarquias é reveladora do pântano em que o PS está atolado. E elucidativo dos valores que presidem e do crédito que pode



merecer uma proposta autárquica que assenta a sua orientação em actos de aliciamento junto de todos os que julgam susceptíveis, à força do cheiro do poder, de se deixar comprar.

Um dia se escreverá direito sobre os mal desmentidos actos de aliciamento directo então realizados por parte de altos responsáveis do PS a Campelo para viabilizar o Orçamento e a sua relação sobre as notícias de agora quanto a uma eventual passagem do dito deputado à condição de independente na Assembleia da República. Em breve se esclarecerá se a operação urdida não tem em vista garantir, num formato dois em um, aquilo que está ensejado: tortuosamente tentar conquistar um novo município e alcançar a maioria parlamentar que lhe foi recusada pelo voto.

A retórica sobre um novo estilo e uma nova ética que preencheu os primeiros tempos de governação e os discursos repetidos sobre o desapego ao poder que regularmente Guterres não perde ocasião de ensaiar, morrem desmentidos dia a dia pelos actos e atitudes. Sinais dos tempos da indistigável fraqueza que enredam o governo e o PS, a arrogância e o abuso do poder que ostentam evoluem na razão directa da erosão e do descrédito político que os atinge.

E se é verdade que o empirismo popular criou ao longo dos tempos a ideia, não comprovada, de que o consumo de queijo afecta a memória, a recente experiência dos efeitos do mesmo na política está a encarregar-se de provar a rapidez e eficácia com que liquida o pouco que resta em matéria de coerência e de compostura por parte do partido do Governo.

## Pokémon

• Carlos Gonçalves

Pokémon – um nome que vem de pocket-monster (monstro de bolso) – é uma série televisiva infantil em que os heróis são incontáveis pequenos monstros de inultrapassável perversidade e violência.

Globalizados os pokémons tornaram-se um novo paradigma do vale tudo.

É por isso que certos factos da política nacional parecem episódios Pokémon.

É o caso da recente surtida de Cavaco contra o Governo PS e as suas políticas económicas, que prosseguiu o ataque contra o «Monstro Orçamental» – um verdadeiro sucesso político-mediático.

E desde logo, é curioso, por que raio tanto sucesso(?) – as críticas de Cavaco não são mais conservadoras, ou originais, que outras do mesmo sector, são até menos sérias, porque escamoteiam responsabilidades próprias e do PSD nesta situação – o colete de forças da convergência monetária, a substituição da produção nacional pela estrangeira, a economia de casino, a polarização da riqueza, o endividamento – e em sucessivos Orçamentos – o PSD absteve-se nos OEs de 97, 98 e 99.

Mas os modismos do poder mediático decidiram que a aventesma cavaquista é menos «frouxa» que outras do mesmo quadrante, e claro, menos «perigosa» que as propostas consequentes que o PCP preconiza à esquerda.

PS, PP e muitos barões-pokémon do PSD promovem o protagonismo cavaquista, porque assim debilitam a liderança de Barroso.

É certo que o PS/Guterres é obrigado a dar combate às diatribes de Cavaco, mas a sua maior preocupação é que, sendo as suas políticas da mesma família de monstros das propostas de Cavaco – redução de salários reais, pensões e prestações sociais, privatizações e aumento dos lucros dos grupos económicos – há que marcar distâncias, para que não venha mais tarde Cavaco cobrar que o PS fez aquilo que ele propôs.



O próprio Barroso vem às carreiras patrocinar as posições de Cavaco, apesar de diferenças de pormenor, porque há que segurar apoios e porque, no fundo, o PSD, como o PP ou o PS/Guterres, visam, com nuances, continuar heróis-pokémon do grande capital.

E Cavaco insiste nos raids-pokémon para manter o PSD amarrado aos seus objectivos, como no «tabu» e na «colaboração» perversa com os seus sucessores, cavalga o modismo dos *media* para branquear as suas monstruosas responsabilidades políticas e para fazer como o «Pikachu», um pokémon de mil vidas, e tentar de novo a Presidência.

Mas tal qual um outro pokémon – o «Ditto» – repetirá sempre o mesmo caminho – do sucesso à arrogância e da arrogância ao absoluto fracasso.

## A verdade nua

• Leandro Martins

Tem desde há muito havido uma relação estabelecida entre a nudez e a verdade e há mesmo uma série de provérbios a atestar essa ligação que faz da roupa um atentado contra a decência primitiva que será andar nu. «O hábito não faz o monge», diz-se, desacreditando o hábito e não, porventura, o monge que habita o hábito.

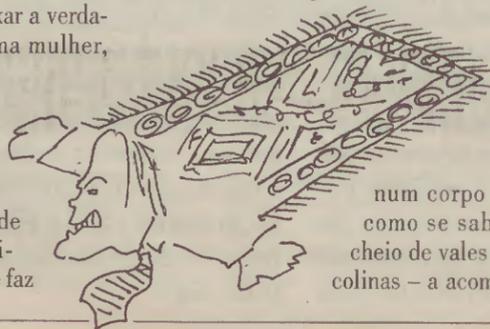
E há mesmo quem não goste do mais leve manto, seja ele de fantasia, sobre a nudez forte da verdade. A estátua frequentemente mutilada que, ali à Rua do Alecrim, mostra Eça de Queiroz sorrindo finamente sobre a «verdade nua e crua», embora velada por um diáfano manto, aí está a atestar quanto desagrada a alguns, através dos tempos, a ideia sequer de deixar a verdade, personalizada por uma mulher, abrigar-se da intempérie.

Os amantes da verdade personificada pela nudez são muitos. A demonstrá-lo está o tempo usado pelos meios de comunicação, a exemplificar que a nudez dá saúde e faz

crescer, quanto mais não seja as audiências e os bolsos de anunciantes e produtores. E quem mostra o que tem também arrecada algum.

Certamente por isso mesmo, a SIC anuncia, através do *Expresso*, que o seu canal *Radical* dará em breve notícias através de pivôs que se vão despidendo.

Não sei se o sistema vai funcionar e se o telespectador não se vai distrair. Se a notícia crua conseguirá sobreviver à verdade nua do pivô. Podemos mesmo imaginar os discursos de Guterres, sempre tão acutilantes e cheios de novidade, perdidos no umbigo de um ou entre os seios de outra, com os telespectadores a preferirem uma viagem



num corpo – como se sabe cheio de vales e colinas – a acom-

panharem as estimulantes visitas ministeriais, as distribuições de cheques e de promessas eleitorais por esse país fora.

No dia seguinte à notícia do *Expresso* – que, como a SIC, pertence ao grupo Balsemão – este pequeno Berlusconi à portuguesa foi à TV, à sua e à do Estado, descansar os portugueses: «Só por cima do meu cadáver!», garantiu ele a Margarida Marante e a Maria Elisa, recusando que alguma vez a SIC misture entretenimento com informação. A questão do *strip-tease* noticioso não foi abordada, nem consta que alguma das entrevistadoras tenha sido convidada para a nova fórmula radical.

Se a gente o acreditar, varremos da memória todo o entretenimento que a SIC e outras como ela vêm fornecendo; esqueceremos mesmo a Lili Caneças a abrir telejornais, que não era para entreter mas para publicitar.

Mas também nos poderemos interrogar se Balsemão não será já cadáver. Transformado talvez em tapete para debaixo do qual se varra o lixo do Ediberto.

## Frases

“Nada impede o Estado de correr com a administração do fundo e, no entanto, continua a discutir com ela, como se não houvesse maneira de cortar o mal pela raiz. Que interesses sustentam ou protegem o Fundo Margueira Capital?”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 25.05.01)

“Os povos não precisam de políticos [como Cavaco Silva] que, pensando em si, o sejam quando acham a política interessante: precisam daqueles que, pensando em todos, a acham sempre necessária”

(Ruben de Carvalho, idem)

“Os novos mandantes dos poderes instituídos (político, económico, financeiro, religioso, militar, informativo, intelectual, judicial) (...) comportam-se como se o País tivesse nascido com eles, para ser moldado por eles”

(Fernando Dacosta, Visão, 24.05.01)

“A culpa do Bar da TV não é do dr. Rangel – é da mediocridade da classe dirigente que se instalou nas universidades e nos jornais, no Governo e no Parlamento, nas academias e no “star system” e bajula a boçalidade, a indigência e a facilidade com que se é gente distinta sem fazer nada”

(Francisco José Viegas, Jornal de Notícias, 24.05.01)

“O Alqueva – os seus custos e as suas promessas – coloca uma questão incontornável quanto à utilização, uso e propriedade da terra. Não vejo como é que um governo socialista poderá fugir a essa discussão e a enfrentar o problema”

(Miguel Sousa Tavares, Público, 25.05.01)

“O diálogo deste governo é uma cedência constante a todos os “lobbies””

(Álvaro Barreto, Focus, 27.05.01)

“Cavaco Silva tomou medidas mais à esquerda do que este Governo socialista”

(idem, ibidem)

“A reacção oficial alemã ao discurso-proposta de Leonel Jospin para o reforço da União Europeia é a prova acabada da utilidade de uma Europa a vários idiomas: permite que dois países defendam projectos quase opostos e que manifestem existir sintonia”

(Francisco Azevedo e Silva, Diário de Notícias, 29.05.01)

“Somos, neste país, um pouco assim: movemos a sombra que os outros projectam sobre nós e chegamos a fugir calcando a nossa”

(Artur Portela, Público, 29.05.01)

“Em qualquer país que se leve a sério, a tramóia fiscal dos clubes de futebol já teria feito rolar cabeças. Mas estamos em Portugal, onde se tem que esperar que um presidente de clube deixe de o ser para que a justiça avance”

(Paulo Ferreira, Diário Económico, 28.05.01)

“Procura-me quem tem dinheiro para pagar”

(Bruxo Alexandrino, Diário de Notícias, 24.05.01)

Avança a mobilização para a jornada da CGTP na próxima quinta-feira

# Dia 7 de luta

**T**rabalhadores de vários sectores e empresas, em luta por salários justos, contra a precariedade e em defesa de direitos ameaçados vão participar em acções convergentes. Cumprindo a decisão anunciada no 1.º de Maio, o dia 7 de Junho vai ser marcado por concentrações, greves e plenários. A par das questões reivindicativas, a CGTP reclama «uma nova política para quem trabalha».

A informação, o esclarecimento e a mobilização dos trabalhadores têm envolvido as estruturas do movimento sindical unitário durante todo o mês de Maio e vão prosseguir até quinta-feira. A folha «CGTP Acção», editada a nível central, têm-se somado comunicados e folhetos sectoriais e regionais, cuja distribuição é complementada com reuniões e plenários.

A Intersindical Nacional pretende que confluam para

uma data comum diversas lutas que se têm vindo a desenrolar nestes últimos meses. Mas, como explicou ao Avante! o responsável pela acção reivindicativa na direcção da central, um objectivo importante é igualmente dar às movimentações dos trabalhadores um maior impacto público e colocar uma forte ênfase na necessidade de mudar de política. «Estão a ser marcadas concentrações nos vários distritos, há algu-

mas greves agendadas, vão realizar-se plenários de trabalhadores com saídas para a rua, alguns sindicatos estão a preparar acções com carros de som junto de empresas e serviços», adiantou Amável Alves.

## Esgotado!

«O modelo de crescimento assente em baixos salários, baixa qualificação e muita precariedade de emprego está esgotado», afirma a CGTP, defendendo que a insistência em tal caminho «só poderá trazer mais danos à economia e aos trabalhadores».

Na folha «Acção», a Inter apela à intensificação da luta que tem vindo a ser travada e reafirma os objectivos essenciais desse combate:

## Algumas acções já convocadas

As acções confirmadas para dia 7 de Junho abrangem quase todos os distritos do Continente, segundo um balanço provisório da CGTP, no início desta semana.

Trabalhadores de Lisboa e Setúbal concentram-se a partir das 15.30 horas, no Terreiro do Paço.

No Porto, a concentração está marcada para as 15 horas, na Praça dos Poveiros.

Em vários distritos as concentrações realizam-se junto aos governos civis – casos de Faro, Portalegre, Viseu, Castelo Branco. Noutros casos, os participantes nas concentrações poderão deslocar-se para os gabinetes dos representantes do poder central – como em Beja (concentração às 9.30 horas,

na Praça da República) e Coimbra (concentração no Largo do Amado, em hora que ainda não estava confirmada).

Em Aveiro a concentração está agendada para as 15.30 horas, na Praça Joaquim Melo Freitas. Uma hora antes juntam-se, no Largo Paulo Osório, trabalhadores em luta do distrito de Braga. Em Viana do Castelo realiza-se uma concentração, na Praça da República, a partir das 15.30, precedida de um plenário de dirigentes e activistas sindicais. No distrito de Santarém estava confirmada uma concentração no Entroncamento.

Em Évora, como em muitas localidades dos demais distritos, vão decorrer ao longo do dia plenários de empresa.

## Aumento intercalar para os reformados

A Inter-Reformados de Lisboa realiza hoje, a partir das 14.30 horas, na Praça do Comércio, um debate público para «denunciar a situação difícil com que se confrontam os pensionistas e reformados» do distrito, como os do resto do País. Num conjunto de reivindicações, que ali vão ser apresentadas, inclui-se a exigência de um aumento intercalar das pensões de reforma.

Na nota de imprensa em que anuncia a iniciativa, a Inter-Reformados de Lisboa

recorda que a esmagadora maioria da população maior de 65 anos tem como principal meio de subsistência «pensões que, para além de serem as mais baixas da Europa, já foram absorvidas pelo aumento dos preços dos bens de primeira necessidade», enquanto «os serviços públicos encarecem com as privatizações e pioram em termos de qualidade».

O debate terminará com a entrega de uma resolução no Ministério das Finanças.

– aumentos salariais justos e aumentos intercalares em todas as empresas e sectores, pela reposição do poder de compra;

– aumento intercalar do salário mínimo nacional;

– aumento intercalar de, pelo menos, 3 contos, na Administração Pública;

– redução progressiva dos horários de trabalho, visando as 35 horas semanais, sem redução dos salários;

– aumento do período de férias para 25 dias úteis;

– melhoria significativa das pensões de reforma;

– uma escola pública de qualidade, que promova um ensino para todos, à altura das necessidades do País e da sociedade;

– uma reforma fiscal baseada no esforço contributivo de todos e numa maior justiça fiscal, o que requer «um ministro e um governo que se assumam com efectiva autoridade e determinação política»;

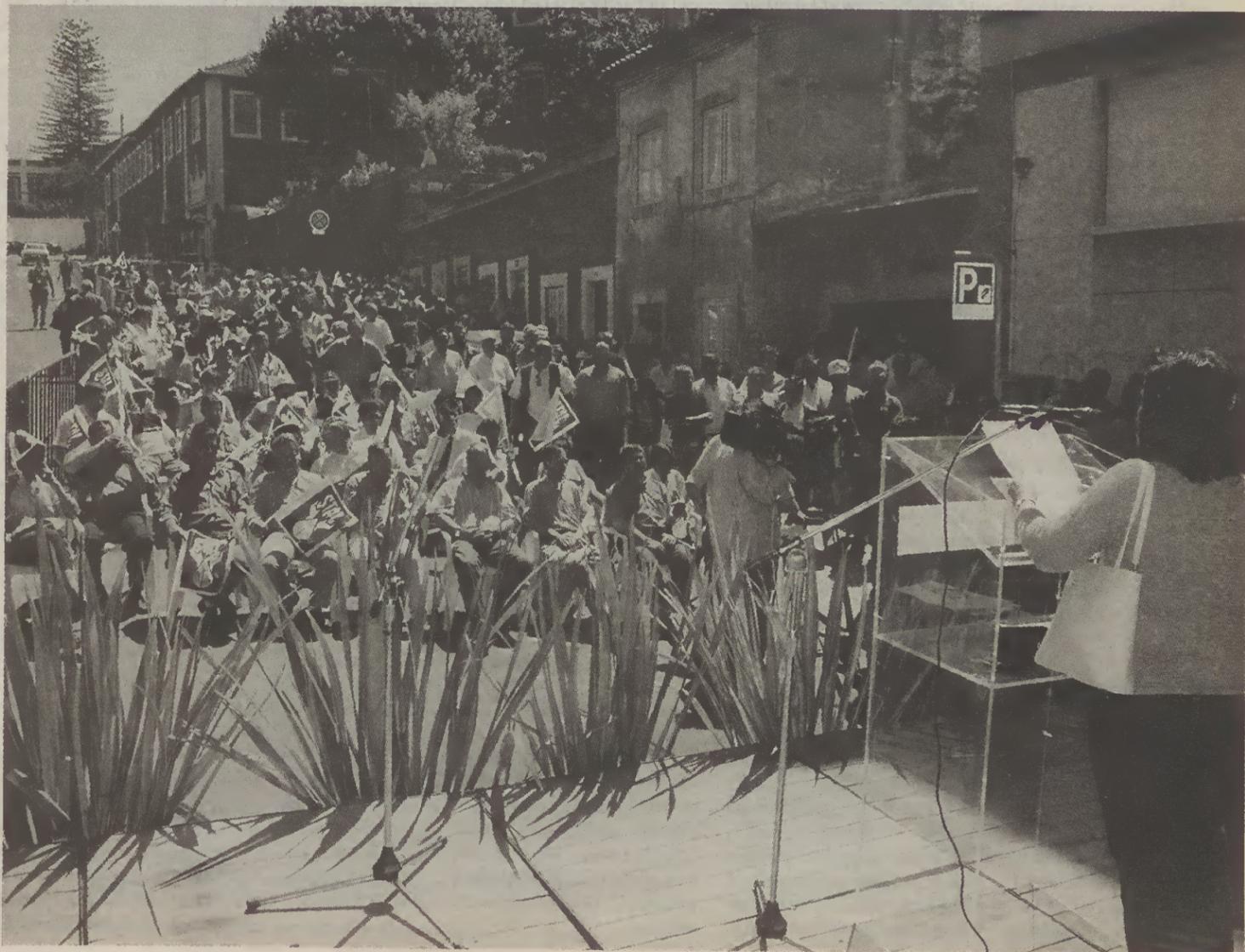
– a regulamentação da lei de bases da Segurança Social, de acordo com os seus objectivos e princípios, salvaguardando direitos adquiridos e em formação e o futuro do sistema.

A CGTP aponta como expressão do «descontentamento bem visível» as comemorações do 1.º de Maio, em 54 localidades e com a participação de mais de cem mil pessoas nos desfiles, concentrações e comi-

cios, a par de «milhares e milhares de cidadãos que aplaudiam e lançavam palavras de incentivo e apoio aos objectivos reivindicativos proclamados pelos participantes» nas manifestações.

A CGTP afirma o seu empenho em «denunciar os falsos argumentos utilizados pelos que defendem a moderação salarial, a redução das despesas sociais e uma revisão da legislação laboral facilitadora dos despedimentos» e em «denunciar a desinformação sobre as causas da inflação, rechaçar a chantagem sobre os trabalhadores e exigir e lutar por melhores salários».

**O Governo foi acusado de não cumprir a lei que determina o pagamento de um suplemento de pensidade, insalubridade e risco aos trabalhadores da administração local. A acusação foi apresentada na passada quinta-feira, frente à presidência do Conselho de Ministros, pelos sindicatos representativos dos trabalhadores das autarquias, STAL e STML, que estão a preparar um tribunal de opinião pública. Na iniciativa, para que foram convidados representantes do Governo e dos grupos parlamentares, o PCP esteve representado pelos camaradas Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, e Vicente Merendas, deputado e membro do Comité Central. Previsto em lei-quadro desde Junho de 1989, o suplemento de risco obteve um primeiro compromisso de regulamentação, por parte do Governo, em Janeiro de 1996, prazo que foi sucessivamente ultrapassado. Este é um forte motivo de descontentamento, que faz prever uma forte adesão dos trabalhadores da administração local à jornada de 7 de Junho da CGTP**



## Consulados em luta

As demoras e sucessivos protelamentos na implementação do Estatuto Profissional que se encontra em vigor há mais de um ano levaram o Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas no Estrangeiro (STCDE) a emitir um pré-aviso de greve para ontem, 30 de Maio. A paralisação afectaria os serviços dos Consulados e Embaixadas de Portugal em todo o mundo. «Já houve duas ocasiões em que desmarcámos ou suspendemos esta última forma de luta, devido a promessas do Governo que acabaram por não ser cumpridas (ou o foram de forma insuficiente) o que é inaceitável e incompatível com a gravidade dos problemas que nos afectam, os quais se reflectirão também na qualidade do serviço que é prestado às Comunidades», afirmava o sindicato. Uma nota distribuída à imprensa referia que «um dos problemas que mais nos toca é o facto de muitos de nós terem sido confrontados com a desvinculação das instituições de Segurança Social local (nomeadamente nas matérias de saúde ou protecção na doença), na expectativa de que estas questões passariam a estar a cargo das instituições que cobrem a Função Pública portuguesa», o que levou a que haja hoje «trabalhadores sem qualquer cobertura de segurança social e outros em vias de a perder a curto prazo». Entretanto, «o atraso na implementação do Estatuto está a provocar o arrastamento prolongado e crónico de falta de pessoal em muitos postos (a que nalguns casos se soma a insuficiência de instalações), de que são exemplos mais conhecidos os casos de Londres, Luxemburgo, Genebra, entre outros».

## Eleições no BCP

A lista unitária venceu as eleições de 16 de Maio, para a Comissão Nacional de Trabalhadores do Banco Comercial Português. Com 862 votos, a lista B obteve 3 mandatos. A lista E, identificada com os TSD alcançou 763 votos (3 mandatos), seguindo-se a A (tendência PS, com 657 votos e 3 mandatos), a C (nomes ligados ao PSD e outros, com 291 votos e 1 mandato) e a D (ligada ao MRPP, com 235 votos e 1 mandato).

## Hotelaria

Até hoje decorrem eleições para os corpos gerentes do Sindicato da Hotelaria do Sul, que abrange um universo de cerca de 70 mil trabalhadores, nos distritos de Lisboa, Santarém, Setúbal, Portalegre, Évora e Beja. A votação iniciou-se anteontem.

## FNSFP denuncia manobra do Governo contra os trabalhadores da Administração Pública

# Ameaças reais

«O regime de aposentação não é moeda de troca para retirar direitos», protestou a Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública, reagindo às notícias saídas na semana passada em dois matutinos.

Para a FNSFP/CGTP, «a manobra é clara»: primeiro, «utiliza-se um jornal de grande divulgação diária e faz-se passar a ideia de que vão ser retirados direitos no regime de aposentação da Função Pública»; depois, «faz-se um desmentido, mas a mensagem ficou».

O grave é que, «ao mesmo tempo, preparam-se medidas noutra âmbito, designadamente salarial, que essas sim, podem pôr em causa direitos fundamentais». «Ou seja, desde logo procura-se condicionar a vontade dos trabalhadores, pondo em confronto medidas de novas contenções salariais e redução de direi-

tos no regime de aposentação», acusa a federação, numa nota distribuída à imprensa no dia 23.

A federação recorda que, «há cerca de duas semanas, foi anunciada a intenção do Governo, essa sim real, de proceder à contenção dos salários através de aumentos, só de dois em dois anos, e tendo como referência a inflação média europeia».

Para a estrutura sindical, «esta sim, é a questão fundamental e que pode determinar a curto ou médio prazo, a mobilização dos trabalhadores, que exigem salários dignos e carreiras motivadoras».

### A actualização bienal é mais uma tentativa de contenção dos salários

## Fronteiras claras para os voluntários

«É urgente a clarificação de fronteiras entre o voluntário e o profissional, situação muitas vezes acumulada», reclama o STAL/CGTP. O sindicato levou a cabo, no passado sábado, em Lisboa, o 1.º Encontro Nacional dos Trabalhadores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, onde foi

aprovado um caderno reivindicativo visando, sobretudo, a regulamentação laboral no sector.

Aqueles trabalhadores «estão sujeitos a situações de profundo desrespeito pelos direitos e liberdades laborais», afirma-se na nota de imprensa divulgada pelo STAL após o encontro. Embo-

ra «reconhecendo o passado histórico das associações humanitárias e o valioso contributo que hoje prestam à comunidade», o sindicato alerta para a existência de «um conjunto largo de profissionais que laboram nestas instituições, desempenhando funções tão diversificadas como as de bombeiro, admi-

nistrativo, operário, socorrista, enfermeiro, entre outras, cuja actividade em muito ultrapassa o mero estatuto de voluntariado».

O sindicato e os participantes no encontro — oriundos de vários pontos do País, incluindo as regiões autónomas — exigem «a regulamentação da actual situação laboral no sector, designadamente ao nível das funções, dos salários, das carreiras, dos horários de trabalho e dos direitos».

O caderno reivindicativo, que se destina a ser entregue ao Governo, ao Serviço Nacional de Bombeiros, à Liga dos Bombeiros Portugueses e a todas as associações humanitárias de bombeiros voluntários vai também ser divulgado pelos trabalhadores e deverá dar origem a uma portaria regulamentadora do trabalho.

No encontro foi aprovada uma saudação ao Dia Nacional do Bombeiro, função para que se reclama «a dignidade necessária».



Clarificar fronteiras, dizem os bombeiros

## Greve dos médicos

A Federação Nacional dos Médicos enviou sexta-feira o pré-aviso para uma greve nacional a realizar nos dias 11, 12 e 13 de Junho, em protesto contra a «instrumentalização dos médicos» e a política do Ministério da Saúde.

A paralisação, decidida pela FNAM a 21 de Abril, pretende ainda dar voz à discordância do sindicato contra a proposta apresentada pela tutela no anteprojecto de Lei de Bases da Saúde, segundo a qual os médicos do Serviço Nacional de Saúde podem ser admitidos através de contra-

tos individuais de trabalho. Em declarações à Agência Lusa, Cílio Correia, apontou esta proposta como uma forma de «estrangular as carreiras médicas», que mais não visa do que a «instrumentalização dos médicos». Quanto à política seguida pelo Ministério tutelado por Manuela Arcanjo, o presidente da FNAM considera ser hoje «visível a não implantação de qualquer reforma no SNS», acusando ainda a ministra de pretender «empurrar para fora das discussões os sindicatos incómodos».

### Precários protestam

Jovens trabalhadores sem vínculo contratual manifestaram-se sexta-feira, em Coimbra, contra a exploração de mão-de-obra barata pelo Ministério da Saúde, e entregaram uma carta-aberta ao secretário de Estado Nelson Baltazar. Marli Antunes, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro, entregou ao governante o documento, em que o Governo é acusado de «usar e abusar da mão-de-obra barata».

«Nos hospitais, centros de saúde e sedes das adminis-

trações regionais de Saúde têm estado a laborar centenas de trabalhadores ao abrigo dos programas ocupacionais», afirma o sindicato, citado pela Lusa, frisando que tais programas «foram criados para outros fins, que não o de substituir postos de trabalho permanentes».

A carta-aberta é dirigida à ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, que, na inauguração de um edifício anexo ao Centro Regional de Oncologia de Coimbra, foi substituída pelo secretário de Estado dos Recursos Humanos e da Modernização da Saúde.

## Transferências ilegais

Na PT Comunicações «quase ao fim de um mês de luta, a justiça imperou», congratulou-se o Sinttav/CGTP, num comunicado em que anunciou que cerca de cem trabalhadores vão manter-se no Porto «com funções correspondentes à sua categoria». O sindicato saúda a «acção importante» da comunicação social para a resolução do problema, que envolvia trabalhadores sem ocupação na Rua da Picaria e outros que a PT queria transferir para Bragança e Abrantes. «Face à dimensão que a luta vinha assumindo, sem mostras de abrandamento, antes pelo contrário, e após o resultado da intervenção da IGT, a PT percebeu que a solução era resolver as situações que ela própria tinha criado», refere o Sinttav, valorizando o facto de que «estes jovens trabalhadores deram uma prova de grande maturidade».

## Grávida despedida

O Pingo Doce anunciou a cessação do contrato com uma trabalhadora da sua loja na Falagueira (Amadora). A denúncia pública foi feita pelo CESP/CGTP, numa nota em que acrescenta que Ana Carina, grávida de seis meses e com contrato há 21 meses, foi já substituída por outra trabalhadora, também ilegalmente contratada a termo. O caso foi referido pelo sindicato numa carta em que protesta contra o agendamento só para 15 de Junho de uma reunião, pedida à administração da cadeia de supermercados do grupo Jerónimo Martins. O CESP quer discutir a «situação insustentável» verificada na empresa, com o despedimento sucessivo de trabalhadores ao fim de 7, 14 ou 21 meses de contrato a termo. Anualmente, afirma o sindicato, o Pingo Doce admite e despede, desta forma, mais de 6 mil pessoas, na sua maioria mulheres jovens. Nos supermercados desta marca trabalham actualmente mais de 4 mil contratados a termo, sendo a precariedade de emprego especialmente agravada nos «picos» de funcionamento. Além do caso da Falagueira, o CESP protestou ainda contra a falta de resposta dos responsáveis do Pingo Doce face a denúncias de despedimentos ilegais nas lojas de Alcântara, Graça, 1.º de Dezembro e Pirescoxe).

## Motoristas

Numa «manobra demagógica, irreflectida e injustificada», o Governo «quer penalizar, em relação aos demais, os motoristas profissionais», protestou a Festru/CGTP, que ontem ia ser recebida no Ministério da Administração Interna, para ali apresentar as suas posições sobre a segurança dos trabalhadores dos transportes rodoviários.

## ALGARVE

Vira o disco...  
e toca a mesma

A ida do Primeiro-Ministro há dias ao Algarve assumiu um carácter «vergonhosamente eleitoralista», resumindo-se ao anúncio e inauguração de projectos e medidas que - anunciados e inaugurados noutras alturas - já deveriam estar feitos, acusa a Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP. Em vez dessas falsas novidades, dizem os comunistas, o Primeiro-Ministro deveria ter apresentado medidas de combate à situação verdadeiramente dramática que hoje vivem de dezenas de milhares de «imigrantes ilegais e altamente explorados», perante a passividade do Governo, que não intervém nem responsabiliza as empresas na legalização desses imigrantes e no apoio à sua inserção social e política. O PCP lamenta, por fim, que, numa região de tradição na Indústria de Conservas de Peixe, o Primeiro-Ministro não tenha anunciado quaisquer medidas concretas relativamente à COMALPE, cuja «reestruturação», a concretizar-se, põe em causa 140 postos de trabalho, a somar aos 8262 desempregados do Algarve.

## OEIRAS

Autosil  
tem encomendas  
e mercado

A riqueza não se destina só a pagamento de salários e a investimentos mas gera também lucros, diz a Célula do PCP na Autosil, em resposta à situação de «graves dificuldades financeiras» que a administração invoca como podendo pôr em causa a aquisição de matérias-primas e o pagamento de salários. Para os comunistas a empresa é «tecnologicamente avançada» e com «uma boa carteira de encomendas e mercado» e, ainda que os trabalhadores se preocupem com as dificuldades que a empresa atravessa, a verdade é que a administração «procurar apoios» e «resistir aos tentáculos das multinacionais», mas não penalizar os trabalhadores por actos de má gestão, de que não são responsáveis. A célula do PCP na Autosil afirma, pois, que continuará na primeira linha de defesa da empresa e dos postos de trabalho, apela à unidade dos trabalhadores em torno das suas estruturas representativas.

## MONTIJO

Decisão  
surpreendente  
e injusta

A Comissão Concelhia de Montijo do PCP está estupefacta com a decisão do Tribunal de Montijo de condenar a ex-presidente de câmara, Jacinta Ricardo, no processo que lhe foi instaurado pela actual presidente Amélia Antunes, por aquela ter optado por pagar aos salários dos trabalhadores com verbas destinadas ao IRS. O PCP repudia, ainda, com firmeza as declarações de Amélia Antunes que compararam a justa atitude de Jacinta Ricardo com «roubos» e «mortes» e, lembrando que a atitude da ex-presidente resultou, como é sabido, do facto de o PS, no seu último mandato, ter deixado à CDU uma situação financeira desastrosa, estranha o «conceito de justiça» da actual presidente. «O processo não terminou», diz, por fim, o PCP, já que sendo conhecidas decisões de absolvição de outros tribunais em processos semelhantes a este, será interposto recurso, aguardando-se que se faça justiça.

## SETÚBAL

## Vitória sobe à 1.ª Liga

A Direcção da Organização Regional de Setúbal congratula-se com o regresso do Vitória Futebol Clube à 1.ª Liga e ao convívio dos grandes clubes de futebol português, «projectando, assim, Setúbal e a região no panorama desportivo nacional». Para além dos atletas, a DORS do PCP «saúda a Direcção deste clube, os dirigentes e equipa técnica, bem como os associados que, com a sua dedicação e entusiasmo, apoiaram e contribuíram para este novo passo».

# Tradições e contradições

**S**ábado, 19 de Maio, difícil entrar em Lisboa pelo lado Norte. Surpresa por brevíssimos instantes. Acidente? Queima das Fitas, uma resposta simplificada pelo hábito da tradição. O motivo era exactamente a Benção das Pastas.



Luísa  
Araújo  
Membro  
da Comissão  
Política

Famílias, deduzindo-se vários graus de parentesco e respectivos estudantes, mais ou menos trajados, dirigiam-se para o acto litúrgico integrado na Semana Académica de Lisboa. O momento é de festa e nem todos vão fazer parte da estatística dos licenciados ou bacharéis desempregados. Para trás ficou a luta contra a PGA, a dificuldade de acesso ao ensino superior e o *numerus clausus*, o custo do recurso à escola privada, a reduzida acção social escolar, a insuficiência de residências, o desrespeito pelo Estatuto do Trabalhador Estudante, o

realizações que simbolizam a vida dos estudantes, a relação entre si e deles com a sociedade e o poder. A Queima das Fitas terá sido nestas tradições a primeira e talvez iniciada depois da proclamação da República. Ao terminar o seu curso, o estudante queima as fitas que o agarravam a uma vida «despreocupada e irreverente» e assume outras responsabilidades perante a sociedade. Mas, o «novo cidadão» quer manter o seu espírito crítico demonstrando-o através de expressões irónicas e jocosas dirigidas a personalidades académicas ou a políticos.

## //O espírito da queima das fitas tem-se perdido ao longo dos tempos//

aumento das propinas, enfim o sacrifício de quem fez o curso superior e da família que o suportou.

A tradição académica, particularmente em Coimbra e Porto, onde teve a sua origem, vem integrando várias

A história destas tradições tem tido fases diferentes, normalmente relacionadas com a realidade política do país e com o nível de organização e influência do movimento associativo dos estudantes. Se houve alturas em que parecia haver uma tendência para desa-

parecer, noutras assumiram tal importância na afirmação e na intervenção na luta social e política em torno dos problemas do ensino, das reivindicações de liberdade, contra o regime fascista, que foram proibidas.

Independentemente das concepções de cada um sobre as tradições académicas e o seu conteúdo, a verdade é que elas existem e a implantação de escolas de ensino superior em vários pontos do país popularizou os festejos de final do curso, tornando-os um hábito em cada escola e nos centros urbanos onde se realizam. Salvo raras excepções onde se destaca Coimbra, o espírito da queima das fitas não tem sido transmitido nem assumido pelas novas gerações de estudantes e pelos seus representantes no movimento associativo. A maioria das semanas académicas reduzem-se a um programa de espectáculos (de maior ou menor qualidade) e à Benção das Pastas.

## A quem serve?

Na linha de uma experiência ancestral, a Igreja Católica adoptou os festejos de final do curso à sua própria estratégia global. Em grande parte das comemorações é atribuído à Benção das Pastas o privilégio da maior mobilização dos estudantes e das suas famílias, traduzindo-se em grandes concentrações de massas, decorrendo nalgumas delas a queima das fitas, noutras não se dá conta de haver este acto simbólico.

Para a grande maioria dos estudantes a benção das pastas será um ritual em que a Igreja Católica estará lá por acaso. Entretanto, para um número reduzido, aos quais poderá ser atribuído, por simplificação, o título de estudantes católicos organizados, este acto culmina um percurso que conta com a tutela da Igreja, leia-se disciplina da Igreja, com a intervenção de movimentos estudantis confessionais activos nos meios universitários estranhos e desligados da realidade e dos anseios dos estudantes. A Benção das Pastas, no exacto sentido atribuído pelos católicos, é a ocasião para reafirmar a intenção do «novo cidadão» permanecer na esfera da autoridade da Igreja. Entenda-se sem preocupações de crítica ou de análise social e política, moldando-se passivamente aos desígnios dos seus mentores espirituais.

A liberdade religiosa é um direito. A Igreja Católica, os estudantes católicos e as suas organizações constituirão os espaços que consideram necessários ao exercício da relação da sua própria crença com a sua vida estudantil. É incompreensível que lhes seja atribuído, objectivamente, um espaço de ambiguidade entre o ritual católico (respeitável, claro) e a única oportunidade que é dada aos estudantes e às suas famílias de confraternizarem em conjunto uma alegria comum. Aliás, pode verificar-se que a afluência à Benção das Pastas é bastante maior nos programas que não incluem outros espaços para esta comemoração.

A Igreja Católica, pelos seus métodos, pela sua influência e por incapacidade do movimento associativo dos estudantes, procura instrumentalizar as tradições académicas. Consegue? Creio que sim, apesar de alguns imprevistos. Na Benção das Pastas em Lisboa assistiu-se a vaia entre estudantes, particularmente entre escolas do ensino superior e privado, destacando-se, segundo consta, os «mimos» de assobios com que foram recebidos os finalistas da Universidade Católica. «Irreverência» de estudantes contra estudantes. A quem serve?..



## CASCAIS

## Empresas reúnem Assembleia

Realizou-se, no sábado passado, a 1.ª Assembleia de Organização do sector de empresas de Cascais do PCP, tendo como objectivos aprofundar o conhecimento da situação social nas empresas do concelho e analisar as melhores formas de intervir junto dos trabalhadores nas empresas e nos locais de trabalho.

No decurso da Assembleia, os participantes constataram que sendo Cascais um concelho onde «se apregoa» uma boa qualidade de vida, nele se praticam os salários mais baixos do distrito (há trabalhadores a receber menos de 65 contos), a precariedade e o trabalho sem direitos são uma realidade e há milhares de postos de trabalho fixos ocupados por trabalhadores eventuais.

A Assembleia traçou, pois, objectivos orgânicos, no sentido do reforço do PCP com vista à mobilização dos trabalhadores na luta por melhores salários, mais emprego, contra a precariedade e por mais direitos e apelou à participação dos trabalhadores do concelho na jornada de luta de 7 de Junho da CGTP-IN.

Por fim, os participantes elegeram o Organismo de Direcção do Sector.

## AVIS

## Um concelho esquecido

A Comissão Concelhia de Avis do PCP, após analisar a situação política e social do concelho, concluiu que o Governo continua a esquecer a região, nomeadamente no que diz respeito à saúde, às acessibilidades e ao património histórico.

Assim, na área da saúde, apesar de a população, com a sua luta, ter já conseguido a admissão para o Centro de Saúde de uma enfermeira e dois médicos, as instalações daquele continuam a degradar-se e sem internamento. Quanto às estradas, continuam num estado e lastimoso e quando a autarquia decidiu colocar painéis, chamando a atenção para o problema, o Instituto das Estradas mandou retirá-los sem dar disso conhecimento a quem quer que fosse. No que respeita ao património histórico, apesar da sua importância, tem sido votado pelo Governo ao esquecimento, degradando-se cada vez mais.

Simultaneamente - denuncia o PCP -, a situação social é marcada por trabalho precário e desemprego, atraso no pagamento dos salários, incumprimento das regalias sociais dos trabalhadores e reformas que não permitem fazer face ao custo de vida.

## LISBOA

## Haja «censos»!

A distribuição e recolha dos Censos 2001 foi questão mal organizada em toda a freguesia de S. Jorge de Arroios, alerta a Comissão de Freguesia do PCP, lembrando que, nomeadamente na R. Ilha Terceira, R. dos Açores e R. do Funchal nem todos os moradores receberam os impressos.

Entretanto, aos moradores que se dirigiram à Junta a colocar o problema, foi-lhes indicado o sítio onde os impressos se encontravam, para «quem quisesse preencher». Ou seja, insurgem-se os comunistas, a Junta «torrou facultativa uma obrigação» dos cidadãos.

O PCP, acusa, ainda, a Junta de Freguesia de S. Jorge de Arroios de «incompetência» e «desprezo pelas populações» e exige o apuramento de responsabilidades pelo acontecido.

## AÇORES

## Defender património

As obras em curso na praia da Vinha da Areia foram motivo de um requerimento apresentado por José Decq Mota, deputado do PCP/Açores, ao Governo Regional.

O requerimento começa por lembrar a «forte contestação popular» que o projecto da passagem ou passadiço marginal à praia mereceu pelo facto de «ocupar uma percentagem considerável da própria praia» e, considerando embora tais investimentos como de grande importância para a economia de Vila Franca e S. Miguel, diz também que qualquer investimento na orla costeira «não pode pôr em perigo» o património natural, como é o caso da praia da Vinha da Areia.

O PCP quer, pois, saber que apreciação faz e que parecer emitiu a Secretaria Regional do Ambiente sobre a obra em curso - em concreto, sobre as alterações recentemente introduzidas ao projecto inicial - e que intervenção teve relativamente à matéria.

Construtores da Festa do Avante dão pontapé de saída às jornadas de trabalho com um almoço na Quinta da Atalaia

## Não há festa como esta!

Sob o lema «Sonhar, Realizar a Festa do Avante!», e para assinalar as primeiras jornadas de trabalho de 2001, a célula da Festa do «Avante!» promoveu este domingo na Quinta da Atalaia, no Seixal, um almoço-convívio.

Foi em ambiente de confraternização e alegria que cerca de 500 pessoas, construtores da Festa do Avante desde o seu início, na Fil, até à Quinta da Atalaia, se reencontraram este domingo dando um pontapé de saída às jornadas de trabalho da Festa, que se irá realizar este ano nos dias 8, 9 e 10 de Setembro.

Domingos Abrantes, membro da Comissão Política do PCP, a quem coube, depois do almoço, dizer algumas palavras, começou por relembrar a comemoração, este ano, dos 25 anos da Festa do Avante, reflectindo desta forma a evolução da política nacional, internacional e a própria evolução do PCP, «porque a festa não é separável das condições concretas e das forças próprias do nosso partido».

«A Festa do Avante é também uma obra de gerações sucessivas de construtores» - camaradas e amigos - que «ao longo de 25 anos deram muito da sua vida, da sua experiência e da sua dedicação» e que «não devemos esquecer», concluiu o Membro da Comissão Política do PCP.

Depois do discurso de Do-

mingos Abrantes realizou-se ainda um leilão de duas peças únicas da Festa do Avante, a primeira a EP n.º 1 e a segunda uma t-shirt com o logotipo dos 25 anos da Festa, tendo as importâncias alcançadas revertido para a Campanha Nacional de Fundos do

PCP. O convívio dos construtores da Festa do Avante culminou com a actuação do grupo Erva de Cheiro que animou e re-

frescou a tarde de todos os presentes no evento.

## Arrancam as jornadas de trabalho

Desde 1990 que a Festa do Avante se instalou definitivamente na Quinta da Atalaia. Desde aí, os cerca de 25 hectares de terreno têm vindo a ser transformados e embelezados de ano para ano, adaptando o espaço às necessidades dos visitantes com novas instalações e infra-estruturas cada vez de melhor qualidade.

Mas para que isso continue a acontecer é necessário que já nas próximas semanas e até ao dia de abertura da Festa se iniciem as jornadas de traba-

lho no local. Para muitos trata-se de reencontrar velhos camaradas e amigos, num ambiente de saudável convívio que se repete todos os anos. Para outros, será a descoberta e a possibilidade de contactar com o mundo de trabalho, fazer parte de uma equipa, realizar e construir algo de concreto.

«Aqui formaram-se trabalhadores. Muitos jovens que aqui passaram tiveram o primeiro contacto e eventualmente o último com o trabalho concreto, com a realização de trabalho manual, de trabalho colectivo e de produção, contribuindo por isso para o enorme património da formação e da riqueza do nosso partido», afirmou Domingos Abrantes.



Centenas de camaradas e amigos reuniram-se num almoço de confraternização na Atalaia

## 6.ª Assembleia do Sector Público

## Contra as privatizações

Sob o lema «Um PCP mais forte contra as privatizações e a precariedade laboral», realizou-se, no dia 12 de Maio, no CT Vitória, a 6.ª Assembleia de Organização do Sector Público da ORL.

A Assembleia, que decorreu durante todo o dia com a presença de Rosa Rabiais, da Comissão Política, discutiu o projecto de Resolução Política e elegeu o novo organismo de direcção do sector que, por decisão da Assembleia, pas-

sou a designar-se «Sector das Comunicações, Água e Energia» da ORL.

No decurso dos trabalhos, registaram-se 26 intervenções que abordaram a situação do sector e das suas empresas, informações que responsabilizam - tal como o projecto de Resolução Política, aprovado por unanimidade -, o PS e o seu Governo pela aceleração, nos últimos cinco anos, da privatização de sectores económicos fundamentais como são

as telecomunicações, electricidade, petróleo e gás, assim como pela alienação de segmentos importantes nas áreas dos correios e da água.

A Assembleia concluiu pela necessidade de continuar a luta contra as privatizações e a precariedade laboral, pelo emprego com direitos e por salários dignos, considerando que uma política e uma alternativa de esquerda «só são possíveis com um forte sector público».

Os participantes elegeram, por unanimidade o novo organismo de direcção e aprovaram, também por unanimidade, uma moção de apoio à jornada de luta da CGTP-IN, no dia 7 de Junho, comprometendo-se a mobilizar os trabalhadores para esta manifestação.

Rosa Rabiais encerrou os trabalhos, abordando aspectos da situação política e social e relembrando as linhas de acção definidas no 16.º Congresso do Partido.

## ▼ CAMARADAS FALECIDOS

## Carlos Neves Henriques

Faleceu recentemente o camarada Carlos Neves Henriques, reformado da Carris e militante da Organização de Santo António dos Cavaleiros. Foi presidente da Associação de Moradores (AMSAC).

## João Parreira Sobral

Faleceu, com 75 anos de idade, o camarada João Parreira Sobral, natural de Santiago do Cacém. Militante do Partido desde 1974, pertenceu à Comissão de Moradores da Freguesia da Mina, Amadora, e à Comissão de Freguesia da Mina do PCP. Desenvolvia, ainda, diversas tarefas na organização.

## Marçal Duarte Florêncio

Faleceu, no passado mês de Abril, após doença prolongada, o camarada Marçal Duarte Florêncio. Natural de Aljustrel, começou muito novo a trabalhar nas Minas e muito novo começou a participar nas lutas do operariado alentejano, contra a ditadura, aderindo ao Partido aos 18 anos. Foi perseguido e

teve que fugir para Estremoz onde foi funcionalizado. Esteve na União Soviética a frequentar um curso de formação política, já casado e com a sua companheira Hermínia, também funcionária do Partido. Ao regressar, é colocado em Vale Figueira, concelho de Almada, participando no Comité da Margem Sul, em ligação directa com o camarada Dinis Miranda. É preso em 1967, na vaga de repressão que se abateu sobre a Península de Setúbal. Libertado em 1972, passou a integrar o Movimento Democrático. Após o 25 de Abril integrou, até à data do seu falecimento, a organização local da Sobreda, concelho de Almada.

## Maria Helena da Silva C. M. Ramadinha

Faleceu, há dias, a camarada Maria Helena da Silva Chancelle Manchete Ramadinha, da organização de Alcântara.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Grandes opções da Política de Segurança Interna

# Garantir segurança e tranquilidade públicas

A persistência na sociedade de sentimentos de insegurança e intranquilidade provocados pelo crescimento da pequena e média criminalidade constitui, para o PCP, «uma séria preocupação», levando-o a apresentar na Assembleia da República um Projecto de Lei sobre a matéria.

Em conferência de imprensa realizada na terça-feira, no CT Soeiro Pereira Gomes, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que se encontrava acompanhado do deputado António Filipe e de José Martins e António Rodrigues, do CC, deu a conhecer o conteúdo do presente Projecto de Lei,

ou seja, os princípios gerais a que deve obedecer a política de Segurança Interna do Estado Português e um conjunto de medidas para enfrentar os problemas existentes em matéria de segurança pública.

Desde a VI Legislatura que o PCP defende a aprovação de uma Lei de Grandes Opções da Política de Segurança Interna que defina o conjunto de princípios destinados «a enquadrar a actividade desenvolvida pelo Estado» e a garantir a ordem e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades e o respeito pela legalidade democrática. Face, porém, à ausência de uma proposta governamental, o PCP decidiu retomar a iniciativa nesta matéria.

## A delinquência e a criminalidade radicam nos desequilíbrios sociais

É que, para o PCP, os problemas da criminalidade e da segurança não são resolúveis «exclusivamente com

medidas de natureza policial»: a delinquência, a criminalidade e os factores de insegurança «radicam nos desequilíbrios sociais criados por uma injusta repartição da riqueza, e por uma ordem social que

gera e acentua factores de instabilidade» e «não são superáveis» sem políticas de emprego, de inserção social, de educação e de gestão urbana adequadas. Podem, contudo, «ser minorados com adequadas políticas de segurança».

As respostas aos problemas de segurança pública devem, pois, «procurar-se no quadro das políticas de natureza económica e social, no combate à toxicodpendência, na ocupação dos tempos livres da juventude, na integração social dos imigrantes, no urbanismo» mas também nas opções de política de segurança interna, dizem os comunistas.

## Orientações

Nessa medida, o actual projecto de lei do PCP aponta um conjunto de orientações que devem reger a polí-

tica de Segurança Interna do Estado Português:

- defesa da legalidade democrática, prevenção da marginalidade e delinquência e combate à criminalidade;

- natureza civil das Forças e Serviços de Segurança e evolução da GNR no sentido da consagração estatutária da sua natureza civil e da sua separação das Forças Armadas;

- prossecução, em todo o território nacional, de uma política de segurança e proximidade que assegure o apoio aos cidadãos e previna a criminalidade;

- afectação de efectivos, meios e equipamentos ao reforço da segurança pública e fim da ocupação de agentes das forças de segurança em tarefas burocráticas que não exigem formação policial;

- reforço e optimização da cooperação policial entre as Forças e Serviços de Segurança que actuem nas mesmas áreas ou em áreas limítrofes, a par do desenvolvimento de formas modernas de gestão capazes de gerar uma política técnica e taticamente operativa;

- reconhecimento do direito de participação das populações na procura de soluções para os problemas de segurança através dos Conselhos Municipais de Segurança dos cidadãos.

- atribuição aos agentes das Forças e Serviços de Segurança de um estatuto que determine uma remuneração digna, subsídios e emolumentos específicos, seguro de acidentes pessoais e o exercício de direitos de cidadania, nomeadamente de associação socioprofissional ou sindical.



O PCP defende uma remuneração digna para os agentes das Forças e Serviços de Segurança

## Articular para prevenir

Para os Deputados do Grupo Parlamentar do PCP, a actividade das Forças de Segurança, tendo em vista garantir a segurança e a tranquilidade das populações, deve desenvolver-se no sentido de «assegurar a existência de instalações das Forças de Segurança e a realização das suas acções de patrulhamento tão próximo das populações quanto possível», em especial nos bairros urbanos e suburbanos mais problemáticos.

A actividade das forças de segurança deve, ainda, ter uma forte componente preventiva e de proximidade aos cidadãos, devendo implementar-se «a articulação e cooperação entre as entidades que, na área de cada autarquia intervêm ou estão envolvidas na prevenção da marginalidade e delinquência». Ouvidas também as associações representativas dos profissionais das Forças de Segurança, deve-se posteriormente aprovar, por decreto-lei, um Código Deontológico da actuação policial que regule especialmente o relacionamento dos agentes com os cidadãos.

Entre as medidas prioritárias e imediatas a tomar, o PCP defende, entre outras, a atribuição à PSP da responsabilidade pelo

policiamento das zonas urbanas com população igual ou superior a 10 mil habitantes; a reestruturação da GNR, nomeadamente com a substituição do dispositivo militar de Brigadas por comandos distritais e a integração das actuais forças de intervenção e especiais (Regimento de Infantaria e Grupo de Operações Especiais) no dispositivo territorial; a dotação das Forças de Segurança de equipamentos e meios logísticos adequados; o alargamento das atribuições e competências do Instituto Superior de Ciências Policiais e Administração Interna (de forma a abranger a formação de oficiais da GNR) e a criação de um Centro Policial de Simulação e Formação Permanente, vocacionado para a formação permanente dos agentes policiais.

Outras medidas a tomar com urgência são a implementação de um programa nacional de intervenção em áreas de maior risco e de forte incidência do tráfico de droga, de delinquência e de marginalidade e a criação de novos postos residenciais e de novas divisões da PSP e grupos territoriais da GNR nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

## Portalegre

### Desemprego aumenta

A propósito da visita de António Guterres a Portalegre, a Direcção da Organização Regional do PCP mostra-se desiludida, pois admitia que ela viesse «alterar políticas» e ajudar ao desenvolvimento do distrito quando, afinal, serviu apenas para o Primeiro-Ministro e parte do governo «manifestarem apoio aos autarcas» do PS e «enviar mensagens para o interior do seu partido».

De facto, o distrito caracteriza-se pela precariedade do emprego e pelo empobrecimento generalizado da população e, apesar de «os números oficiais registarem um aumento do emprego na região, a taxa de desemprego registado no Alentejo, e em particular no Norte Alentejano, continua a ser o dobro da taxa média nacional».

Foi «este» distrito e não o que «o Governo finge que existe» que recebeu a visita

do Primeiro-Ministro», ironiza o PCP, acrescentando alguns outros factores negativos que caracterizam a região, como sejam o envelhecimento da população e o isolamento do distrito. Ainda, como resultados visíveis das políticas do Governo, os comunistas apontam o desmantelamento do caminho-de-ferro, o estado calamitoso das estradas, o desmantelamento do serviço público de transportes, a perda de qualidade da energia distribuída, a degradação dos serviços de saúde, a crise do comércio e da agricultura o aumento do custo de vida e o endividamento das famílias.

A DORPOR está também «preocupada» com os atrasos registados na implementação do III Quadro Comunitário de Apoio - da responsabilidade da CCRA -, e lamenta que o Primeiro-Ministro não tivesse, também, aproveitado a

sua visita ao distrito para «anunciar» o arranque do IC13, o arranjo das estradas, o investimento numa universidade ou a integração de projectos no Polis.

Isso, sim, diz a DORPOR, «garantiria o direito ao emprego, à saúde e ao ensino».

Mesmo em relação às duas «novidades» trazidas por António Guterres - a Barragem do Pisão e a Empresa de Tratamento de Água -, o PCP tem alguns «reparos» a fazer: em relação à Barragem do Pisão, que ela já foi «anunciada» muitas vezes, pelo que os norte-alentejanos e, em particular, os cratenses, só acreditam quando a virem; quanto à Empresa de Tratamento de Água, apenas lembrar a posição que têm defendido relativamente à existência de «outras soluções mais aconselháveis» para «a salvaguarda dos interesses das autarquias e das populações».

## ITS Marques

### Governo fora-da-lei

A reabertura da fábrica «ITS Marques», sem a realização, conforme decisão judicial, de um estudo de impacte ambiental, revela que o Governo do PS optou mais uma vez por colocar-se ao lado dos grandes interesses económicos e contra as populações, diz a Comissão

Concelhia de Coruche do PCP. A decisão do Governo, tomada por despacho conjunto dos secretários de Estado da Agricultura e do Ambiente, viola a lei, não tem em conta as preocupações das populações sobre os riscos ambientais e de saúde pública e demonstra «o mais

puro desprezo» pela decisão do tribunal e pelas populações, sublinha, assim, o PCP, reafirmando a sua determinação de, através da sua deputada Luísa Mesquita, voltar a questionar o Governo sobre a «ilegalidade» e «irresponsabilidade» da decisão agora tomada.

## Editorial «Avante!» na Feira do Livro

Como todos os anos, a Editorial «Avante!» marcará presença na Feira do Livro de Lisboa - que abriu no sábado - com um pavilhão que permitirá aos seus visitantes adquirir não só as últimas novidades desta editora como livros e outros materiais publicados ao longo dos anos. Entretanto, a Editorial «Avante!» informa desde já os interessados sobre a comparência de alguns autores no pavilhão, para sessões de autógrafos. A saber:

**Carlos Costa**  
01 de Junho, sexta-feira, às 18h00  
08 de Junho, sexta-feira, às 18h00

**Jaime Serra**  
02 de Junho, sábado, às 17h00  
10 de Junho, domingo, às 17h00  
**Pedro Ramos de Almeida**  
03 de Junho, domingo, às 17h00  
**António Gervásio**  
07 de Junho, quinta-feira, às 17h00  
**Lino de Carvalho**  
09 de Junho, sábado, às 17h00  
**Sérgio Ribeiro**  
15 de Junho, sexta-feira, às 18h00  
**Fernando Correia**  
16 de Junho, sábado, às 17h00



## CDU presta contas

### Almada Mais que o prometido

A CDU tem vindo, um pouco por todo o País, a realizar actividades de prestação de contas às populações do trabalho realizada no mandato que termina no final deste ano. Quer se tratem de concelhos onde a coligação é maioria quer noutros onde é minoria, os «presta-contas» aí estão.

Em Almada, um documento que dá pelo nome de «Um Salto no Futuro», dá conta do cumprimento integral – e, até, da superação – do programa eleitoral apresentado à população. No documento, lê-se que «a CDU apresentou-se às eleições autárquicas de 97 prometendo trabalhar no sentido de promover o planeamento municipal, a planificação e a gestão adequadas dos equipamentos colectivos, a melhoria das condições ambientais, a democratização das actividades socioculturais, a modernização e humanização dos serviços, a melhoria da informação às populações. Cumprimos os objectivos com que nos apresentámos e fomos mais além». Como exemplos do trabalho realizado, o «presta-contas» de Almada afirma que a CDU ajudou quem mais precisa, com o realojamento da Ribeira da Enxurrada, da Frente Urbana da Costa, do Valdeão e da Quinta da Ramalha, bem como o apoio às associações de solidariedade social e de assistência a idosos, deficientes e toxicodependentes. Ao nível do planeamento, o documento dá conta da criação, a breve prazo, de dois mil novos postos de trabalho, fruto da entrada em funcionamento do novo complexo comercial «Almada Fórum», dando também grande importância aos projectos de requalificação do concelho «NovAlmada-Velha» e «Arribatejo».

Também o desporto, com uma série de infra-estruturas construídas e a construir, e a juventude estão no centro das preocupações da autarquia almadense. Outras prioridades assumidas pela CDU foram a cultura e o ambiente, com a construção do Parque da Paz e as obras em curso das duas ETAR's.

Sobre as responsabilidades do Poder Central a realizar no concelho, a CDU acusa que o «Governo faz que anda mas não anda», lembrando a insistência do executivo municipal para que se realizassem obras tão importantes como centros de saúde, escolas básicas e secundárias – finalmente em andamento, ou outras, como o terminal rodoviário da Trafaria ou a Via Turística, bloqueadas pelo Governo. Sobre isto, a CDU deixa a promessa que a «luta continua».

### Oeiras Trabalho feito em minoria

A CDU em Oeiras escolheu realizar uma conferência de imprensa para prestar contas à população do trabalho feito pelos seus eleitos ao longo dos quatro últimos anos. Na conferência de imprensa, realizada no dia 24 de Maio, estiveram presentes Arnaldo Pereira, vereador na Câmara Municipal, Joaquim Cotas, deputado municipal, e Leonor Barão, da Comissão Concelhia local.

Nas últimas eleições, a CDU conseguiu eleger cinco deputados municipais e um vereador, Arnaldo Pereira, que assumiu as responsabilidades dos Pelouros do Desporto e dos Centros Históricos. É precisamente desse trabalho que a conferência de imprensa deu conta.

No desporto, a CDU destacou a elaboração da Carta de Equipamentos e Infra-estruturas Desportivas, o Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo – que fixou, entre outras medidas, o apoio autárquico –, os programas de férias desportivas «favorecendo a integração social e a ocupação dos tempos livres das camadas mais jovens», como diz a nota de imprensa. A promoção «da actividade física e do exercício enquanto factores de um estilo de vida saudável e de promoção da saúde pública» foi outra das prioridades assumidas pelo vereador da CDU na câmara de Oeiras, de maioria PSD.

Quanto ao pelouro do Património e dos Centros Históricos, da responsabilidade do mesmo vereador, a nota de imprensa destaca que «o principal esforço incidiu na reabilitação e revitalização dos núcleos urbanos antigos de Oeiras e Paço de Arcos», dando especial relevo ao programa de apoio à recuperação de edifícios degradados, o acompanhamento do Plano de Salvaguarda do Património do Concelho e a intervenção nestes centros ao nível de instalação de TV Cabo, embutimento de cabelagens, qualificação do equipamento e mobiliário urbano.

A coligação lembrou ainda que «o exercício de responsabilidades executivas não impediu o vereador da CDU de tomar posição contra todas as medidas que considerou lesivas da qualidade de vida dos munícipes», como a privatização da exploração dos SMAS, a construção de urbanizações sem ter em conta as acessibilidades e a construção do novo edifício dos Paços do Concelho, «por considerar que os cerca de três milhões de contos necessários seriam melhor aplicados na recuperação de imóveis antigos».

CDU do distrito de Aveiro faz balanço dos últimos quatro anos e discute intervenção eleitoral para as eleições de Dezembro

## Exigir uma nova política

Realizou-se no passado sábado, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, o Encontro Distrital de Aveiro da CDU, que reuniu dezenas de activistas oriundos da maioria dos concelhos do Distrito, que discutiram a preparação das eleições autárquicas de Dezembro.

A mesa foi constituída por Alcina Fernandes, advogada, independente, que presidiu, Nuno Teixeira, da JCP, António Salavessa, da DORAV do PCP, João José Ferreira, do Partido Ecologista «Os Verdes», João Frazão, responsável distrital do PCP e Agostino

nas redes de abastecimento de água e de recolha de efluentes, aquelas onde são mais expressivos a participação e envolvimento populares e o apoio ao associativismo».

Após referir as taxas de cobertura plenas de saneamento básico nas autarquias geri-

### Intensificar a luta

João Frazão, no início da sessão de encerramento efectuada após muitas intervenções de participantes do Encontro, evocou mais alguns exemplos de bom trabalho

nas autarquias, referindo, a propósito, os dois eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Espinho, que «fizeram mais propostas neste mandato que todos os outros

### O desenvolvimento da luta de massas é também factor de prestígio

João Frazão terminou colocando três questões aos participantes. Em primeiro lugar a necessidade de obtenção de «meios, particularmente financeiros», dado que a recolha desses meios é uma questão central para estarmos à

altura das exigências que nos serão colocadas pelas ofensivas eleitoralistas das restantes forças políticas; em segundo lugar a possibilidade de conciliar «o reforço e a afirmação da CDU, com o reforço e a afirmação próprias de cada uma das organizações que a integram – PCP e PEV», e por último, que «não é incompatível com este trabalho, a dinamização da luta e do protesto dos trabalhadores e das populações em torno dos problemas que os afectam» sendo a luta o melhor espaço para que se prestigiem os militantes e apoiantes da CDU.

A encerrar o Encontro, usou da palavra Agostinho Lopes que, sobre o tema autárquico, vincou a necessidade de um resultado que reforce a CDU face à direita e ao PS, um resultado que não deixaria de influenciar os desenvolvimentos ulteriores da situação política e social. Referiu ainda que, para que tal resultado seja possível, os activistas da CDU devem desenvolver, em simultâneo, a luta de massas e a luta institucional de denúncia da política de direita, colocando sempre a necessidade de uma ruptura com a situação actual, exigindo uma política diferente.



Concorrer a todos os órgãos municipais e reforçar a CDU foram os objectivos fixados no Encontro

nho Lopes, membro da Comissão Política do PCP.

A intervenção de abertura esteve a cargo de António Salavessa, na qualidade de responsável pelo trabalho autárquico distrital do PCP, que começou por apresentar um quadro comparativo entre a acção da CDU e a das restantes forças políticas. A propósito afirmou que a Coligação «com uma prática baseada na proximidade às populações, não só resolveu problemas básicos, como lançou e concretizou os fundamentos do planeamento e desenvolvimento sustentável» acrescentando que «as autarquias geridas pela CDU são as que apresentam as mais elevadas taxas de atendimento e cobertura

das pela CDU, António Salavessa contrastou essa situação com a que se vive no Distrito de Aveiro, onde, no ano de 1999 e de acordo com números oficiais «concelhos com menos de 50 por cento de população servida de abastecimento de água eram quatro – Vagos, Santa Maria da Feira, Arouca, e Oliveira de Azeméis – sendo a taxa de atendimento em saneamento inferior a 25% em Santa Maria da Feira, Arouca, Oliveira de Azeméis, Sever do Vouga e Murtoza, e inferior a 50% em Castelo de Paiva, Vale de Cambra, Estarreja, Albergaria-a-Velha e Vagos», para concluir que dez dos dezaneve concelhos do distrito têm menos de 50 por cento de cobertura de saneamento».

eleitos juntos», enunciando em seguida, para que ficassem claros, os objectivos antes assumidos, e que são «concorrer a todos os órgãos municipais do Distrito e a pelo menos 50 por cento das duzentas e oito freguesias», bem como «aumentar o número de votos e de mandatos da CDU».

### Odivelas

## Construir um concelho

A CDU realizou, em 19 de Maio, uma visita aos bairros de Cassapia, Quinta da Serra e Quinta da Várzea e à vila de Olival Basto, no âmbito das Jornadas Autárquicas da CDU.

A nota de imprensa, emitida a seguir à visita, deu conta dos descontentamentos existentes nos bairros clandestinos, onde os moradores «afirmaram o abandono por parte da Comissão Instaladora do Município de Odivelas, de presidência PS» e «alertaram para ao contraste entre as promessas do PS em campanha eleitoral e o total desprezo que têm tido para com os moradores desses bairros».

A falta de empenho do

Governo para iniciar a construção do Centro de Saúde da vila de Olival Basto foi outro dos temas focados na visita, onde foi valorizado o «empenho e determinação de Natália Santos, vogal da CDU na Comissão Instaladora, na luta pelo Centro de Saúde».

A nota da imprensa dá ainda conta do facto dos eleitos terem sido, também, abordados pela Comissão de Reformados do Centro de Dia da Terceira Idade, que expressaram o «seu descontentamento por ainda não se terem iniciado as obras de ampliação do centro de dia que o presidente da Comissão Instaladora prometeu há dois anos».

### Alcoutim Travar o êxodo

A CDU de Alcoutim realizou um Encontro Concelhio no passado dia 19, em que esteve presente o camarada José Neto, da Comissão Política, para fazer o balanço da sua actuação durante o último mandato dos órgãos autárquicos do concelho e para preparar a participação da CDU nas eleições de Dezembro próximo.

Do Encontro saiu o firme protesto pela ausência ou demora de medidas para a reparação da ponte sobre a Ribeira da Foupana, gravemente danificadas nas cheias de Dezembro, o que mantém cortado um extenso troço da EN 22, provocando um excessivo trânsito nas estradas municipais que, não estando para isso preparadas, aumenta o risco de acidentes, que se têm verificado. O Encontro considerou ainda que esta situação é «mais um exemplo do abandono a que estão votadas pelo Governo as regiões do interior, ao contrário do que demagogicamente se anuncia».

Ao fazer o exame crítico da actuação da Coligação nos últi-

mos anos, o Encontro salientou que a CDU adoptou as seguintes prioridades: acessibilidades, saúde, saneamento básico e a habitação. Se em relação às duas primeiras há progressos visíveis, onde o contributo da CDU é também evidente, em relação às duas últimas permanece o marasmo que intransigentemente foi denunciado pela acção e os comunicados da Coligação.

A CDU insistiu nestas prioridades «como constituindo, na sua globalidade, a resposta mais adequada para fazer face à desertificação e ao êxodo populacional e para assegurar uma vida de maior qualidade aos que teimam em viver neste concelho», dependendo a sua eficácia da rapidez com que desenvolvam.

Relativamente à habitação, que é a área que mais sofre com a lentidão, a CDU de Alcoutim defende que a resolução deste problema está pendente da revisão do PDM, que considera «um dos maiores estrangulamentos à resolução do problema».

Apresentados os primeiros nomes das listas a Cascais

## A alternativa é a CDU

**Apresentado no domingo perante mais de uma centena e meia de pessoas, Dinis de Almeida considerou a coligação como a única força sem responsabilidades na degradação do concelho e assumiu o seu projecto como o único capaz de tomar a decisões acertadas para desenvolver Cascais.**

Presentes na iniciativa estiveram, para além do cabeça de lista, o Dr. Borges Coelho, Ana Nabais, do Partido Ecologista «Os Verdes» e sétima candidata à Assembleia Municipal, e Rosa Rabiais, da Comissão Política do Comité Central do PCP e responsável pela organização de Lisboa.

Ao contrário do que vem sendo hábito, a CDU de Cascais não se limitou a apresentar o nome dos cabeças de lista aos órgãos municipais, tendo divulgado os nomes dos dez primeiros candidatos à Assembleia e Câmara Municipal. Quanto à lista para a Assembleia Municipal, é encabeçada por José Carlos Wanzeler, ao qual se seguem Maria Henriques, Luís Filipe Carvalho, Rosa Xisto, do MDM, Salvador Arvelos, Graciete Batista, Ana Nabais, do PEV, Ágata Brito, Brás Neves e Júlia Resende.

Ao lado do militar do 11 de Março e cabeça de lista à Câmara, surgem nomes como Vítor Silva, José Carlos Gonçalves, a cantora Maria Gui-

not, Cátia Mourão, Francisco Ferrer, Jacinta Vital, Pedro Pexirra, Dias da Silva e Henrique Ranito.

**PS, PSD e PP estão presos a compromissos que impedem o desenvolvimento**

É, portanto, com esta lista que a CDU se apresenta à população de Cascais como alternativa para fazer face ao que Dinis de Almeida chamou de «degradação ambiental, caotização viária, massi-

ficação urbana, insuficiência infra-estrutural e, de um modo geral, desastrosa política de gestão camarária que pretendemos mais participada, imaginativa, inovadora e transparente». As críticas à actual gestão socialista, liderada por José Luís Judas, foi uma constante da intervenção do candidato da CDU, que já conhece dois dos seus opositores. Judas não se recandidata cedendo o seu lugar a José Lamego. Pelo PSD a aposta não é menos forte, com António Capucho a avançar. Apesar disto, o cabeça de lista da CDU preferiu fazer uma intervenção pela positiva, afirmando as ideias, os projectos e as diferenças da

força política pela qual se candidata.

### Denunciar e trabalhar

A candidatura da CDU, afirmou o candidato na sua intervenção, será aberta a todos os cascalenses, bem como a «todos os seus projectos e ideias, qualquer que seja a sua origem, condição, opções políticas, ideológicas ou confessionais, cuja diversidade afinal enriquecedora de inovação pretendida, apenas deverá ser norteada pela necessária correcção de assimetrias existentes, relativamente às zonas mais negligenciadas e populações mais carecidas».

A par destas prioridades, Dinis de Almeida considerou igualmente necessário «desmascarar as passadas políticas de gestão municipal do PS, PSD e CDS, afinal também presente e futuramente prisioneiras do pesado rescaldo – e rescaldo é mesmo o termo correcto, no seu sentido literal – dos seus anteriores mandatos, no anquilosamento dos laços e hábitos estabelecidos, na pressão dos seus relacionamentos, na difícil senão impossível ruptura com os seus compromissos – que assistimos em aceleração crescente – teimoso apego ao poder e nem sempre transparentes expectativas».

Prometendo contrariar o que considera uma «política

de betoneira», o candidato da CDU propôs-se, em conjunto com a sua equipa, a recompletar a insuficiente malha no sector da saúde – por exemplo, de entre outras iniciativas, destacamos a construção do novo Hospital de Cascais, em Tires, até ao fim da próxima legislatura e nunca mais tarde – assim como a implementação de estruturas funcionais de combate à toxicod dependência».

A salvaguarda da paisagem protegida Sintra-Cascais, onde têm surgido construções clandestinas «ou de discutível alvará», e a promoção de um turismo de qualidade durante todo o ano, foram outras das medidas apresentadas, apenas possíveis através de «uma gestão participada, cujo pioneirismo não tememos».



Dinis de Almeida

## Coragem e empenho na defesa das causas

O candidato da CDU à Câmara Municipal de Cascais dispensa apresentações. Dinis de Almeida, de 56 anos de idade, é Oficial Superior do Exército e notabilizou-se em 11 de Março de 1975 ao comandar a defesa do RALIS face ao assalto traiçoeiro dos contra-revolucionários liderados pelo então general António de Spínola. No campo militar, o candidato da CDU à presidência da edili-

dade de Cascais é licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar e tem o Curso Geral de Comandos e Estado Maior, no Instituto de Altos Estudos Militares.

Actualmente, exerce Psicologia Clínica, em Cascais, tendo concluído a sua licenciatura em Psicologia Aplicada em 1992, no ISPA.

Sócio fundador do Centro de Abrigo da Fonte da Prata, desempenha também as fun-

ções de Director Clínico no mesmo Centro, bem como nas Comunidades Terapêuticas, a funcionar na Moita. Até 1998 foi gestor de Recursos Humanos e Materiais no Departamento de Economia e Turismo na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Em 1999, foi candidato da CDU ao Parlamento Europeu, tendo sido, também, proposto para a Ordem da Liberdade pela Associação 25 de Abril.

### Penafiel

## Recuperar o atraso

António de Jesus Ferreira e Adrião Cunha foram apresentados no sábado como candidatos da CDU aos órgãos municipais de Penafiel, nas próximas eleições autárquicas. A apresentação decorreu num jantar em que estiveram presentes cerca de uma centena e meia de apoiantes e o camarada, da Comissão Política do PCP, José Casanova.

Adrião Cunha, candidato à Assembleia Municipal, tem 62 anos e é independente, tendo sido já militante do Partido Socialista. Na sua intervenção afirmou-se disposto a honrar a «confiança que os meus amigos da CDU, mais uma vez, entendem, por bem, depositar em mim» e prometeu responder a essa confiança «com trabalho aturado na Assembleia Municipal, na defesa dos e pelos direitos dos munícipes

de Penafiel, a uma vida melhor, num concelho a caminho da modernidade».

Jesus Ferreira, de 49 anos e membro do Partido Comunista Português, é o candidato à Câmara Municipal. Na sua intervenção, o candidato lembrou que Penafiel é dirigida pelo PS há cerca de vinte anos que, último mandato, contou com maioria absoluta de cinco vereadores contra quatro da coligação PSD/PP. «Estamos pois perante uma maioria absoluta do partido do Governo, cansada, rotinada, desgastada, que não soube conduzir Penafiel



António Jesus Ferreira

pelos caminhos do desenvolvimento sustentado em direcção à melhoria da qualidade de vida», disse o candidato que referiu ainda a incapacidade da oposição de uma reflexão e intervenção crítica. Para Jesus Ferreira, todos estes «são responsáveis pelo estado de atraso em que o nosso concelho de encontra».

Patente deste «estado de atraso», o candidato referiu que, «quanto a infra-estruturas essenciais ao bem estar da população, não se verificam evoluções», afirmando que «não há infra-estruturas básicas – com excepção do abastecimento de água – não há rede de esgotos, não há museus, não há casas de cinema e de teatro, não há escola de artes, não há ginásios, não há incentivo ao conhecimento».

Não tendo apresentado nenhum programa eleitoral, o candidato deu relevo às propostas adiantadas há muito pela CDU em matéria do ambiente, na qualidade das águas, nas zonas de lazer, no estudo da costa do Tâmega e do Douro, entre muitas outras prioridades que o candidato enunciou.

Para terminar, o candidato lembrou ser necessário mobilizar a contribuição de todos quantos possuam capacidades para intervir na recuperação do atraso que considera existir no concelho.

### Mértola

## Entusiasmo e confiança

O Salão Nobre da Junta de Freguesia de Mértola foi pequena para acolher os muitos apoiantes da CDU que ali se deslocaram na tarde do passado sábado, para participar na apresentação dos cabeças de lista à Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Junta de Freguesia de Mértola e Mandatário Concelhio.

De facto, o calor quase insuportável que se fazia sentir não impediu que cerca de três centenas de pessoas tenham saído de casa para participar nesta primeira iniciativa que a CDU levou a cabo no Concelho tendo em vista a preparação das próximas eleições autárquicas.

De entre os presentes contavam-se alguns autarcas da CDU no distrito, dirigentes do PCP e muitas personalidades independentes do Concelho.

Começou por intervir o mandatário da CDU, o advogado João Godinho, que apelou à mobilização das populações em torno do projecto da CDU, termo que foi retomado pelo historiador Cláudio Torres, que iniciou a sua intervenção pela questão que neste momento se coloca ao país e a todos os alentejanos em particular, e que se perde com a alteração da estrutura actual de uso e posse da terra na região decorrente do projecto de fins múltiplos de Alqueva, processo que conta com o apoio entusiasta daquele reputado investigador.

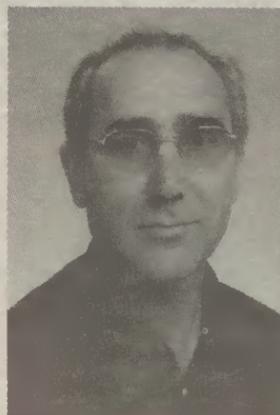
De seguida, o candidato à Câmara, Paulo

Neto, iniciou a sua intervenção referindo que até ao final do mandato é possível cumprir, praticamente na totalidade e nalgumas áreas ultrapassam, aquilo que em 1997 foi o compromisso da CDU para com as populações.

Paulo Neto referiu ainda que o projecto da CDU não se esgota no gigantesco trabalho de infra-estruturas e realização no Concelho, mas também por uma permanente atenção para com as aspirações e lutas da população, como seja o caso da assistência médica no Concelho, situação que tem colocado lado a lado, autarcas e populações.

Este foi um dos aspectos referidos na intervenção de José Soeiro, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, que a encerrar a sessão referiu que o povo alentejano, e entre outras vantagens, só tem a ganhar com o reforço da CDU nas próximas eleições autárquicas, uma vez que isso é da melhor garantia de que os autarcas eleitos não deixarão de lutar ao lado das populações, ao contrário com o que acontece com os autarcas do PS na região, que funcionam com autênticos advogados de defesa da má política do Governo.

Durante a sessão, foi ainda apresentado Fernando Rosa como candidato à Assembleia Municipal e António Mamede, um independente, à Junta de Freguesia de Mértola.



Paulo Neto

## Loures Todos pelo Metro

A CDU de Loures lançou na segunda-feira a campanha «Todos pelo Metro», que pretende a extensão da rede do Metropolitano até Sacavém e Loures. A iniciativa, que aconteceu na Quinta de São José, em Sacavém, contou com a participação de Paulo Lóia, do Comité Central e responsável pelo concelho de Loures, Elias Pereira, candidato à freguesia de Sacavém, e vários activistas da CDU local.

No documento de lançamento da campanha, a CDU considera que «se Loures pode tirar partido de novas acessibilidades rodoviárias, que ligam o concelho à restante Área Metropolitana de Lisboa e à rede viária nacional, a adequada capacidade de serviço que as mesmas podem desempenhar só poderá ser garantida se o sistema viário não vier a ser saturado por um modelo de mobilidade predominantemente assente na utilização de viatura própria», ainda para mais se se considerar «a utilização de viatura própria uma alternativa crescentemente inacessível aos rendimentos de grande parte da população».

Os promotores da campanha consideram ainda que o «natural crescimento do concelho de Loures, associado ao aumento da distância de deslocação

casa/trabalho, não pode continuar a apoiar-se exclusivamente no actual serviço de transporte público rodoviário, deficitário quanto à população servida, aos horários praticados, à rapidez de circulação e às condições de conforto que apresenta».

Assim, para resolver o problema da ligação de Loures com a capital, a CDU propõe a continuidade da extensão da rede do Metropolitano (presentemente em obra até Odivelas), até Loures, servindo a Póvoa de Santo Adrião e Santo António dos Cavaleiros, como está preconizado no Plano Director Municipal desde 1994, bem como a extensão da linha que presentemente termina na Gare do Oriente até Sacavém, servindo Moscavide, e Portela, dando consequência aos estudos que há muito vêm sendo desenvolvidos pelo Metropolitano de Lisboa».

Esta solução garantiria que a população que se concentra em Loures e Sacavém «viria a ser servida nas suas necessidades de mobilidade quotidiana por uma prestação de transporte público, com ganhos de conforto que constituíssem uma credível alternativa à deslocação em viatura própria», com ganhos ambientais para o concelho de Loures e para toda a Área Metropolitana de Lisboa.

Depois de um amplo debate por todo o concelho e sobre várias questões da vida local, o Fórum Amadora termina amanhã

## Discutir toda a cidade

É já amanhã, pelas oito e meia da noite, no Auditório Municipal da Amadora, que se realizará a terceira e última parte do Fórum Amadora, uma iniciativa da CDU local, que discutiu os problemas do concelho com as populações.

Iniciado em 17 de Março, o Fórum Amadora culmina amanhã, com a sua terceira fase. A primeira fase constou de uma sessão em que foram expostas várias temáticas a serem abordadas no Fórum, bem como de um balanço do actual mandato nas respectivas áreas, quer seja ao nível do desempenho da autarquia, de maioria PS quer seja ao nível da CDU. Nesta sessão, para além da intervenção de abertura, a cargo do vereador Fernando Pereira, houve lugar a intervenções sobre Acção Social, Educação, Saúde, Acessibilidades, Juventude, Desporto e Associativismo, Segurança, Minorias Étnicas, Cultura, Desenvolvimento Económico e Urbanismo, realizadas por vereadores, técnicos e activistas da CDU.

A segunda fase, que contou com a presença de centenas de cidadãos das mais diversificadas áreas de actividade, tinha como objectivo debater com as populações treze temas da vida local, aprofundando o conhecimento da CDU sobre essas questões.

A terceira fase, que se realiza amanhã, tem como objectivo a divulgação dos contributos recolhidos durante as duas primeiras e apresentar as conclusões deste fórum a uma plateia constituída, não só por activistas da CDU, como por representantes das instituições da Amadora, personalida-

des locais, autarcas e técnicos de diferentes áreas, para os quais já seguiram os convites.

### Culminar com preocupações sociais

O último debate da segunda fase desta grande iniciativa da CDU/Amadora realizou-se no passado dia 17, nas instalações da Associação Unidos de Cabo Verde, subordinado ao tema das Minorias Étnicas. Nesse debate emergiram preocupações, nomeadamente de natureza social, a apontou-se como prioridade a «promoção da habitação social, com vista à atribuição de uma casa condigna aos cidadãos que resi-

dem actualmente em barracas e onde se encontra a esmagadora maioria das famílias das minorias étnicas da Amadora», diz-se na nota de imprensa deste debate. Outra das linhas de força saídas da iniciativa prendeu-se com a grande necessidade de investir na educação e no ensino, a fim de responder adequadamente às «características e anseios destas comunidades, apetrechando-os com rede pré-escolar e outros espaços para acolher crianças e jovens, inclusive nos seus tempos livres».

A valorização do movimento associativo local, promovendo a criação e fruição cultural dos jovens, foi outros dos temas abordados, a par da necessidade de «promover o desenvolvimento de encontros

multiculturais, para debate, informação sobre as realidades e valores das culturas em presença na cidade», afirma a nota da estrutura local da coligação.

### O Fórum Amadora pôs centenas de pessoas a discutir a sua cidade

Outras das temáticas discutidas, segundo a nota de imprensa da CDU datada de 18 de

Maio, foi a importância que tem a necessidade de «promover o funcionamento regular do Conselho Municipal para as Minorias Étnicas do Município da Amadora» e «desenvolver as condições para a criação de emprego de proximidade, como forma de melhor responder à carência económica dos agregados familiares, instalando por exemplo nos Bairros de Realojamento, as actividades económicas que subsistem actualmente nos bairros de origem».



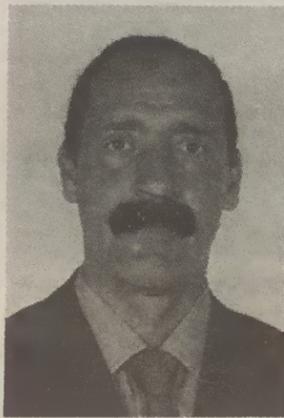
A inserção de jovens provenientes das minorias étnicas foi um dos temas mais discutidos no último debate da segunda fase do Fórum Amadora

## Mação Pôr fim ao abandono

A apresentação dos cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal de Mação decorreu num almoço-convívio realizado no sábado num restaurante local, com a presença de uma centena de camaradas e amigos e que contou com a participação de Luísa Araújo, da Comissão Política, e outros dirigentes locais e regionais do PCP.

Começou por intervir João Pequito, cabeça de lista à Câmara em 1997, que fez a apresentação dos candidatos e do mandatário da CDU, que enalteceu o trabalho desenvolvido por estes camaradas e amigos em prol do concelho de Mação.

Seguidamente interveio Artur Santos Silva, cabeça de lista à Câmara Municipal, que referiu o estado de abandono em que se encontra o concelho de Mação, dizendo que através da sua experiência e iniciativa e da equipa da CDU, tudo irá fazer para que tal situação se venha a alterar, avançando com a necessidade de uma política de desenvolvimento sustentado e harmonioso do ponto de vista social que vise a diminuição das assimetrias no concelho e estancamento da desertificação que se tem verificado, nomeadamente no que respeita às camadas mais jovens do concelho de Mação,



Artur Santos Silva

que têm que sair para outras terras para poderem formar vida.

Finalizou as intervenções Luísa Araújo, que referiu o trabalho desenvolvido pela CDU em diversos concelhos em prol das populações e da importância para o concelho de Mação de ter elementos da CDU eleitos nos órgãos autárquicos, e que tudo a CDU irá fazer, através das suas propostas e do seu trabalho, para que tal venha a acontecer. A responsável pela organização de Santarém destacou ainda a intervenção do eleito da CDU na Assembleia de Freguesia de Mação, como um bom exemplo do que a CDU pode e quer fazer ao nível do concelho.

O candidato da CDU à Câmara Municipal, Artur Santos Silva, tem 41 anos e é licenciado em Educação Física e Desporto, sendo professor numa Escola Secundária em Queluz. Foi ainda cabeça de Lista da CDU à Assembleia de Freguesia de Cardigos. Já o candidato à Assembleia, Carlos Filipe, tem 56 anos e é engenheiro agrícola tendo sido, em 1997, mandatário das listas da CDU, tarefa esta entregue, para estas eleições, a Nuno Patrício Condeixa, um operário têxtil de 64 anos e figura destacada do Partido no concelho.

## Oliveira do Bairro Reforçar para desenvolver

Realizou-se no passado dia 23 de Maio a apresentação dos cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro. A iniciativa contou com a presença de João Frazão, membro do CC do PCP e responsável pela DORAV.

O candidato à Assembleia Municipal, Fernando Peixinho, de 72 anos, membro da Intervenção Democrática, afirmou, ao tomar da palavra, que é preciso a CDU ter mais eleitos e que tem «confiança de que os eleitores do concelho de Oliveira do Bairro».

O candidato à Câmara Municipal, Artur Ramísio, de 46 anos, é militante comunista desde a sua juventude, tendo pertencido ao Secretariado Distrital da UEC. Actualmente, integra a Comissão Sindical Nacional e a Direcção da Organização Regional de Aveiro, da qual faz parte do seu Secretariado e Comissão Executiva.

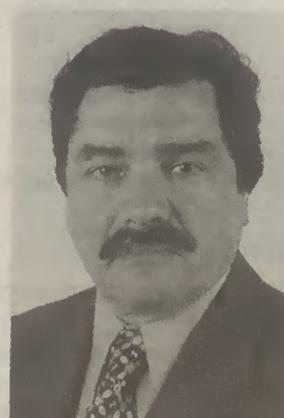
Na sua intervenção, o candidato valorizou o resultado obtido nas anteriores eleições em que «mais algumas dezenas de eleitores do nosso concelho resolveram votar diferente do que tinham feito em eleições anteriores, dando o seu voto à CDU e possibilitando a eleição para a Assembleia Municipal do Dr. Fernando Peixinho», eleição essa, segundo o candidato, da

qual resultou «um trabalho que é valorizado até pelos nossos adversários políticos, pelo contributo que está a ser dado à dignificação do funcionamento democrático deste órgão do Poder Local».

Artur Ramísio lembrou que a CDU coincidiu com outros na definição de algumas prioridades, como o caso do saneamento básico, mas discordou frontalmente «com a forma como se têm planeado e executado estas obras, por norma arrastando no tempo o estado das ruas completamente esvaziadas, naturalmente de acordo com os interesses dos empreiteiros, mas com prejuízos e transtornos sérios para as populações».

O candidato destacou ainda que a concepção de poder e oposição da CDU é «bem diferente daquela a que normalmente assistimos por parte das outras forças políticas», entendendo que «ser surdo às críticas e às propostas de quem está em minoria» não é, ou não deveria ser, uma questão de filiação partidária.

«Da nossa parte, encaramos a pluralidade de ideias e de opiniões como uma mais-valia para que se tomem decisões mais acertadas, e não como uma chatice e um travão à actividade. Entendemos pois que uma composição mais plural na Câmara Municipal trará mais vantagens ao trabalho, progresso no lugar de rotina, desenvolvimento no lugar de crescimento desequilibrado», concluiu.



Artur Ramísio

JCP reforça organização e traça objectivos

# Eleita nova Comissão Regional de Lisboa

A Organização Regional de Lisboa da JCP reuniu-se no sábado. Na ocasião foi eleita a nova Comissão Regional e discutidos os problemas e preocupações dos jovens: educação, habitação, trabalho, ambiente.

A Organização Regional de Lisboa da JCP realizou, no sábado, o seu 10.º Encontro Regional, no Centro de Trabalho Vitória, sob o lema «Agir em Colectivo, Construir o Futuro».

Contando com a presença de Rosa Rabiais, da Comissão Política do PCP, e de militantes de diversos concelhos e áreas de trabalho, o encontro discutiu a proposta

de resolução política apresentada, que contemplava a educação, o urbanismo e a qualidade de vida para os jovens, as principais linhas de trabalho para o reforço da intervenção da JCP na região e as questões de organização e direcção.

**A organização concluiu que é preciso reforçar os colectivos de escola**

Marcada por uma discussão intensa e participada, na iniciativa destacou-se o conhecimento e reflexão em

torno dos problemas que se colocam aos jovens do distrito de Lisboa aos mais diversos níveis. Para além disto, foi também feita a análise e avaliação do trabalho desenvolvido desde a realização do último encontro, em Dezembro de 1999, discutidas as dificuldades e insuficiências encontradas e quais as formas de as ultrapassar.

## Objectivos

Na educação, foi apontada a necessidade da Organização Regional de Lisboa reforçar os colectivos de escola, tanto no ensino secundário como no ensino superior, e de começar a preparar a acção e

intervenção para o próximo ano lectivo.

Os participantes concluíram também que é preciso encontrar as melhores formas para reforçar a intervenção da JCP junto dos estudantes do ensino básico e de aprofundar a reflexão sobre a revisão curricular e quais as suas implicações práticas.

A luta dos estudantes foi muito valorizada, numa clara contestação à política de direita do Governo PS, que insiste em não ouvir os alunos e a comunidade educativa e persiste na sua toada autoritária e de agravamento dos problemas.

A qualidade de vida dos jovens foi outro tema debati-

do, da cultura e desporto aos transportes, passando pelo ambiente e a habitação. A reflexão sobre estas questões, ainda pouco aprofundadas, levou a que se definissem objectivos no sentido de potenciar a discussão e reflexão destes assuntos nos diversos concelhos, de forma a envolver o movimento juvenil e divulgar as propostas da JCP.

De referir ainda a importância que foi dada pelos participantes à intervenção da Organização Regional junto dos jovens trabalhadores, ao nível da recolha finan-

ceira e à batalha eleitoral das eleições autárquicas, para além de outras questões de trabalho mais imediato como é o caso dos 80 anos das Juventudes Comunistas, a 25.ª edição da Festa do Avante! e o 22.º aniversário da JCP.

Perante as necessidades de trabalho e os objectivos assumidos, a organização saiu deste encontro ainda mais reforçada e com a consciência do muito que tem de ser feito colectivamente para ser cada vez mais fortes e interventiva na luta pelo seu projecto de sociedade.



## Concurso de bandas no Porto

O grupo portuense «Helena Azul» venceu o III Concurso de Bandas promovido pela Organização Regional da JCP do Porto, que se realizou no sábado, na Escola Secundária do Padrão da Légua, em Matosinhos.

A banda vencedora - que concorreu com outros grupos do Porto, de Gondomar, da Maia e de Ermesinde - irá tocar no Palco Novos Valores, da Festa do Avante!, que terá lugar a 7, 8 e 9 de Setembro, na Quinta da Atalaia, no Seixal.

O júri do concurso era composto por Iolanda Pereira, da JCP, Ricardo Ribeiro, dirigente da Associação de Jovens Flautistas do Porto, Luís Gonçalves, vocalista dos «Genocide», e Sovi, vocalista dos «Acid Mass», banda vencedora do edição do ano passado.

No próximo dia 16 de Junho tem lugar o 3.º Ribavante, concurso de bandas de rock promovido pela Comissão Regional de Santarém da JCP.

As bandas do distrito interessadas em participar só têm de pedir o regulamento e a ficha de inscrição em qualquer centro de trabalho do PCP ou contactar o 91 840 14 94. A data limite de inscrição é 8 de Junho (data do carimbo dos CTT), não sendo aceite qualquer inscrição com data posterior.

O primeiro prémio do concurso é a actuação no Palco da Juventude na Festa do Avante!.

## Rifas em Setúbal

A Organização Regional de Setúbal da JCP comunicou ao Avante! o resultado do sorteio das rifas:

- 1.º prémio (EP para a Festa do Avante!): n.º 201.
- 2.º prémio (CD): n.º 522.
- 3.º prémio (livro): n.º 510.



Melhorar os serviços, quer a JCP

Nova campanha

## Por uma nova Acção Social Escolar

A JCP lançou uma campanha pela melhoria dos serviços de Acção Social Escolar nacionais, numa conferência realizada no domingo, em Lisboa. O objectivo é esclarecer os estudantes e exigir um modelo que corrija as assimetrias económico-sociais existentes e que promova a igualdade de oportunidades.

No seio da União Europeia, as famílias portuguesas são as que mais pagam para ter um filho a frequentar o ensino superior. Propinas, material escolar, despesas de alojamento, transportes, alimentação, cuidados médicos, taxas e emolumentos - tudo é pago pelo rendimento das famílias.

Face a esta situação, os jovens comunistas consideram que o actual modelo de acção social não consegue eliminar as barreiras que se levantam a milhares de estudantes de todo o País, tendo uma base distributiva que assenta num sistema obsoleto e desadequado da realidade.

«Não se consegue contrariar a tendência dos últimos anos, de um ensino superior que está longe de estar disponível para todos e que se

encontra mais afastado das camadas mais desfavorecidas da nossa sociedade», defende a JCP.

«O ensino superior não deve ser uma benesse para alguns privilegiados. O nosso país necessita de recuperar o enorme atraso estrutural que tem na qualidade dos seus recursos humanos, por isso o seu

desenvolvimento e alargamento deve ser acompanhado de mecanismos que permitam que qualquer jovem - mesmo os filhos de famílias com os mais baixos rendimentos - possam aceder aos mais elevados graus de ensino. Para que tal aconteça, é preciso um reforço significativo das verbas para a acção social escolar por parte do

Governo», afirmam os jovens comunistas.

### Privados

A JCP alerta para a ingerência do capital privado que hoje se verifica na acção social escolar, sublinhando que este tipo de empresas visam unicamente lucrar numa área que não tem nem pode ter essa finalidade.

No entanto, os negócios privados crescem no ensino superior, como é o caso da construção de 12 residências, a serem exploradas pelo grupo Amorim, e a pressão para que serviços como as cantinas e bares das instituições universitárias e politécnicas sejam concessionadas por privados.

Os empréstimos à banca com juros bonificados - incentivados pelo próprio Governo - são outro exemplo. Este sistema tem como fim levar o estudante a requerer empréstimos, em vez de se candidatar às bolsas sociais, com a agravante de o aluno ficar com uma dívida para amortizar assim que termina o curso.

### As propostas

- O fim do conceito de propina;
- imediato reforço orçamental da Acção Social Escolar;
- aumento do número de bolsas de 10 para 11 meses;
- a atribuição de bolsas sem ter em conta o sucesso escolar, enquanto não forem resolvidas as causas estruturais que provocam o insucesso escolar;
- expansão da rede de residências e de cantinas;
- criação de locais de estudo;
- criação de apoio nas áreas culturais e desportivas;
- regulamento da ingerência do capital privado;
- alargamento do acesso dos estudantes do ensino superior particular e cooperativo às cantinas e residências públicas.

## «Os Verdes» denunciam atitude arrogante

Face à atitude arrogante do PS, ao rejeitar a proposta de audição de «Os Verdes» sobre tratamento de resíduos industriais, o partido ecologista decidiu avançar com um requerimento em que questiona o Governo sobre o cumprimento da lei.

Em causa está, antes do mais, a não inventariação rigorosa dos resíduos industriais produzidos no país e a necessidade urgente de assumir, como prioridade absoluta, a sua redução, reutilização e reciclagem.

«Os Verdes» questionam ainda questões como o armazenamento controlado de resíduos, as medidas de reabilitação ambiental das povoações onde estão localizadas cimenteiras, as melhores formas de tratamento para cada tipo de resíduo industrial, a escolha de locais para instalação de aterros, a listagem de locais contaminados e as medidas de emergência para a sua identificação, vedação e descontaminação.

## «Cultura e Liberdade» em debate no Porto

No quadro das comemorações do centésimo aniversário de Bento de Jesus Caraça, teve lugar, no Porto, um colóquio com o tema «Cultura e Liberdade». Uma iniciativa que contou com o apoio da Universidade Popular do Porto.

O papel das novas tecnologias da informação, o acesso à informação, ao conhecimento e à cultura, as indústrias da informação, do lazer e do espectáculo e os intelectuais dos dias de hoje como produtores de cultura, foram alguns dos temas que animaram o debate.

## Baixa da Banheira em defesa do Alqueva

Cerca de uma centena de pessoas participou no debate promovido pela colectividade «Os Alentejanos», na Baixa da Banheira, no quadro do movimento «Por Alqueva, alavanca para o desenvolvimento do Alentejo».

Dirigida por Júlio Pinto, Presidente da Direcção de «Os Alentejanos», a iniciativa contou com as intervenções iniciais de João de Almeida, presidente da Câmara Municipal da Moita, e Lino de Carvalho, deputado e membro do CC do PCP.

Na sua intervenção, Lino de Carvalho sublinhou que «a questão essencial da reestruturação fundiária não pode ficar limitada ao funcionamento do mercado da terra – com os espanhóis, entre outros, a investirem em grande escala na compra de terras na região do Alqueva – sob pena de se perpetuar a actual estrutura fundiária, injusta e aberrante do ponto de vista da própria economia agrícola».

## Teatro da Trindade

### «Traz outro amigo também...»

O espectáculo «Traz outro amigo também...», de Miguel Vasques e Fernando Ferreira, a partir da obra de Zeca Afonso, estreou dia 24 no Teatro da Trindade / Inatel, e irá estar na sala do bar, todas as 5.ª, 6.ª e sábados às 23.30h e domingos às 18.00h até 10 de Junho.

A concepção deste projecto foi inspirada na pesquisa aos dados existentes sobre a obra de Zeca Afonso e a informação recolhida junto da Associação José Afonso. O alinhamento do espectáculo foi estruturado a partir da discografia editada pelo autor.

Em palco dão rosto a este projecto, Fernando Ferreira e Miguel Vasques na voz, acompanhados pelos guitarristas Miguel Costa e Sérgio Trigo, sob a direcção musical de Setástio Antunes, líder do grupo de música popular Quadrilha.

## Évora

### Jornadas de Teatro

A sensibilização de crianças e jovens para o teatro, através de mostras de espectáculos e *workshops* de expressão dramática, foi um dos pretextos das jornadas realizadas esta semana em Évora.

As Jornadas de Teatro, subordinadas ao tema «Expressão Dramática e Teatro na Educação», foram promovidas no âmbito de um projecto em curso na Universidade de Évora, onde é leccionada a Licenciatura em Estudos Teatrais.

O programa do encontro, que decorreu de segunda a quarta-feira no Convento do Carmo, incluiu espectáculos para crianças e jovens e colóquios sobre as perspectivas para o teatro na educação e a situação e futuro da Licenciatura em Estudos Teatrais.

Entre os espectáculos realizados contam-se alguns da autoria de alunos da licenciatura ministrada na universidade eborense.

## Almada

### Semana do Ambiente

O concelho de Almada é palco de várias iniciativas no âmbito da I Semana do Ambiente e da Energia, que inclui provas de vinhos e petiscos biológicos, ginástica, limpeza de praias e animação de rua.

Promovida pela Câmara de Almada, a I Semana do Ambiente e da Energia teve início segunda-feira com uma feira de agricultura biológica e energias renováveis, terminando a 5 de Junho com uma acção de limpeza nas praias da Costa de Caparica e uma visita guiada ao Parque da Paz.

Na feira de agricultura biológica e energias renováveis, a decorrer no Largo Gabriel Pedro (Almada) até 2 de Junho, os visitantes poderão provar vinhos e petiscos biológicos, andar em carros movidos a gás e bicicletas eléctricas e beber um café feito com água fervida a partir de um painel fotovoltaico (painel de captação de energia solar).

No local onde está montada a feira há animação circense, teatro de rua, música, dança de capoeira e oficinas de reciclagem de papel e de construção de candeeiros e instrumentos musicais com lixo e fornos solares.

## Professores exigem condições de trabalho nas escolas

# «É tão falso o teu falar»

As condições de trabalho nas escolas foram tema da concentração de protesto promovida a semana passada pela Fenprof frente ao Ministério da Educação. Uma iniciativa que se insere na dinâmica gerada no VII Congresso da federação de professores.

A existência de boas condições de trabalho nas escolas é uma base incontornável para um ensino de qualidade. É nesta perspectiva que a Fenprof, uma vez mais, saiu à rua, denunciando a política economicista do Ministério e avançando propostas concretas. Uma iniciativa a que não faltou o humor, com a homenagem à personagem Professor Silveirinha, pelos seus abnegados esforços em prol da educação nacional, em condições de trabalho adversas, ou a moda cantada por um dos grupos corais alentejanos presentes, «para ministro ouvir e pensar», *«É tão falso o teu falar»*.

Em comunicado distribuído à população, a Fenprof denuncia a situação que se vive actualmente nas escolas e apresenta propostas. O elevado número de alunos por turma, nos 2.º e 3.º ciclos e secundário, é a primeira questão referida pelos professores, que reivindicam que o número máximo de alunos por turma seja de 19 no 1.º ciclo, de 20

nos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, e de 15 quando haja alunos com necessidades educativas especiais.

Face a um parque escolar degradado e superlotado, a Fenprof reivindica adequados recursos financeiros, essenciais para dar resposta à falta de espaços para a prática de actividades lectivas e extra-

lectivas, de convívio e de ocupação dos tempos livres.

Outra questão focada é a falta de condições para o ensino das ciências, que exige o recurso à experimentação, e para o desenvolvimento da educação física e artística. Exige-se igualmente o urgente apetrechamento das escolas com equipamentos informáticos.

De par desta dimensão de recursos materiais, coloca-se uma outra, fundamental – os recursos humanos. Também nesta área as faltas são muitas, dos professores e educadores ao pessoal não docente. A Fenprof exige maior número de docentes nos quadros das escolas de

pessoal auxiliar de acção educativa.

Num contexto de crescente complexidade dos problemas sociais que atravessam a escola portuguesa, a federação de professores defende a promoção de «respostas educativas mais eficazes, diversificadas e humanizadas, nomeadamente com a criação de equipas de outros profissionais ligados à educação», nomeadamente psicólogos, técnicos de serviço social, auxiliares pedagógicos.

Propostas que têm como objectivo maior «a construção de uma Escola Pública de Qualidade, democrática e valorizada, capaz de responder aos crescentes desafios sociais».



Mais uma acção de rua da Fenprof... com humor e música

## Escolas da Região Centro

# Uma intolerável situação de penúria

«As escolas do 1.º ciclo do ensino básico vivem numa intolerável situação de grave penúria de recursos». Esta é a significativa conclusão que resulta de um estudo elaborado pelo Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) sobre as condições de funcionamento das escolas do 1.º ciclo do ensino básico na região centro do país.

Em documento divulgado à imprensa, o SPRC sublinha algumas observações políticas, que ressaltam dos resultados obtidos.

Antes do mais, a transferência de responsabilidades para as autarquias locais tem vindo a traduzir-se num sacudir de responsabilidades do poder central para as autarquias, que, por via dos magros recursos e/ou da falta de sensibilidade, votaram ao abandono milhares de escolas.

Acresce que «a escola do 1.º ciclo do ensino básico está completamente desajustada do mundo e da vida deste início do século XXI. Não dispõe de equipamentos que devam ser considerados vulgares, do vídeo aos leitores de CD, passando pelos instrumentos musicais ou material experimental para ensino das ciências. Na verdade conta apenas com os materiais escolares e a dedicação dos

professores. «Talvez a observação fina desta realidade permita encontrar umas tantas respostas para o problema do insucesso educativo e do abandono escolar precoce», comenta o Sindicato dos Professores da Região Centro. Os dados divulgados falam

por si. Do universo de escolas que responderam ao questionário do SPRC, 57,6% não possuem auxiliar de acção educativa, 27,2% não dispõem de telefone, 86,7% não têm qualquer serviço de refeições. Quanto a materiais e equi-

pamentos, vale a pena referir alguns dados. 48,3% das escolas não têm biblioteca, 73,8% não têm campo de jogos, 69% não têm computador, 94% não têm qualquer material experimental, 39,2% não têm sequer mapas actualizados.

## As propostas da Fenprof para o 1.º ciclo do ensino

1. Elaboração e execução de um plano de emergência para recuperação do parque escolar (recuperação das escolas degradadas, dotando-as com instrumentos, equipamentos e materiais adequados);
2. fixação de um número máximo de 19 alunos por turma e de dois anos de escolaridade por professor;
3. criação de refeitórios em todas as escolas;
4. institucionalização de modalidades de

ocupação de tempos livres, com condições adequadas;

5. colocação em todas as escolas de auxiliares de acção educativa;

6. reorganização do modelo de funcionamento das escolas do 1.º ciclo do ensino básico, nomeadamente com a criação de equipas multidisciplinares que ponha fim ao regime de monodocência, como, aliás, já acontece em muitos países europeus.

## Solidariedade com Cuba

Face à aprovação, por 22 votos contra 20, 10 abstenções e uma ausência da sala, de uma moção contra Cuba, na Comissão dos Direitos Humanos, em Geneve – um «voto de condenação já ritual» – a Fenprof manifesta «o seu repúdio por este desvirtuar das preocupações centrais relativas ao exercício dos

direitos humanos que significou esta concertada votação na ONU e reafirma a sua disposição de manter e fortalecer os laços de solidariedade activa com o povo cubano».

A Fenprof lembra ainda – no mesmo comunicado de imprensa – o facto de, poucos dias depois, a Administração norte-americana ter sido excluída do

grupo de países que constituem a Comissão dos Direitos Humanos da ONU. Um resultado que não terá sido alheio a «esta votação ser feita por meio de voto secreto, enquanto a que resultou na condenação de Cuba ter sido voto aberto, altamente constrangedor para os países dependentes do poderio norte-americano».



Os agricultores vivem uma fase difícil

## Agricultores exigem medidas No rescaldo da «Guerra do Golfo»

**O produtores de tomate do Póceirão manifestaram-se segunda-feira em Palmela. Num ano em que se acumulam problemas na agricultura, exigem o que lhes é devido.**

Com tractores e outras viaturas agrícolas, muitas dezenas de agricultores concentraram-se junto às instalações da fábrica da Fomento da Indústria de Tomate (FIT), para exigir a devolução de 70 mil contos retidos pela administração da empresa nas campanhas de 1992 e 1993. Uma jornada de luta promovida pela Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal.

Em causa está uma redução de 3 escudos por quilo de tomate na campanha de 1992, e de 1 escudo e 50 centavos na campanha de 1993, que os agricultores foram então forçados a aceitar, face a dificuldades de escoamento da produção, por causa da guerra do Golfo. Como garantia da dívida, a FIT entregou-lhes acções no montante de 70 mil contos que, no entanto, nunca foram convertidas em dinheiro, devido a alegadas dificuldades financeiras da empresa.

Colocava-se então a possibilidade de falência da FIT, tendo a administração da empresa informado os agricultores que, após a venda do

stock de tomate concentrado devido à guerra do Golfo, devolveriam as verbas retidas contra entrega do documento-

acção que funcionou como caução do valor retido.

A FIT foi entretanto adquirida pela Italgro - Indústria de Transformação de Produtos Alimentares, S.ª, participada pela Parmalat, e que «recebeu, a fundo perdido, mais de meio milhão de contos de dinheiros públicos», aumentando o valor do seu património.

Neste momento, e na sequência de uma reunião realizada a 17 de Abril, a administração da FIT disponibiliza-se para aceitar de volta todas as acções, mas pagando apenas «pouco mais de 30 por cento dos valores retidos. Uma proposta que, naturalmente, a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal considera inaceitável.

Os agricultores lembram que nunca se dirigiram à FIT para comprar acções, antes foram forçados a terem-nas em seu poder como prova das verbas retidas, e reclamam a sua devolução, como tinha sido acordado.

Já basta, dizem, «as más condições climáticas, dificuldades de escoamento dos produtos e a baixa do preço à produção».

### Batatais perdidos

Sábado passado, a Associação de Lavoura do Distrito de Aveiro (ALDA) levou os jornalistas a ver os batatais destruídos pelas chuvas, cujos prejuízos são ignorados pelo ministro da Agricultura, Capoula Santos, que considera não se justificaram medidas excepcionais.

Opinião diferente é a dos agricultores de Vagos que dizem que mesmo os que têm seguro enfrentam elevados prejuízos.

Segundo os lavradores o seguro, como está, não é solução, porque está desadequado das características da zona.

O seguro é feito por cultura e, em relação à batata, só começa em Março, quando em Vagos se põe o tubérculo à terra em Janeiro.

A Associação sublinha que este «é um dos anos mais graves para a agricultura em vagos, com enormes prejuízos na batata, no feijão e no cebolo». E critica: «todas as culturas da época foram prejudicadas e os seguros não estão adaptados à realidade da zona».

# O sectarismo cega

• Sérgio Ribeiro

**H**á mais de uma maneira de se ser sectário. Há quem o seja pela positiva (se a expressão tem sentido...) e há quem o seja pela negativa. Pela positiva, são-no aqueles que tanto se entregaram (mesmo que só temporariamente) a uma causa, ou a um objectivo, ou a uma associação, ou a uma cor, que perderam capacidade de discernimento e de distanciamento crítico, e defendem essa causa, esse objectivo, essa associação, essa cor, de forma... sectária; pela negativa, são-no aqueles que adoptaram a postura “quem não está de acordo comigo, está errado e tem de ser vencido”, e não olham a meios para o conseguir, nem sequer se pondo a menor dúvida de que o(s) outro(s), mesmo quando não tem pingão de razão, lá terá as suas razões. Pode falar-se de sectarismo a propósito de futebol ou de partidos políticos, tendo este a ver com concepções de sociedade, de luta de classes, o que torna o sectarismo muito mais grave. E há quem não possa, pelos cargos que ocupa, ser sectário. Refiro-me ao

### O exemplo de Ourém

Com tais exemplos, vindos de quem tinha a obrigação de dar outros bem diferentes, não admira que jovens carreiristas se mostrem sectários e como o sectarismo cega. No distrito de Santarém, no concelho de Ourém, o PS apresentou, com grande antecedência e alarido (meteu *Quim Barreiros*, comida e bebida à vontade), o seu candidato... para ganhar a Câmara ao PSD. A campanha, que nem sequer de pré-campanha se disfarçou, ganhou foros de violência bipolarizadora, dois galos lutando pelo mesmo poleiro (e, notava-se!, pela mesma política). A propaganda tornou-se ostensiva pelos meios gastos (a candidatura PSD não recua perante despesas e manobras de impacto, desde anúncios de teleféricos a acções contra o Governo por o município não ter PDM e, para o PS, vem aí o *Emanuel* e os *Amigos da Farra*, mais comida e bebida até fartar, e mais coisas para acompanharem as dezenas de MUPis espalhados pelas 18 freguesias do concelho) e a luta

prometia ser de titãs... de trazer pelo concelho.

Até que a CDU apresentou o seu candidato. Apesar dos esforços feitos para impedirem ou demoverem uma candidatura forte à Câmara (o que meteu, por parte do PS, convites e ofertas de lugares que não são deles!), a avaliação colectiva da situação levou a que se apresentasse uma candidatura à Câmara ainda que podendo correr-se o risco de se perder o lugar conquistado na Assembleia Municipal. Foi o desespero nas hostes socialistas! E veio ao de cima o sectarismo, demonstrando o (e apelando ao) anticomunismo primário. O cabeça de lista, o “dono” da candidatura, veio ao lume da comunicação



Presidente da República.

Quando do 1.º mandato, o dr. Jorge Sampaio teve um gesto (ou não-gesto) que foi saudado como muito significativo e de louvar: não entregou o cartão do Partido Socialista. E, com merecimento de umas (nossas!) avaliações positivas e outras bem menos, cumpriu esse mandato sem que tal facto tivesse sido relevado. Agora, no 2.º mandato, por três vezes, houve três sinais de que me chegaram ecos e que começam por provocar estas reflexões. Cito-os: na homenagem a Bento de Jesus Caraça, o dr. Jorge Sampaio não escondeu uma grande irritação por um insuspeito e respeitado historiador ter referido que o homenageado tinha pertencido ao Partido Comunista; em Odivelas, com todo o despropósito, fez o elogio a um autarca do PS em jeitos de propaganda eleitoral; sentiu necessidade, perante as diatribes do sr. Paulo Portas sobre a visita de Fidel Castro e o jantar, de se justificar, justificando o que não tem que ser justificado.

com a intenção de provocar um incêndio. E fez publicar um artigo em que se mistura a insinuação com o insulto, a boçalidade com a torpeza, a “mãe Rússia” com a “ditadura vermelha”, e se atinge o paroxismo com a imagem/analogia em que um comunista “estando preso em Caxias, e estando na eminente o 25 de Abril, preferisse que não se fizesse o 25 de Abril desde que o deixassem tomar conta da ala norte da prisão...”. Foi tal o empenho nessa demonstração de insolente ignorância, de falta de cultura democrática, de total ausência de respeito pelos outros, que, de acordo com muitas reacções, parece que o chamuscado é ele, e que queimado pode ter ficado. O sectarismo não compensa!

Para terminar estas reflexões, recorri ao meu velho “*manualitância*”, que procuro ter sempre à mão de semear/citar: **que cada um de nós, comunistas, seja o mais comprometido (com o Partido, com a luta) dos não-sectários.**

## Teatro reúne em Gaia

Catorze companhias teatrais lançaram, esta segunda-feira, as bases para a criação de uma associação que represente o sector e se assumam como parceiro social na discussão da Lei de Bases para o Teatro. O encontro, que teve lugar em Vila Nova de Gaia, resultou de um apelo do Teatro Experimental do Porto (TEP), após contacto e con-

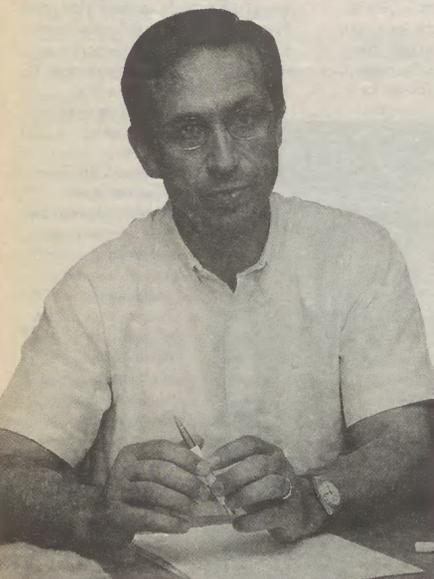
versas com um número significativo de grupos de teatro.

Segundo os promotores da iniciativa, houve no encontro «um consenso geral para a criação da associação», cuja comissão instaladora deverá ser criada numa próxima reunião, agendada para 25 de Junho, em Lisboa. Os fundadores vão entretanto promover o alargamento da base de

apoio à criação da associação. No encontro foi também aprovado um conjunto de princípios que funcionará como base para os futuros estatutos da associação e onde podem ver-se consagrados o equilíbrio geográfico nacional e a não ingerência nos modelos organizacionais e artístico das companhias associadas.

Comunistas confiam na força das ideias justas e do trabalho comum

**A** Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio completa hoje 77 anos, num momento em que o associativismo de raiz popular se afirma e rasga caminhos para garantir o futuro, partindo da discussão propiciada pela realização do 4.º Congresso Nacional, em Abril, e das conclusões ali aprovadas, que na altura noticiámos com destaque no *Avante!*.



Carlos Rabaçal

“O PCP apresenta projectos de lei que contemplam as aspirações expressas pelas colectividades e esses projectos de lei são reprovados por acção do PS, PSD e PP”

## Garantias da independência

**Avante!** Dirigentes politicamente comprometidos garantem que seja respeitado o princípio da autonomia e independência do movimento associativo?

**AF** – A minha actividade político-partidária, enquanto militante do PCP, é feita na sede apropriada. Enquanto dirigente associativo limito-me a observar o princípio da independência, comportando-me como comunista. Não estou no movimento associativo a fingir coisa nenhuma. Estou a trabalhar de acordo com a minha postura e isto é absolutamente compatível. Se assim não fosse, não haveria movimento associativo, porque as pessoas têm opções políticas e pelo facto de estarem em colectividades não podem ser castrados dos seus direitos de cidadania.

Na FPCCR temos dirigentes de várias opções políticas e o facto é que se trabalha em sintonia. Da nossa parte, não há nenhuma dificuldade, porque, na esmagadora maioria dos casos, os problemas sentidos no movimento associativo são preocupações a que o PCP dá expressão. Os membros de outras forças políticas terão maiores dificuldades em estar nas associações populares, porque as filosofias das suas organizações políticas não são as que mais lhes interessam como dirigentes associativos.

Não tenho nenhum problema em afirmar como militante comunista. No entanto, no exercício das minhas funções associativas, não ajo em nome do Partido.

**CR** – Vivemos há muitos anos em democracia e, neste terreno, não faz sentido esconder a opção partidária. A coexistência de pessoas de todas as áreas político-partidárias numa mesma associação é uma condição muito importante da sua independência, embora possa não ser posta em causa essa independência pelo facto de existirem pessoas praticamente de apenas uma área. A independência afirma-se pela resposta aos interesses e objectivos para os quais uma associação foi criada. A orientação dos destinos de uma associação é resultado da reflexão conjunta, de um debate colectivo e democrático, em que os militantes comunistas participam e defendem com naturalidade as suas posições e propostas, para resposta aos problemas comuns e para prossecução dos objectivos que estão na base da actividade da associação.

**AF** – Não é por o responsável político em causa ser comunista ou da CDU que a direcção da federação vai deixar de tomar qualquer posição crítica, tal como sucederá com responsáveis de quaisquer

outras forças políticas. Isto dá-nos independência e legitimidade para falar sempre abertamente.

**CR** – Do ponto de vista ideológico, um movimento que se define como de defesa dos interesses da população e de satisfação de necessidades colectivas das camadas mais carenciadas, está mais próximo da óptica do PCP do que dos demais partidos. Isto pode ser incomodativo para certas pessoas, mas é a realidade. O trabalho dos comunistas nesta área deve merecer uma atenção mais acentuada de todas as organizações do Partido. Ao ligar-se a este movimento de forma mais intensa, também o Partido fica mais ligado à comunidade e aos seus problemas. Como estão a surgir cada vez mais jovens e mais mulheres no movimento associativo, existem aqui muitas potencialidades de recrutamento e rejuvenescimento do próprio Partido.

**AF** – A participação na vida associativa traz muito maior clareza à forma como as pessoas vêem aquilo que cada força política defende. O Partido tem aqui um campo largo e privilegiado para o crescimento da nossa influência, através do debate e da convivência democrática, ultrapassando a lógica da «clubite» com que, ao fim de quase 30 anos de democracia, ainda muitas pessoas definem as suas simpatias políticas.

A dedicação de largas dezenas de milhares de dirigentes e activistas contribui fortemente para manter vivos na sociedade ideais como o humanismo e a solidariedade, garantindo a milhões de portugueses a criação e fruição de cultura, a prática desportiva e muito variadas formas de apoio social – substituindo-se ao Estado na garantia de direitos consagrados na Constituição e contrariando a tendência para o domínio generalizado dos princípios do *salve-se quem tem poder*.

Sobre o presente e o futuro deste movimento, entrevistámos os camaradas Carlos Rabaçal, membro do Comité Central e responsável pela área do movimento associativo, e Alfredo Flores, membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido e presidente da Direcção da FPCCR.

**Avante!** – Há forças suficientes, neste momento, para que sejam concretizadas as decisões tomadas no 4.º Congresso Nacional das Colectividades de Cultura e Recreio – tanto no plano organizativo como nas reivindicações ao poder político?

**Alfredo Flores** – A concretização da proclamação e demais conclusões do congresso não se faz de um dia para o outro, naturalmente. Mas as coisas já estão a correr. Relativamente à estruturação do movimento associativo, já foi decidida a constituição de algumas federações distritais, responsabilizando equipas de dirigentes da federação por este instrumento valiosíssimo, que constitui o cerne do congresso, no plano organizativo.

Já começámos a ser recebidos pelas várias instâncias dos poderes, para apresentarmos os resultados do congresso: a proclamação e as conclusões das dez secções. Na generalidade, temos encontrado uma aceitação das ideias do congresso, designadamente por parte dos grupos parlamentares do PS e do PCP. Os deputados comunistas disseram-nos inclusivamente que estão a preparar iniciativas que vão ao encontro de algumas reivindicações contidas na proclamação do congresso.

**Carlos Rabaçal** – O PCP vai, naturalmente, tentar responder às questões colocadas pela FPCCR e pelo congresso, através das diversas formas de intervenção que tem, designadamente na AR e nas autarquias e na sua acção política, no sentido de acentuar a linha de aperfeiçoamento da vida associativa.

**E a nível das colectividades, como têm sido as reacções ao congresso?**

**AF** – Há um trabalho que é necessário fazer e no qual estamos empenhados. Para já, apelamos a que adiram massivamente à estruturação, criando as suas federações a nível distrital e concelhio. Este foi o maior congresso de sempre, com 1600 participantes de mais de 600 colectividades. Acha-mos ainda pouco, mas isso compreende-se, sabendo-se que as condições de penúria em que vive a generalidade das associações não permitem deslocar dirigentes para estarem três dias num congresso, quando nem sequer apoios obtiveram para os transportes, por parte de muitas

**Avante!** – Não é a primeira vez que o PS aceita propostas que vêm do movimento associativo popular. Mas, na última legislatura, acabou por não viabilizar a aprovação de diplomas importantes na Assembleia da República. Como interpreta a reacção positiva dos deputados do PS, perante as decisões do 4.º Congresso?

**CR** – O associativismo popular cresceu e alargou-se muito, pois temos uma prolongada vida democrática no País e há um crescimento dos problemas sociais, que obriga a que as pessoas se organizem em torno da defesa dos seus interesses. Na acção do nosso Partido nota-se uma atenção maior a esta área. O congresso tornou a FPCCR mais conhecida, fala-se mais deste associativismo e das suas reivindicações e, pelo que me é dado observar, há melhores condições para levar à prática essas reivindicações. Esta realidade social é muito poderosa, embora a cerca de 20 mil colectividades recenseadas pela federação não ajam como um corpo homogêneo. Mas, mesmo atomizada, a realidade associativa tem merecido crescente atenção das forças políticas.

O PS e todos os outros partidos, em palavras – nas sessões públicas, nos aniversários das colectividades – declaram que estão com as reivindicações do movimento associativo e, por vezes, até fazem intervenções extremamente entusiásticas. Mas, para além das palavras, o que se tem passado, nomeadamente no parlamento, é que o PCP apresenta projectos de lei que contemplam as aspirações expressas pelas colectividades e esses projectos de lei são reprovados por acção do PS, PSD e PP. Isso sucedeu com a

autarquias – para já não falar na escandalosa falta de apoio do poder central. Houve um muito grande aumento do número de colectividades que pedem a sua adesão à FPCCR, em zonas onde até agora não tínhamos associações filiadas. No período de preparação do congresso, os dirigentes envolvidos participaram em reuniões com colectividades de muitos concelhos e isso permitiu uma muito ampla sensibilização para o congresso. Eu próprio estive, uns dias antes do congresso, num plenário com 150 colectividades, onde toda a gente mostrou muito interesse em participar. Mas acabou por não aparecer nenhuma delas, porque as deslocações e a estadia eram despesas muito elevadas, que não

## Políticas e diferenças em actos e palavras

leí-quadro do apoio ao movimento associativo, com o estatuto social do dirigente associativo voluntário (cuja subida a plenário foi impedida por um artifício do PS no final da última legislatura), com aspectos importantes da alteração ao estatuto da utilidade pública (apesar do projecto do PCP ter sido aprovado, como o IVA para equipamento desportivo e para obras), com a lei do mecenato. Da nossa parte, através das posições que o Partido toma e da intervenção dos nossos camaradas na AR e nas autarquias, procuramos facilitar a vida às colectividades, estimular o crescimento e o desenvolvimento e dignificar o movimento associativo.

**O que distingue o interesse do PCP do interesse também expresso pelas outras forças políticas, relativamente ao associativismo popular?**

**CR** – Para o PCP, o associativismo é um pilar fundamental da democracia participativa, como nós a concebemos. Apoiar o associativismo é apoiar a vida democrática e cumprir, no fundo, um dos aspectos essenciais da democracia avançada no limiar do século XXI. As outras forças estão mais preocupadas, creio eu, com o aproveitamento político do movimento associativo, na medida em que não fazem nada, limitam-se a falar dele e a «cavalgar» as acções do próprio movimento associativo. Há também outras vertentes, como a projecção política que, nalguns casos, poderá vir com a participação na vida associativa, e ainda a força económica desta componente da economia social, que produz muitos milhões de contos anualmente. Cada vez vai sendo mais difícil aos outros

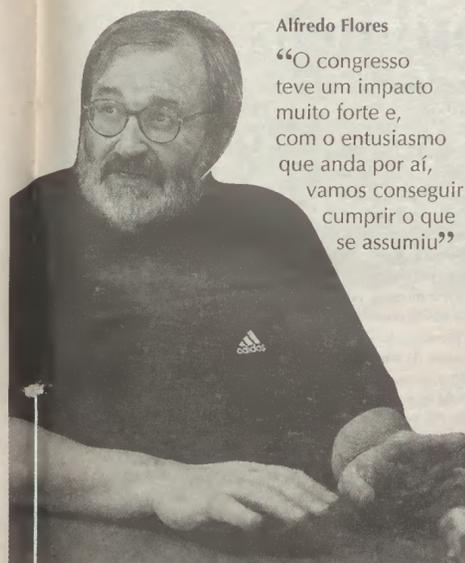
partidos manterem tal linha de actuação. Muitos dirigentes associativos que se posicionam na área do CDS, do PS ou do PSD estão inteiramente com as reivindicações da federação e manifestam apoio às propostas do PCP, o que cria uma situação insustentável para aqueles partidos: ou mudam a sua atitude, ou perdem influência neste terreno. Nesta situação, o PCP necessita manter a linha de intervenção correcta e acentuada, enquanto organização de expressão nacional com muitos militantes que são dirigentes associativos, convergindo na opinião e na acção com os demais dirigentes e activistas das colectividades. O PCP não quer mas, mesmo que quisesse, não teria meios nem condições para «conquistar» ou «assaltar» o movimento das colectividades de cultura, recreio e desporto, nem para fazer qualquer outra coisa, que não seja o trabalho dedicado dos seus militantes, eleitos como os outros, num esforço comum para bem dos associados e da população. Se as nossas propostas merecem apoio, é porque são justas; e os nossos camaradas obtêm reconhecimento, é porque trabalham e são sérios e capazes e dão muito em prol das populações. Se o PCP apresenta na AR um projecto para definição do estatuto social do dirigente associativo voluntário, se o PCP faz uma proposta para clarificação das regras de apoio ao movimento associativo e se o PCP faz uma auscultação profunda da realidade associativa antes de apresentar essas propostas, é natural que tenha um amplo apoio de dirigentes associativos de todos os quadrantes políticos. Assim sucede com as decisões do congresso, onde surgem, a par de ideias novas, muitas reivindicações antigas, que

tinham capacidade para custear. Até houve o caso de 56 dirigentes associativos de Matosinhos que não vieram ao congresso porque, a última hora, a Câmara Municipal não disponibilizou o autocarro, depois de se ter comprometido a apoiar a deslocação. É mais difícil compreender a ausência de algumas colectividades históricas da Grande Lisboa, com quem tínhamos estado dias antes e com quem temos trabalhado. Regista-se o entusiasmo com que outros dirigentes, vindos de localidades muito afastadas e sem quaisquer apoios, estiveram no congresso e recordam o que lá se tratou. Mas o congresso não foi só a reunião nos dias 6, 7 e 8 de Abril – foi o período

de três meses em que andámos pelo País a fazer reuniões, e será aquilo que conseguirmos fazer agora para concretizar o que lá foi discutido. Este movimento associativo funciona, em regime de voluntariado e os dirigentes associativos exercem estas funções em regime pós-laboral, na sua esmagadora maioria. Assim, penso que o congresso atingiu plenamente os seus objectivos, teve um impacto muito forte e, com o entusiasmo que anda por aí, vamos conseguir cumprir o que se assumiu: tudo fazer para levar à prática as decisões do congresso, e isso será tanto mais, quanto maiores forem os meios financeiros e humanos que consigamos mobilizar.

**AF** – A prática mostra que quem actua para controlar algum movimento associativo são, precisamente, forças que lançam suspeitas e acusações contra o PCP. Isso vê-se ao nível de autarquias, que fazem um esforço enorme para criar estruturas e revelam o movimento associativo, que se tomam autênticas extensões do poder autárquico – mas não conhecem casos desses em autarquias dirigidas por comunistas. E o exemplo mais flagrante veio do próprio Governo, através do INATEL, procurando controlar o movimento associativo das bandas, forçando a criação de estruturas e colocando a filiação no INATEL como condição para obtenção de apoios, o que antes não acontecia.

**CR** – Essa tentativa de controlo cria situações de grande desigualdade, por opções ideológicas ou políticas, por parte do Governo, através dos governos civis, do Inatel, etc. Pela sua natureza, o associativismo é profundamente unitário, une as pessoas em torno de questões muito concretas. No essencial, é dirigido por trabalhadores, mas tem um carácter interclassista. Devido a estas características, não conta, por vezes, com a simpatia dos poderes, pois mexe com problemas que são muito sentidos pelas populações mas que estão frequentemente fora das verdadeiras preocupações de quem está no poder em dado momento.



Alfredo Flores

“O congresso teve um impacto muito forte e, com o entusiasmo que anda por aí, vamos conseguir cumprir o que se assumiu”



## Um marco importante

● José Maria Silva  
Membro da DOR do Porto do PCP e vice-presidente da Federação das Colectividades do Distrito do Porto

O associativismo popular continua a cumprir o papel que lhe cabe na sociedade portuguesa. Efectivamente, a evolução associativa regista ao longo dos anos e, particularmente, após o 25 de Abril, até hoje, demonstra o papel insubstituível do associativismo popular junto das populações, na melhoria da sua qualidade de vida, através das acções que realiza nas áreas da cultura, do recreio, do desporto e da solidariedade social.

A grande maioria dos eventos que se realiza de Norte a Sul do País é desenvolvida pelas associações e colectividades, quer no plano cultural quer no plano desportivo, através do voluntariado e do trabalho sem fins lucrativos.

Podemos afirmar com segurança que, se não fossem as nossas colectividades a desenvolver as acções de cultura e desporto, o País seria um «deserto» nessa matéria, tendo em conta que o poder central não cumpre o papel que, de acordo com a Constituição da República, lhe cabe no desenvolvimento da cultura, do recreio e do desporto.

Efectivamente, o poder central – Governo e Assembleia da República – tem ignorado completamente o papel e a importância do nosso associativismo popular.

Para além das actividades que desenvolve, o associativismo popular cumpre ainda o importante papel de elevar a participação dos cidadãos na vida cívica e democrática do nosso país, através das actividades que realiza. Na actual situação, que se vive em Portugal e na Europa, de crise de participação, mais uma vez o associativismo cumpre esse papel importante de participação cívica e democrática.

O associativismo popular tem evoluído constantemente, tem-se renovado e actualizado, bem como tem vindo a estruturar-se de acordo com as suas necessidades.

O Congresso Nacional, realizado em Abril, em Loures, foi mais um marco importante na vida do associativismo e correspondeu às expectativas, pela discussão realizada, pela participação e pelas conclusões que foram aprovadas, nomeadamente em duas questões centrais: a criação da Confederação Portuguesa das Colectividades e a exigência de que o Estado, no seu conjunto, reconheça efectivamente o associativismo como parceiro social.

Estas duas importantes conclusões foram aprovadas e aclamadas pelos participantes e são o reflexo da importância que o associativismo tem no desenvolvimento integral do nosso país.

Este congresso começou em Loures e vai continuar em todo o País a ser motivo de discussão, de organização, de renovação, de estruturação e de reflexão, através das conclusões aprovadas, que serão o nosso instrumento de trabalho permanente, na defesa dos valores e dos direitos do associativismo popular no futuro.



PCP exige qualidade de vida e segurança

## Governo degrada serviços públicos

A prestação nos serviços de natureza pública está muito aquém dos padrões de qualidade que seriam desejáveis. Entre os factores que concorrem para esta realidade está uma política que privilegia a desresponsabilização do Estado e insiste em prosseguir os processos de privatização.

A demonstração fê-la o PCP em interpelação ao Governo que marcou a agenda parlamentar da semana transacta. Este foi um debate cujo tema, como poucas vezes, pela sua própria natureza, toca directamente no quotidiano e na vida de milhões de portugueses.

A bancada comunista sabia-o e partiu para a discussão com a consciência de que ao interpelar o Governo sobre esta matéria estava sobretudo a prestar um serviço útil ao País. E, por isso, esta foi uma aposta ganha.

Porque houve mérito na escolha de uma questão tão candente para os cidadãos, mas também pela forma como a soube levar a plenário, evidenciando estudo e reflexão, descendo ao terreno concreto dos problemas, o que não pôde deixar de ser reconhecido por todas as bancadas, incluindo a do Governo.

### Cidadão desprotegido

E o que ficou provado é que existem fundadas razões

para afirmar que não estão a ser convenientemente garantidos nos serviços de interesse público padrões de qualidade consentâneos com a sua natureza, como não está a ser devidamente acautelada a segurança dos cidadãos. Como não estão a ser asseguradas as condições para que os portugueses depositem inteira confiança no Estado, nem muito menos a ser salvaguardados os interesses e a formação dos trabalhadores destes sectores de actividade.

O que sucede é que o cidadão, e muito especialmente o cidadão das camadas sociais mais desfavorecidas, como sublinhou Carlos Carvalhas

A lógica neoliberal de mercado põe em causa o direito dos portugueses a serviços de qualidade

na sua intervenção de abertura (ver caixa), «sente-se desprotegido e prejudicado perante a desresponsabilização do Estado em muitas áreas de interesse público estratégico».

E o problema maior é que isto é verdade para um conjunto muito vasto de serviços, seja no fornecimento e distribuição de energia ou na política de transportes e de infra-estruturas rodovias e ferroviárias, seja em matéria de segurança alimentar ou na prestação de cuidados de saúde e de educação, seja no plano do próprio funcionamento da administração pública em resultado do seu esvaziamento.

### Desmantelamento de serviços

Para a bancada comunista, a explicação para este estado de coisas é muito clara e radica sobretudo nas orientações que têm presidido à política do Executivo, a quem dirigiu cinco acusações concretas: de desvalorizar o interesse público a favor dos interesses económicos privados; de desmantelar serviços de administração pública, menosprezando uma vida de saber e experiências feitas dos seus trabalhadores; de promover objectivamente uma cultura de irresponsabilidade, incompetência e facilitismo; de desenvolver uma política de concentração e centralização em vez de avançar para a descentralização do Estado; de promover a precariedade e a degradação das relações laborais ao invés de estimular uma cultura de responsabilidade e de serviço à comunidade dos trabalhadores que laboram em sectores de interesse público.

As acusações do Grupo comunista procurou o Governo defender-se, pela voz do ministro Oliveira Martins, invocando o que chamou de novo conceito de serviço público num Estado moderno, por contraponto a concepções que considerou ultrapassadas de «Estado produtor e dirigista».

Não produziram porém qualquer efeito as suas palavras. Nenhum dos partidos da oposição, e em particular a bancada comunista, se mostrou sensível à bondade dos argumentos. «Modernidade», na boca do Governo, segundo Lino de Carvalho, «é sinónimo de desres-

pensabilização e diminuição das políticas públicas em matérias de interesse básico para os cidadãos». Indo mais longe nas suas críticas afirmou mesmo que o Governo, ao demitir-se das suas responsabilidades, transferindo-as para terceiros, está a seguir a estrita lógica neoliberal de mercado, pondo em causa os direitos constitucionais dos portugueses a serviços de qualidade e em segurança.

«Ora, as políticas à esquerda e com a esquerda não se constroem com retórica barata vazia de conteúdo nem com quem, falando de esquerda, simultaneamente realiza no Governo as políticas de direita que por vezes a própria direita não tem condições de realizar», assegurou Lino de Carvalho, para quem uma política de esquerda digna desse nome só se constrói «com opções concretas que valorizem o social, que promovam e dignifiquem quem trabalha, que valorizem os direitos de cidadania».



Diminuição de carreiras e veículos em segunda mão é o que oferecem hoje às populações os operadores rodoviários urbanos

## 124 requerimentos

No próprio decurso da interpelação a bancada comunista entregou na mesa da Assembleia da República 124 requerimentos relativos a outras tantas situações concretas onde é notório o desrespeito pela qualidade do serviço público prestado. Como traço comum, na generalidade dos casos, emergem as deficientes condições na prestação desses serviços de interesse público, nas mais variadas áreas, de que resultam graves prejuízos para as populações e muito particularmente para os estratos sociais mais desfavorecidos. Quase sempre, em todos eles, avulta ainda a tendência para uma crescente desresponsabilização do Estado e para uma diminuição das

políticas públicas em domínios de interesse básico para os cidadãos. Como é verdade que traduzem no essencial uma linha de orientação que aposta na privatização e privilegia os grandes interesses económicos privados e o máximo lucro em detrimento do interesse público.

São estas, pois, em síntese, as características essenciais que resultam das abordagens feitas nos mais de cem requerimentos subscritos pelos deputados comunistas, incidindo em exemplos concretos que vão desde o fornecimento de energia eléctrica ou de gás até às redes de infra-estruturas ferroviárias e rodoviárias, passando pelos serviços da administração pública.

## Empregos para a rapaziada

funções, como é comum a concessão de mordomias e benesses.

Um testemunho deste rega-bafe que tem caracterizado a gestão da coisa pública pelo governo do PS é o caso do Instituto Nacional de Aviação Civil. Sendo muitos os exemplos, este, segundo Lino de Carvalho, tem a particularidade de ser paradigmático. Tendo substituído, em 1998, a antiga Direcção-Geral de Aviação Civil como Autorida-

de Nacional de Aviação Civil, para o desempenho das mesmas atribuições e competências, aquele Instituto criou mais 43 novos lugares de chefias e direcção, isto é, passou de 18 para 61.

Não obstante esta ser uma área extremamente sensível, o recrutamento de pessoal técnico, de acordo com Lino de Carvalho, tem sido feito em muitos casos recorrendo a pessoal sem formação especializada na área da aviação.

Com formação sólida conhecida, essa, ironizou, só «na área do PS».

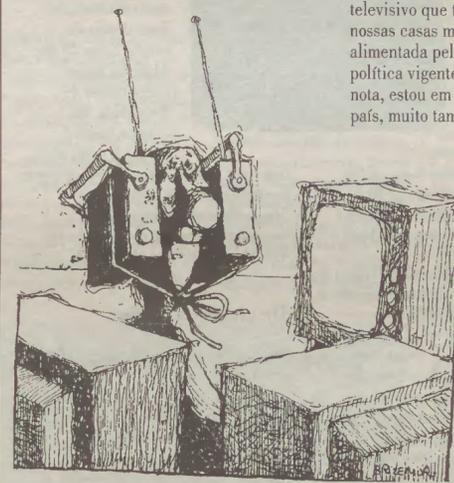
E, pelos vistos, é gente que tem um modo peculiar de fazer pela vida e assegurar o seu futuro. Então não é que os mais altos responsáveis deste Instituto se autonomearam como consultores de modo a garantirem o seu job depois de terminarem a suas comissões de serviços como membros do conselho de administração.

## A mediocridade em liberdade • Lino de Carvalho

Nas últimas semanas o panorama do audiovisual no nosso país foi particularmente marcado pelos acontecimentos ocorridos no último lixo televisivo que nos tem vindo a ser oferecido, um programa denominado «O Bar da TV» na SIC, que pede meças a outros programas de nível idêntico como o «Big Brother» na TVI passando por essa coisa inenarrável chamado «Mulher Não Entra» ou, noutro registo, «Noites Marcianas» na SIC e «Sábado à Noite» na RTP1. O abaixamento do nível geral da programação dos vários canais de televisão não pode constituir nenhuma surpresa. Sempre foi mais fácil prever que este fenómeno iria acontecer do que acertar nos números do totoloto. O PCP sublinhou-o há anos quando do debate então havido sobre a abertura aos canais privados do espectro televisivo. Quanto mais não fosse a experiência de outros países como a Itália era um bom/mau elemento de referência histórica e de reflexão. A batalha desenfreada pelas audiências, que significam mais receitas de publicidade e mais lucros para os accionistas, levaria inevitavelmente a pressões sobre o nível geral da qualidade dos programas com o objectivo de captar público através do apelo aos sentimentos mais vulgares, ao voyeurismo nacional e agora, mais recentemente, aos desejos de se poder falar e decidir, mesmo que só aparentemente, sobre a vida dos outros. Como afirmava um crítico de

Dizem os defensores deste tipo de programa, apesar de tudo com um ar falsamente compungido, como o Dr. Pinto Balsemão ou o Sr. Emídio Rangel: eu não vejo mas o público quer, como se vê pelas audiências conseguidas. Pois quer. E talvez até queira pior, como o célebre programa do «Ratinho» no Brasil. É o resultado inevitável do processo educativo e cultural, não tanto do ponto de vista das habilitações literárias e escolares mas de uma formação geral ética, estética e humanista que o sistema de ensino e a sociedade mercantilista não veiculam. É o resultado da ausência generalizada de ofertas alternativas que captem a atenção das audiências e que, salvo raras excepções, os canais públicos não têm oferecido. É evidente, em Portugal, que o serviço público de televisão não tem cumprido a sua função e que tem oscilado entre copiar o que de pior se faz nos canais privados até funcionar fundamentalmente como a voz do dono.

A verdade é que, e isso é que deve ser motivo da maior das preocupações, se tem vindo a assistir no nosso país a uma degradação dos patamares de exigência e de qualidade na vida colectiva. Impera, em certos grupos sociais, a busca pela obtenção, a todo o preço, de um certo estatuto social cosmopolita, de que o aparecimento na televisão constitui a pedra de toque o que, por sua vez, constitui a expressão de um certo tipo de sucesso. Esta é a ordem dominante que é estimulada pelo lixo televisivo que todos os dias entra em nossas casas mas que foi criada e alimentada pela ordem económica e política vigente. Sem querer forçar a nota, estou em crer que no nosso país, muito também pelo mimetismo gerado pelas políticas das maiorias que se têm formado, o que se passa no âmbito de certos protagonistas da vida pública não é alheio ao panorama geral para que o País vai resvalando. Designadamente, o Partido Socialista e o seu Governo têm pautado a sua actuação por um



televisão, a bisbilhote nacional sobre os acontecimentos em casa do nosso vizinho encontrou em «Big Brother» ou «O Bar da TV» a possibilidade máxima de pôr um País inteiro a espreitar pelo buraco da fechadura, a emitir opiniões e a decidir sobre o que se passa em casa alheia. Um êxito garantido, à partida, tanto mais quanto mais ousadas, íntimas e abjectas forem as cenas apresentadas. Isso de preocupações sobre o direito à privacidade de cada um é retórica que só se usa, de facto, para proteger a nossa própria vida privada. Ai sim, ninguém está autorizado a penetrar. Mas os próprios invadir a privacidade de outro, isso, é a regra de ouro de um certo comportamento que é cultivado e estimulado e onde os valores são arrumados numa gaveta esquecida.

clima geral de mediocridade, guerras intestinas pelo poder, irresponsabilidade, promiscuidade, compadrio, vulgaridade e ausência continuada de políticas educativas e culturais dignas desse nome que, seguramente, têm constituído o caldo de cultura onde medra com mais facilidade a adesão de múltiplos segmentos da sociedade ao que de pior se constrói na vida colectiva. Creio não estar nem a exagerar nem, muito menos, a revelar qualquer sentimento de impotência. Não partilho da visão dos vencidos da vida. Mas que temos pela frente, todos os que porventura partilham destas reflexões, e em particular os comunistas, um combate sério e prolongado para «tornar possível o impossível» — nas palavras de Marta Harnecker — isso é evidente que temos.

## Carlos Carvalhas denuncia Cinco exemplos de maus serviços

### Fornecimento de Energia Eléctrica / EDP

O fornecimento e distribuição de energia eléctrica é, porventura, o exemplo mais gritante da degradação da prestação de um óbvio serviço de interesse público estratégico para os cidadãos, para as empresas e para a segurança do País.

É hoje evidente, para quem ainda alimentasse dúvidas, que com a privatização da EDP passou a imperar a lógica do lucro máximo em vez da lógica do serviço público. Para garantir e aumentar a máxima remuneração dos seus accionistas a EDP tem procedido a uma política de redução de investimentos na rede e nos serviços de atendimento às populações. (...) Não é, pois, de estranhar, que se sucedam os incidentes na rede levando à repetição sem precedentes dos vulgarmente conhecidos «apagões»: 209 mil em 1999. Cerca de 106 mil só no primeiro semestre de 2000. (...)

Encerram-se balcões e serviços de atendimento à população, concentrando-os e obrigando a enormes deslocações e perdas de tempo das populações. (...)

### Fornecimento de Gás / Reconversão do Gás Natural

(...) Já não falamos da publicidade enganosa lançada no início da operação quando se afirmava, falsamente, que o preço do gás natural — cuja introdução, em si mesmo, não contestamos e consideramos um passo positivo designadamente em matéria ambiental — seria 50% mais barato do que o gás da cidade.

Falamos na forma precipitada, por razões de valorização do Grupo GDP com vista à sua privatização, como se está a procurar reconverter o Gás de Cidade para o Gás Natural sem, aparentemente, as condições de segurança que uma tal operação exige, em especial numa cidade com um largo envelhecimento das suas construções e da sua rede.

A legislação nacional e comunitária obriga a substituir tudo o que nas redes e instalações antigas está construído em tubagem de chumbo, ferro galvanizado ou ferro fundido, sabendo-se como se sabe que o gás natural é um gás seco que as canalizações antigas não estão aptas para receber. Mas em vez da substituição das redes antigas o que se está a assistir é à injeção de um produto substitutivo dessa operação para o qual, dizem os técnicos, não há totais garantias de segurança e que, em todo o caso, só tem um prazo de garantia de 4 a 5 anos. E depois, o que acontece? Quem assegura, passado aquele período, as condições de segurança das instalações? Quem pagará, então, as necessárias operações de substituição da rede ou da reinjeção do tal produto? Nada disto está esclarecido. Sobre nada disto são informados os 225.000 fogos de Lisboa onde se procede às operações de reconversão de gás da cidade para gás natural. (...)

### Rede e Infra-estruturas ferroviárias

(...) A rede clássica tem sido votada ao abandono com sérios prejuízos para as populações e para o próprio ordenamento do território. Sujeta à degradação progressiva, sem conservação, sem melhoria dos traçados, sem renovação do material circulante, estando-se claramente perante uma política deliberada de dificultar e reduzir o movimento de

passageiros e mercadorias para, depois, justificar-se o seu encerramento.

(...) Amputou-se e desmembrou-se a CP em múltiplas empresas com o argumento de que tal era necessário para uma melhor gestão da empresa, para para a espiral dos prejuízos crescentes e para ser prestado um melhor serviço público. (...)

Em termos de resultados financeiros o desastre está à vista. Em 1996 o défice da CP foi de 72 milhões de contos e a CP transportou, nesse ano, 177 milhões de passageiros. Em 2000, o défice conjunto da CP e da REFER ultrapassou os 73 milhões de contos, com a CP a perder desde então, 13 milhões de passageiros, ao contrário do que se passa noutros países da União Europeia.

Em 1996 havia uma empresa, um Conselho de Gerência. Agora existem 14 empresas, um Instituto, quinze administrações, centenas de directores todos com direito a automóvel, cartões de crédito e todas as mordomias associadas. E, porventura, o exemplo mais acabado, da política dos jobs for the boys. (...)

### A rede rodoviária e a degradação das infra-estruturas

Foi preciso que tivesse sucedido a dramática tragédia de Castelo de Paiva e que a opinião pública estivesse mais atenta às tragédias dos acidentes de viação nas estradas portuguesas para que o Governo resolvesse passar da fase das inaugurações, com pompa e circunstância, de grandes troços de alta-velocidade para algumas mais modestas, que porventura rendem menos votos, mas seguramente mais necessárias acções de reparação, melhoria e reabilitação da rede geral de estradas e das correspondentes infra-estruturas. Quando se sucedem os acidentes mortais na IP3 (180 mortos desde a abertura ao tráfego) ou na IP4 devidos a traçados e condições de construção precipitadas por razões de prazos eleitorais. (...)

Sabe-se agora que Portugal não tem sequer um registo de pontes. (...) Sabe-se também que 4.000 Kms de estradas e pontes, quase um terço da rede viária nacional, são hoje terra de ninguém e não têm manutenção regular. (...)

### O esvaziamento dos serviços da Administração Pública e a multiplicação de Institutos

O Partido Socialista tem falado muito na necessidade de reforma da Administração Pública.

Mas o que se tem visto, no essencial, é a criação de centenas de estruturas paralelas da Administração Pública, desmultiplicando-se em Institutos, Fundações e Associações, em muitos casos com sobreposições ao que existe. E se, em certos casos, a criação de tais estruturas até pode ser necessária para assegurar maior agilidade e operacionalidade na Administração Pública a verdade é que, na generalidade dos casos, o que temos pela frente é também uma lógica de multiplicação dos lugares da Administração para quadros da confiança do Partido do Governo e de criação de estádios intermédios visando, no fim da linha, com falsos pretextos de modernização, passar para o sector privado a gestão de importantes áreas. (...)

## Deterioração das relações laborais

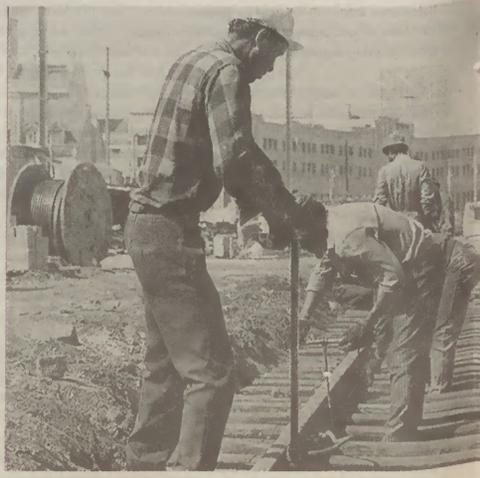
Alvo de crítica cerrada da bancada comunista foi a crescente desqualificação e precarização do emprego que, em sua opinião, tem vindo a ocorrer em paralelo com a degradação de serviços públicos essenciais. Esta deterioração das relações laborais acaba ela mesmo por ter incidências nefastas que não podem deixar de afectar a

motivação e mobilização dos trabalhadores e, nessa medida, sem direitos e sem políticas de formação, qualificação e valorização profissional. Ao debate, pela voz dos deputados do PCP, foram levados variadíssimos exemplos que atestam esta realidade. Veja-se o caso da EDP. Como assinalou Vicente Merendas, «enquanto sobem os lucros, diminuem os traba-

lhadores». A par da sua redução - o número de trabalhadores passou de 22 mil para cerca de 14 mil -, assiste-se ao agravamento das condições de trabalho e ao ataque a direitos. Não menos escandaloso é o facto de a empresa estar a pressionar os trabalhadores no sentido de assinarem acordos de rescisão para, depois, os contratar como independentes através de subempregueiros, em condições ultraprecárias.

Menos postos de trabalho, menos direitos dos trabalhadores, desorganização no sistema, condições objectivas para uma eventual redução da segurança, eis, por outro lado, o panorama que caracteriza os transportes ferroviários, decorridos alguns anos sobre o início do desmembramento da CP. Aos 13.600 trabalhadores que detinha em 1996 não restam hoje no seu quadro mais do que 6.600, ou seja, reduziu o efectivo a metade.

Igualmente grave é o quadro existente nos transportes rodoviários. Aos cerca de 15 mil trabalhadores que integravam a antiga Rodoviária Nacional contrapõe-se, hoje,



A CP tem votado ao abandono a rede ferroviária

## Empregos para a rapaziada

funções, como é comum a concessão de mordomias e benesses. Um testemunho deste rega-bafe que tem caracterizado a gestão da coisa pública pelo governo do PS é o caso do Instituto Nacional de Aviação Civil. Sendo muitos os exemplos, este, segundo Lino de Carvalho, tem a particularidade de ser paradigmático. Tendo substituído, em 1998, a antiga Direcção-Geral de Aviação Civil como Autorida-

## Deterioração das relações laborais

Alvo de crítica cerrada da bancada comunista foi a crescente desqualificação e precarização do emprego que, em sua opinião, tem vindo a ocorrer em paralelo com a degradação de serviços públicos essenciais. Esta deterioração das relações laborais acaba ela mesmo por ter incidências nefastas que não podem deixar de afectar a

motivação e mobilização dos trabalhadores e, nessa medida, sem direitos e sem políticas de formação, qualificação e valorização profissional. Ao debate, pela voz dos deputados do PCP, foram levados variadíssimos exemplos que atestam esta realidade. Veja-se o caso da EDP. Como assinalou Vicente Merendas, «enquanto sobem os lucros, diminuem os traba-

lhadores». A par da sua redução - o número de trabalhadores passou de 22 mil para cerca de 14 mil -, assiste-se ao agravamento das condições de trabalho e ao ataque a direitos. Não menos escandaloso é o facto de a empresa estar a pressionar os trabalhadores no sentido de assinarem acordos de rescisão para, depois, os contratar como independentes através de subempregueiros, em condições ultraprecárias.

Menos postos de trabalho, menos direitos dos trabalhadores, desorganização no sistema, condições objectivas para uma eventual redução da segurança, eis, por outro lado, o panorama que caracteriza os transportes ferroviários, decorridos alguns anos sobre o início do desmembramento da CP. Aos 13.600 trabalhadores que detinha em 1996 não restam hoje no seu quadro mais do que 6.600, ou seja, reduziu o efectivo a metade.

Igualmente grave é o quadro existente nos transportes rodoviários. Aos cerca de 15 mil trabalhadores que integravam a antiga Rodoviária Nacional contrapõe-se, hoje,

# Os caminhos do federalismo

• Ilda Figueiredo

Como é conhecido, sucedem-se as declarações sobre o avanço do federalismo europeu, com base nas propostas que os dirigentes alemães não se cansam de proclamar como as melhores para o futuro da União Europeia e que, em Portugal, têm fiéis seguidores nos dirigentes do PS e do PSD que, nestas questões da integração europeia e dos caminhos do neoliberalismo, seguem juntos no mesmo sentido. Daí não espantar que também no Parlamento Europeu haja avanços consideráveis, com apoio dos deputados portugueses daqueles grupos políticos, mesmo antes da ratificação do Tratado de Nice pelos estados-membros. Neste âmbito, merecem especial destaque a aprovação, na última sessão do plenário, em Estrasburgo, de um relatório sobre o estatuto e financiamento dos partidos políticos europeus (relatório Schleicher) e o

novo Tratado fosse aprovado nesse ano, ainda antes das eleições de 2004. A propósito do método que agora se pretende retomar, importa tornar claro que a participação dos parlamentos nacionais naquela Convenção se fez na base de apenas dois deputados, o que assegurou tão só a participação dos dois maiores partidos, o chamado bloco central. Por exemplo, da Assembleia da República, apenas foi garantida a participação directa do PS e do PSD, tendo sido excluídos representantes do PCP, CDS/PP, BE e PEV, o que reduziu a participação de partidos com sensibilidades diferentes e não garantiu o pluralismo.

Ainda relativamente ao conteúdo da Carta é necessário não apenas lê-la, mas também compará-la com outros textos internacionais sobre Direitos Humanos, incluindo as Cartas Sociais aprovadas pela Comunidade e pelo Conselho da Europa, para já não falar da Constituição da República Portuguesa e da Declaração Universal

dos Direitos Humanos. E, então, se essa comparação for realizada, ninguém poderá contestar que o texto da Carta dos Direitos Fundamentais é, não só muito insuficiente, manifestamente pobre, como deixa de fora direitos fundamentais há muito consagrados quer internacionalmente, quer, depois da revolução de 25 de Abril, na nossa Constituição da República. No entanto, como é sabido, a carta não

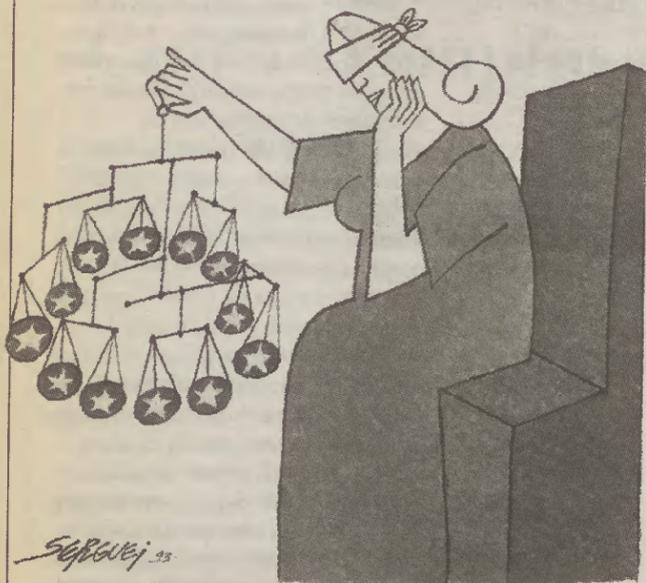
tem valor vinculativo, pelo que o que se mantém válido são os direitos e liberdades muito mais amplos consagrados noutros documentos de direito internacional e nacional.

## De estados a regiões

Mas o que os federalistas pretendem é a transformação da Carta na primeira parte de uma futura Constituição Europeia, com o objectivo de criar uma qualquer federação europeia ou federação dos estados unidos da Europa, transformando os estados nacionais em meras regiões, mandando para o caixote do lixo da história a soberania nacional, e avançando, como aparecem a defender com toda a veemência os governantes alemães, para um governo europeu e um presidente europeu, onde a Carta teria todo o cabimento como capítulo primeiro de uma única constituição europeia, o que seria um retrocesso inadmissível na consagração dos direitos e liberdades fundamentais. É, pois, tempo de falar com clareza, usar maior transparência e respeitar a diversidade de opiniões nestes processos de aprofundamento da integração europeia. A participação que cabe aos parlamentos nacionais, como um dos órgãos fundamentais de cada estado-membro, não pode ser confundida com o funcionamento de assembleias «ad-hoc» que, à partida, excluem uma parte significativa dos partidos políticos, em geral aqueles que têm opiniões diferentes.

## Bloco central dá cobertura

Quanto ao relatório sobre o Tratado de Nice e o futuro da União Europeia, pressiona em dois sentidos: aprofundar rapidamente o processo de integração, a pretexto do alargamento a 27 países, e alterar o método de preparação da decisão sobre as novas alterações ao Tratado, procurando envolver o «bloco central» dos parlamentos nacionais de cada um dos estados-membros, através de um tipo de Convenção utilizada para a elaboração da Carta dos Direitos Fundamentais, cujos trabalhos deveriam começar já no início de 2002, para que a nova CIG (Conferência intergovernamental) pudesse ser convocada para o segundo semestre de 2003, de modo a que o



Deputados do PCP pedem apoios para os produtores transmontanos

# Prejuízos na azeitona

O mau tempo afectou gravemente a produção de azeitona em particular na região de Trás-os-Montes e Alto Douro sem que o governo tenha feito mais do que abrir uma linha de crédito.

Para corrigir esta situação, a deputada, do PCP, Ilda Figueiredo dirigiu na segunda-feira, uma pergunta escrita à Comissão Europeia instando-a a tomar posição relativamente à atribuição de compensações aos agricultores afectados.

Segundo afirma, «havia verbas previstas para pagamento dos subsídios à produção que não foram atribuídas», o que é tanto mais grave quanto Portugal é um «contribuinte líquido da PAC».

A deputada, que esteve em reuniões de trabalho, na

semana passada, com diversas entidades ligadas ao sector oleícola de Trás-os-Montes, lembra que as condições climáticas provocaram na última campanha reduções na produção de azeitona na ordem dos 60 a 70 por cento.

De resto, a gravidade da situação foi reconhecida pelo próprio governo português que declarou a região zona de calamidade. No entanto, a única medida de apoio que adoptou foi a abertura de uma linha de crédito bonificado, o

que é considerado por Ilda Figueiredo como «insuficiente» face aos «enormes prejuízos que quebra da produção causou numa zona altamente dependente da olivicultura».

Deste modo, afirma Ilda Figueiredo, «os agricultores ficaram sem receita da produção e sem os apoios à produção que estavam orçamentados, vivendo uma situação difícil que pode obrigar ao abandono do sector para poderem sobreviver».

Por isso, conclui a eurodeputada do PCP, «impõe-se a atribuição de uma compensação aos olivicultores desta zona na base de pelo menos 50 por cento da média anual das produções declaradas nos últimos três anos».

## UE harmoniza penas para imigração ilegal

Os ministros da Justiça e Interior dos quinze países da União Europeia chegaram a acordo, na terça-feira, quanto à harmonização das penas a aplicar aos que promovem a entrada, o trânsito e alojamento de imigrantes ilegais na UE.

Nesta reunião do Comité Misto da UE, que também é integrado pela Noruega e pela Islândia, foi decidido

que os infractores passam a estar sujeitos a uma pena máxima não inferior a oito anos de prisão, excepto na Holanda e na Suécia, onde as respectivas penas máximas não irão além dos seis anos, de acordo com as suas leis.

Os Quinze concordaram igualmente em harmonizar as sanções contra as companhias aéreas, ferroviárias e de navegação que facilitem a

entrada de imigrantes, fixando uma pena mínima de três mil euros (cerca de 600 contos) por pessoa.

Por último, foi alcançado um acordo sobre assistência judicial mútua que obrigará os estados-membros a levantar o segredo bancário caso um outro reclame ajuda judicial, e a fornecer nomeadamente informação sobre contas transacções bancárias.

## Novo programa para as regiões

A Comissão Europeia aprovou, na terça-feira, um programa para Portugal, no montante de mais de 108 milhões de euros (21,6 milhões de contos) destinado a criar as condições necessárias à execução da estratégia global das intervenções dos Fundos Estruturais, para o período 2000-2006.

Este programa de assistência técnica vem acrescentar-se aos 18 outros programas adoptados pela Comissão

para o nosso país e completa o conjunto das intervenções a título do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) português.

O objectivo é dar apoio à gestão, ao acompanhamento, ao controlo e à avaliação, bem como acções de informação e de publicidade, devendo ainda permitir melhorar a execução e reforçar a qualidade técnica e pedagógica em matéria de formação profissional.

O financiamento comunitá-

rio representa mais de 81 milhões de euros, dos quais 36,4 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e de 44,9 milhões de euros do Fundo Social Europeu (FSE). A participação das autoridades nacionais é de cerca de 27 milhões de euros. Recorde-se que os Fundos Estruturais destinam-se a financiar programas de desenvolvimento regional.

## Europa e Ásia aprofundam diálogo

A União Europeia, China, Japão e oito outras nações asiáticas defenderam o «fortalecimento de uma parceria euro-asiática», prometendo «aprofundar o diálogo político e alargar as áreas de cooperação» entre os dois continentes.

A declaração, aprovada no final da 3.ª reunião ministerial ASEM (Encontro Ásia-Europa) realizada na passada semana em Pequim, considera que o planeta encaminha-se para «a globalização e a interdependência», concluindo que, neste contexto, «o fortalecimento de uma parceria euro-asiática beneficiará o mundo inteiro».

Os ministros da ASEM manifestaram-se a favor do «reforço do papel da ONU», da «manutenção de um equi-

líbrio estratégico global» e do «fortalecimento das iniciativas regionais e globais sobre controlo de armamentos, desarmamento e não proliferação de armas de destruição maciça».

Na área do ambiente, a ASEM defendeu o Protocolo de Quioto como «um importante primeiro passo para alcançar a necessária viragem nas emissões dos países industrializados».

A declaração reafirma ainda o empenho da ASEM no combate ao crime transnacional e promete «intensificar a cooperação contra o tráfico de seres humanos, nomeadamente mulheres e crianças».

Portugal, que esteve representado na reunião pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama,

conseguiu incluir na declaração final um parágrafo em que se afirma que o «activo envolvimento da comunidade internacional no apoio ao processo de reabilitação e construção nacional em Timor-Leste deve continuar para além da independência».

A ASEM, criada em 1996, é um fórum de diálogo político e cooperação constituído pelos quinze países da União Europeia mais dez nações asiáticas (Brunei, China, Coreia do Sul, Filipinas, Indonésia, Japão, Malásia, Singapura, Tailândia e Vietname). No conjunto, a ASEM representa 40 por cento da população do planeta e quase metade (48,9 por cento) do produto económico bruto mundial.

## Conversão «estimula» branqueamento

Nos primeiros cinco meses do ano, os departamentos fiscais alemães receberam o dobro ou o triplo de denúncias sobre branqueamento de capitais, relativamente ao ano anterior, refere o semanário «Der Spiegel», na sua edição de sábado. Entre os vários casos citados, destaca-se o departamento de Frankfurt com 508 denúncias, entre Janeiro e Maio deste ano, contra as 188 em igual período do ano passado. O semanário relaciona esta evolução com a última fase de conversão das moedas nacionais na moeda europeia que entrará fisicamente como forma de pagamento dentro de sete meses.

## Britânicos contra euro

Cerca de dois em cada três britânicos (61 por cento) opõem-se à adesão da Grã-Bretanha à zona euro, segundo uma sondagem divulgada no domingo pelo «Sunday Times». O tema da moeda única está de resto a dominar a campanha das eleições legislativas, marcadas para 7 de Junho, com o Partido Trabalhista a declarar-se a favor da adesão do país logo no início da nova legislatura, desde que haja um referendo favorável. Os conservadores, ao contrário, são contra a entrada para a zona euro nos próximos cinco anos. A cerca de duas semanas das eleições, os trabalhistas - segundo a mesma sondagem -, recolhem 19 pontos de avanço sobre os conservadores nas intenções de voto, podendo obter 49 por cento dos votos. Os conservadores ficam-se pelos 30 por cento e o Partido Liberal, 14 por cento.

## Alemães recusam privados

Cerca de metade dos alemães não estão dispostos a assinar um contrato de reforma privado, revela uma sondagem divulgada no fim-de-semana pelo diário «Bild» e pela televisão pública regional MDR. O estudo foi efectuado depois de Berlim ter decidido adoptar um sistema que prevê, pela primeira vez, uma parte de capitalização para o financiamento das reformas. Pelo menos 45 por cento dos inquiridos discordam deste esquema, que só ganhou adeptos entre os jovens dos 18 e aos 29 anos. Mesmo assim só 20 por cento das pessoas questionadas se mostraram dispostas a aderir ao contrato de reforma por capitalização. Esta alteração foi aprovada em 11 de Maio pela Câmara Alta do parlamento (Bundesrat), e prevê benefícios fiscais e ajudas financeiras públicas a quem optar por este sistema.

# Escolaridade na União Europeia Portugal do insucesso

**Um em cada dois jovens portugueses deixa de estudar no final da escolaridade obrigatória, o que faz do nosso país um «campeão» europeu do insucesso escolar.**

Os níveis de educação nos estados-membros têm vindo a subir constantemente na Europa, segundo indica um estudo do Eurostat, divulgado na segunda-feira. No entanto, há diferenças abissais entre os Quinze e o nosso país destaca-se mais uma vez pela negativa apresentando os mais baixos índices de escolaridade em todas as camadas etárias.

O gabinete de estatísticas europeias refere que se registaram progressos nesta área em todos os estados-membros nos últimos 30 anos. Comprovam-no os dados referentes ao ano de 1999, os quais mostram que menos de metade das pessoas com idades entre os 50 e os 64 anos completaram o ensino secundário, proporção que ultrapassa os 70 por cento nas pessoas de 25 a 29 anos. Ainda assim, um em cada cinco jovens europeus (20 por cento), dos 18 aos 24 anos, abandona actualmente o ensino no final da escolaridade obrigatória.

Em Portugal, o abandono escolar precoce atinge 46 por cento dos jovens, taxa muito superior às de Espanha (29 por cento), e de Itália (27 por cento), que se seguem na lista. A Suécia, com sete por cento, Finlândia, com dez por cento, Áustria e Dinamarca, ambos com 12 por cento, são países onde apenas um em cada dez jovens deixa de estudar antes ou no final da escolaridade obrigatória.

### Baixa qualificação

No conjunto da UE, em 1999, 71 por cento dos jovens, dos 25 aos 29 anos, completaram pelo menos o ensino secundário, percentagem que sobe consideravelmente na Dinamarca, com 89 por cento, da Suécia, 86 por cento, da Finlândia e da Áustria, ambos com 85 por cento e da Alemanha, com 83 por cento. Do lado oposto, Portugal tem a mais baixa taxa com 35 por cento, atrás da Espanha, com 58 por cento, e da Itália, com 60 por cento.

Apesar da grande distância que nos separa da média europeia, vislumbra-se uma tendência positiva na escolarização dos portugueses patente nas gerações mais novas. De facto, se no escalão etário dos 50 a 64 anos, apenas 12 em cada 100 tinham o secundário, no escalão dos 40 a 49 anos, esta percentagem subia para 19 por cento, atingindo os 24 por cento,

**Só dez por cento dos portugueses terminaram um curso universitário**

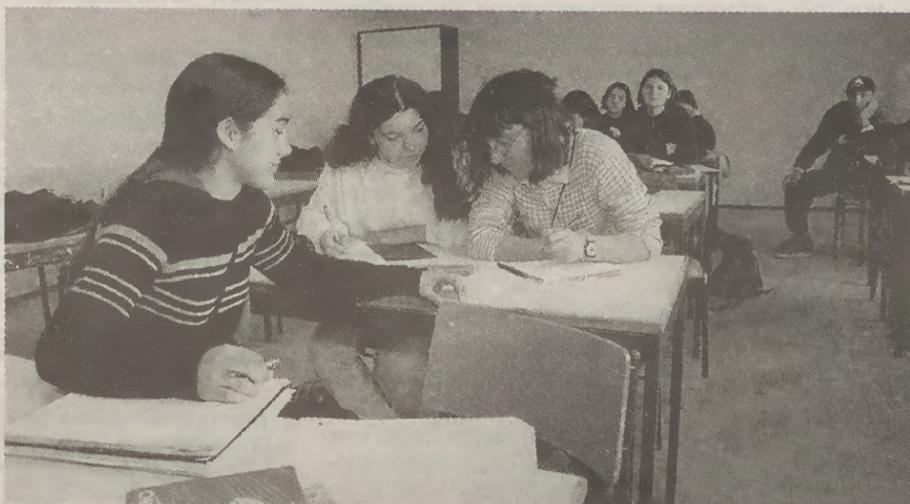
### Superior só para alguns

Contrariando a ideia feita de que no nosso país há um excesso de «doutores», o estudo conclui que apenas dez por cento dos portugueses (dos 25 aos 64 anos) terminaram um curso universitário, taxa que representa metade da média europeia só é só igualada pela Itália. A Áustria é o outro país com poucos licenciados (apenas 11 por cento), o que contrasta com a alta percentagem de pessoas que têm o secundário (75 por cento), superior à média europeia (60 por cento). No topo, encontram-se a Finlândia e a Suécia com as mais altas taxas de

formação superior contra apenas oito por cento dos homens.

Portugal volta a estar nos extremos quando se estudam as diferenças regionais. Assim, a percentagem de pessoas, com idades compreendidas entre os 25 e os 59 anos, que não completaram o secundário é superior a 80 por cento em todas as regiões do país, à excepção da região de Lisboa e Vale do Tejo, onde esta taxa é de 70 por cento. Os Açores apresentam a taxa mais elevada com 86 por cento dos seus habitantes a não terem concluído o secundário.

Situação bem diferente, verifica-se nas regiões de leste da Alemanha, a antiga



**Apenas 21 por cento dos portugueses concluíram o secundário, muito abaixo da média comunitária que atinge os 60 por cento**

nas idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos.

Contudo, analisada na faixa etária mais abrangente, dos 25 aos 64 anos, a população portuguesa apresenta o mais baixo nível de escolarização da UE, com apenas 21 por cento dos indivíduos a possuírem o secundário, muito abaixo da média comunitária de 60 por cento.

diplomados, com 31 e 29 por cento, respectivamente.

Verifica-se ainda que a 21 por cento da população da UE (dos 25 aos 64 anos) possuem um grau superior de ensino, proporção que é superior nos homens, 22 por cento, contra 19 por cento, nas mulheres. Em Portugal, esta relação inverte-se com 11 por cento das mulheres a possuírem

RDA, onde apenas 10 por cento da população, nesta faixa etária, não terminou o ensino secundário. De um modo geral, em todas as regiões alemãs, austríacas, suecas e dinamarquesas menos de um terço da população não terminou o secundário, contra mais de metade na quase totalidade das regiões italianas, gregas, espanholas e portuguesas.

## Governo culpa «critérios»

Na terça-feira, o Governo português, através do ministro da Presidência, Guilherme d'Oliveira Martins, acusou o toque e contestou os resultados do estudo sobre a escolaridade no nosso país, argumentando que os critérios seguidos por Bruxelas prejudicaram Portugal. O ministro alega que o nosso país é o que melhor tem evoluído em todos os níveis de ensino e que o abandono escolar está a diminuir drastica-

mente. Saliu ainda que todos os jovens com 15 anos e 80 por cento dos que têm 17 anos estão na escola, o que demonstra a evolução positiva.

Ninguém questiona a «evolução» (melhor seria!), o problema é que ou o Eurostat adopta os «critérios» desejados pelo governo português ou teremos de esperar muitos mais anos até que a taxa de escolaridade deixe de nos envergonhar.

## UE acelera militarização

O Orçamento Rectificativo e Suplementar aprovado na sessão de dia 17 do Parlamento Europeu «visa continuar e acelerar o desenvolvimento da política europeia comum de segurança e defesa (PECSA)», considerou o deputado Joaquim Miranda, na sua declaração de voto.

Como explicou, as verbas disponibilizadas, 9,846 milhões de euros (cerca de dois milhões de contos), des-

tinam-se à «constituição de três novas direcções no seio do secretariado-geral do Conselho, o recrutamento de 51 funcionários, o pagamento de ajudas de custo destinadas a peritos militares e a aquisição de equipamentos de telecomunicações e de protecção de dados».

Estas estruturas de gestão da PECSA, afirma Joaquim Miranda, contribuem para «acelerar o processo de mili-

tarização da União Europeia», o qual os comunistas portugueses rejeitam claramente.

O deputado do PCP observa ainda que estas «despesas operacionais» são inseridas como «despesas administrativas», levando a que «por um lado se confunda a natureza das despesas e, por outro se retire a possibilidade do controlo democrático das mesmas, nomeadamente por

parte do Parlamento Europeu, o qual, na prática, abdica assim do seu poder orçamental».

Mas para além das questões da transparência e democracia, Joaquim Miranda nota ainda, desta forma, «aumentar-se a pressão sobre o limite de despesas da categoria 5 (despesas administrativas) numa altura em que se prepara o alargamento da União Europeia».

## Luta contra a exclusão

O Parlamento europeu aprovou um relatório de Ilda Figueiredo com vista à criação de um programa comunitário de luta contra a exclusão social. O documento, votado na sessão de dia 17, retoma «as posições que a Comissão aceitou mas que o Conselho, lamentavelmente, rejeitou, como o estabelecimento de parâmetros comparáveis no contexto dos planos de acção nacionais, e o financiamento a 90 por cento das actividades realizadas pelas principais redes europeias que participam na luta contra a pobreza e a exclusão social», referiu a eurodeputada do PCP. Por outro lado, Ilda Figueiredo obteve o apoio do PE para a questão fulcral do financiamento do programa «com 100 milhões de euros e não apenas 70 milhões como insiste o Conselho e a Comissão».

## Candidatos pedem clareza

Seis países candidatos à entrada na União Europeia manifestaram-se contra a imposição de novas condições ao alargamento em nome de «interesses políticos a curto prazo». Num comunicado conjunto divulgado na semana passada, no final de uma reunião em Praga, os ministros dos Negócios Estrangeiros do Chipre, Estónia, Hungria, Polónia, República Checa e Eslovénia, apelaram aos «estados-membros para evitarem complicar as negociações com os países candidatos, criando ligações injustificadas entre diferentes pontos em negociação e privilegiando interesses políticos a curto prazo». Em concreto, estes países incitaram os membros da UE a «entender-se o mais depressa possível, sobre uma posição comum quanto à livre circulação de pessoas», mostrando-se favoráveis a uma «abordagem diferenciada e flexível» que «tome em conta as realidades económicas, sociais e geográficas nos estados membros e nos países candidatos». Contudo ressaltam que estas realidades devem basear-se em informações estatísticas e análises científicas, sublinhando a «importância de encetar negociações significativas sobre a agricultura durante a próxima presidência europeia da UE baseadas no que já se considera adquirido».

## Moçambique recebe ajuda

A Comissão Europeia anunciou na passada semana a concessão a Moçambique de uma ajuda de 329 milhões de euros (cerca de 65,8 milhões de contos) nos próximos cinco anos. Do montante, 274 milhões de euros destinam-se às políticas sectoriais e projectos que contribuam para o desenvolvimento e redução da pobreza no país. Os restantes 55 milhões de euros vão cobrir necessidades imprevistas, nomeadamente, ajuda de emergência para situações de calamidade, contribuições para as iniciativas de redução da dívida e o apoio à instabilidade das receitas das exportações.

## Fujimori acusado de homicídio

A Procuradora Geral da República do Peru, Nelly Calderon, acusou na passada semana o ex-presidente Alberto Fujimori de delito de homicídio no caso do massacre de 15 pessoas ocorrido em 1991 no distrito do Bairros Altos. Calderon incluiu na sua acusação uma gravação onde se relata que no dia do massacre Fujimori foi à sede dos serviços secretos, dirigidos na sombra pelo seu antigo assessor Vladimiro Montesinhos, para celebrar com os membros do Grupo Colina os crimes cometidos.

## Director de jornal assassinado em Espanha

Sebastian Olega Elejabarrieta, de 52 anos, foi assassinado em San Sebastian na passada semana, numa acção atribuída à ETA. Elejabarrieta era director administrativo e financeiro do jornal El Diario Vasco, de San Sebastian, que já tinha sido alvo de outras acções e ameaças da organização separatista basca. A confirmar-se que se trata de uma acção da ETA, como creê a polícia, este é o terceiro atentado desde as eleições bascas de 13 de Maio.

## Violência na Macedónia

Confrontos entre as forças governamentais da Macedónia e guerrilheiros separatistas albaneses voltaram a eclodir perto da cidade de Tetovo, contrariando a anúncio oficial de que os rebeldes tinham sido derrotados naquela região. Várias aldeias em redor da cidade de Kumanovo foram também alvo de bombardeamentos do exército macedónio, segundo informou a televisão estatal, citada pela Lusa.

## Desemprego volta a subir nos EUA

Os pedidos de subsídios de desemprego nos EUA aumentaram para 407 mil na passada semana depois de terem atingido os 392 mil na semana anterior. A subida do número de pedidos em 15 mil não surpreendeu os analistas, embora as suas previsões apontassem para uma subida de 10 mil. O facto deste indicador permanecer elevado sugere que a contratação de novos trabalhadores não deve recuperar até a economia dar sinais claros de aceleração.

## Mubarak acusa Sharon

O presidente do Egipto, Hosni Mubarak, acusou o primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, de «querer enganar a opinião pública internacional» com o anúncio unilateral de um cessar-fogo. «Sharon diz que respeita um cessar-fogo, mas a realidade mostra-nos que Israel prossegue os seus bombardeamentos contra os territórios palestinos e as suas infra-estruturas», declarou Mubarak.

Quebra do sigilo eleitoral no Senado brasileiro provoca vaga de manifestações contra o regime de Henrique Cardoso

# Senado aprova demissão de senadores

Os senadores brasileiros António Carlos Magalhães e José Roberto Arruda renunciaram ao mandato após acusação de «quebra de decoro parlamentar».

A exemplo de outros movimentos realizados recentemente, milhares de estudantes saíram à rua nas principais cidades brasileiras, quinta-feira passada, enquanto o Conselho de Ética do Senado Federal votava o relatório elaborado pelo senador Saturnino Braga que apontava para a demissão dos senadores António Carlos Magalhães (conhecido como ACM) e José Arruda, por «quebra de decoro parlamentar».

O relatório, aprovado pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Brasileiro com 13 votos a favor a dois contra, concluiu que os dois senadores tiveram um «comportamento omissivo, ilícito, inequívoco e conivente com a fraude», na quebra do sigilo do painel electrónico do Senado, durante uma votação em Junho do ano passado que retirou o mandato de outro senador, Luiz Estevão (PMDB-DF). Pela Constituição brasileira, essa votação deve ser feita por voto secreto.

A descoberta da fraude no

painel electrónico gerou uma crise política entre os partidos que apoiam o presidente Fernando Henrique Cardoso, o que paralisou praticamente os trabalhos do Congresso.

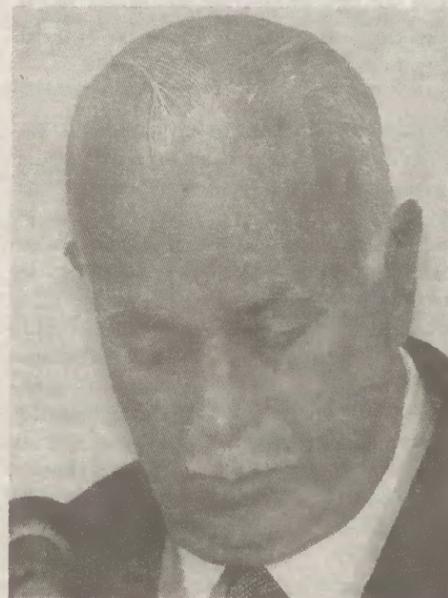
## Fraude no painel electrónico gerou crise política no Brasil

A violação, de acordo com a investigação da Comissão de Ética, foi feita por funcionários da empresa de informática do Senado – o Prodasem – a pedido dos dois senadores.

## O mal menor

Um dia depois da decisão do Conselho de Ética, José Arruda renunciou ao cargo. O senador António Carlos Magalhães tomou a mesma decisão, mas marcou a data da renúncia para ontem. Recordar-se que ambos começaram por negar com veemência as acusações de que eram alvo.

A renúncia, segundo analistas políticos, foi uma forma de os senadores não perderem os seus direitos políticos, mantendo desta forma a possibilidade de se candidatarem nas eleições



António Carlos Magalhães e José Roberto Arruda

no próximo ano. Segundo a legislação brasileira, se os mandatos lhes fossem retirados perderiam os direitos políticos e não poderiam ser candidatos durante oito anos.

## Protestos contra o governo

Este episódio pouco dignificante da política brasileira suscitou uma vaga de protestos populares contra a corrupção que grassa no regime brasileiro.

Em Salvador, sindicatos, organizações estudantis e partidos de esquerda reali-

zaram uma manifestação na cidade da Baía, levando um «António Carlos Magalhães» enjaulado para a rua. Os manifestantes ostentavam ainda centenas de faixas e cartazes exigindo a demissão de ACM e Arruda.

Em Brasília, os estudantes saíram à rua de cara pintada com as cores da bandeira brasileira, ficando em frente ao Congresso Nacional exigindo a demissão dos dois senadores.

Em São Paulo, estudantes do ensino secundário saíram pela Avenida Paulista exigindo a prisão dos senadores. Bonecos representando o presidente Fernando

Henrique Cardoso e o Fundo Monetário Internacional (FMI) foram queimados enquanto os estudantes entoavam o Hino Nacional.

No Rio de Janeiro, a Cinelândia (zona central da capital carioca) foi palco de uma manifestação de estudantes, sindicalistas e comerciantes que encheram as ruas da cidade. Ecrãs gigantes foram instalados nos principais pontos da cidade de forma a que a população pudesse acompanhar a sessão do Conselho de Ética transmitida em directo pela «TV Senado» e pelas emissoras comerciais de televisão.

## Montenegro

# A caminho da secessão

A coligação do presidente independentista do Montenegro, Milo Djukanovic, e a Aliança Liberal, de Milo Djukanovic, assinaram no início da semana um acordo de que prevê a realização de um referendo sobre a independência no prazo de oito meses.

Segundo informação da Lusa, a Aliança Liberal, também partidária da separação da Sérvia, compromete-se a apoiar no Parlamento o governo minoritário da actual coligação dirigente «Vitória

do Montenegro». Em contrapartida, o parlamento deverá aprovar uma lei sobre a realização, no prazo de oito meses, de um referendo cuja pergunta será: «É a favor de um Montenegro independente e reconhecido internacionalmente?»

A coligação de Milo Djukanovic compromete-se por seu lado a apoiar a candidatura de Vesna Perovic, da Aliança Liberal, à presidência do parlamento eleito no dia 22 de Abril, e cuja assembleia cons-

titutiva se realizou a semana passada.

Nas legislativas de Abril, a coligação de Milo Djukanovic conquistou 36 dos 77 lugares do parlamento do Montenegro, contra 33 da coligação «Juntos pela Jugoslávia». A Aliança Liberal elegeu seis deputados, pelo que o seu apoio a Djukanovic é indispensável para formar uma maioria absoluta no parlamento (42 lugares).

O acordo de cooperação entre independentistas e liberais tem a duração de um ano.

# Tráfico humano aumenta no mundo

Um estudo divulgado pelas Nações Unidas revela que o trabalho forçado e o tráfico de pessoas está a aumentar em todo o mundo. As principais vítimas são as mulheres, crianças e imigrantes, atraídos por oportunidades de trabalho e mais tarde arrastados para a prostituição.

«O crescimento do trabalho forçado no mundo inteiro é profundamente preocupante» afirmou Juan Somavia, director-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ligado à ONU. «Há uma completa exploração, opressão e escravização dos membros mais vulneráveis da nossa sociedade.»

Embora a OIT não tenha apresentado estimativas gerais, o documento aponta os Estados Unidos como destino de 50 mil mulheres e crianças contrabandeadas anualmente.

Entretanto, embora a escravidão seja cada vez mais rara no mundo, pode ser ainda detectada e alguns países. «O sequestro de pessoas e comunidades inteiras em sociedades atormentadas por guerras civis, como a Libéria,

Mauritânia, Serra Leoa e Sudão, é ainda uma prática comum», indica o relatório.

De acordo com a OIT, trabalhadores domésticos em muitos países estão sujeitos a trabalho forçado, sendo impedidos de deixar as casas dos patrões por meio de tácticas como a retenção de pagamentos ou documentos de identidade.

Na prostituição, as vítimas são também obrigadas a permanecer nesse meio devido a dívidas adquiridas. «A pessoa pode entrar em acordo com os traficantes de pessoas de uma forma aparentemente voluntária, mas quando chega ao seu destino, as condições são de coerção, inclusive restrições físicas como liberdade de movimento, abusos ou violência, e fraude», apontou o documento.

Recentemente, 43 crianças e adolescentes ficaram à deriva num barco na costa do Benin. O número de crianças retiradas do navio, assim que a embarcação atracou, confirmou a existência de tráfico infantil, concluíram a UNICEF e outras agências humanitárias.

# PCP na Finlândia

O Congresso do PC da Finlândia realizou-se de 19 a 21 de Maio, em Turku. O PCP fez-se representar por Domingos Lopes, membro do Comité Central, que leu uma saudação dos comunistas portugueses.

Entre outros aspectos, a mensagem valoriza «a luta do PCF em prol da defesa dos interesses dos trabalhadores da Finlândia, bem como pela paz, o progresso social e o socialismo», e alerta para os perigos da actual situação internacional.

«A Administração Bush, ao mesmo tempo que põe em

causa todos os tratados assinados com a URSS sobre os mísseis intercontinentais, prossegue a corrida ao famigerado projecto de defesa antimíssil», refere o texto, lembrando em seguida que a União Europeia, «prossegue a sua política de militarização com a criação do chamado exército europeu».

Não menos preocupante é a situação no Médio Oriente, dominada pela «política militarista e colonialista de Israel apoiada pelos EUA», bem como no continente africano, que «está a ser devastado de

norte a sul por guerras que, aliadas a problemas crónicos de subdesenvolvimento, são uma catástrofe humana de dimensões imprevisíveis».

Neste contexto, os comunistas portugueses entendem que uma maior cooperação entre os partidos comunistas e entre estes e as diversas forças de esquerda democráticas, traria a prazo um maior sucesso na luta contra a corrida aos armamentos, pelo desarmamento e pela paz e cooperação entre os povos de todo o mundo, e pelo progresso social.

Chipre

# Vitória dos comunistas

O Partido dos Trabalhadores Progressistas (AKEL), de Chipre, venceu as eleições de domingo, conquistando 20 dos 56 lugares no Parlamento.

De acordo com os resultados divulgados no início da semana pelo Ministério do Interior cipriota, o Akel, liderado por Dimitris Cristofias, recolheu cerca de 35 por cento dos votos, contra 34 por cento do partido Renovação Democrática (DISI, conservador), de Nikos Anastasiadis.

Os comunistas passam assim a dispor de 20 lugares no novo Parlamento, mais um do que o DISI. Quanto ao Movimento Democrático (DIKO), elegeram nove deputados (15 por cento dos votos), enquanto os social-democratas do KISOS se ficaram pelos 6,5 por cento e quatro deputados. Os restantes quatro lugares no Parlamento foram distribuídos pelos novos partidos que ascendem ao hemisfério: «Novos Horizontes (2,9 por cento), «Democratas Unidos (2,5 por

Por ocupar continuam os 24 lugares correspondentes aos cipriotas-turcos.

## Um país ocupado

Em 1974 a Turquia invadiu o Norte de Chipre, dividindo a pequena ilha mediterrânica em duas. Dominando cerca de 40 por cento do território cipriota, a Turquia proclamou em 16 de Agosto de 1974, na zona sob seu controlo, um «Estado Federal turco-cipriota», tendo como presidente Rauf Denktash. As negociações desenvolvidas desde então entre Denktash e o arcebispo Makarios, presidente de Chipre entre Dezembro de 1974 até à data da sua morte, em Agosto de 1977, revelaram-se infrutíferas. Também o presidente Syros Kyprianou, sucessor de Maka-

Em 15 de Novembro de 1983 é proclamada a República Turca do Norte de Chipre, unicamente reconhecida pela Turquia.

A reunificação do país, eventualmente através de uma Federação com duas comunidades, é uma prioridade para a generalidade dos partidos cipriotas, designadamente para o AKEL. É isso que explica, de resto, o consenso não menos generalizado sobre a adesão à União Europeia, que terá de ser ratificado nos próximos cinco anos. Os principais partidos do país acreditam que estando Chipre integrado na UE será mais fácil acabar com o «Muro de Nicósia», a linha verde estabelecida pelas Nações Unidas para separar as duas partes da ilha.

## Um país dois mundos

Entretanto, em 27 anos de ocupação turca, o Norte de Chipre afundou-se na miséria. Enquanto o Sul vive uma prosperidade económica, com um crescimento sustentado de cinco por cento ao ano, uma inflação inferior a dois por cento, escasso desemprego e um elevado rendimento per capita, o Norte agoniza numa crise económica e social sem fim à vista, agravada pela crise económica turca e pela recente desvalorização da sua moeda. Com uma produção praticamente nula e sem mercado interno, o Norte debate-se ainda com a crescente marginalização demográfica dos cipriotas-turcos, hoje transformados em minoria face aos cerca de 100 000 colonos oriundos da Turquia e aos 35 000 soldados que ocupam o território. De ambos os lados da linha verde aumentam os defensores de uma solução que consagre os direitos das duas comunidades, greco e turco-cipriotas, para quem Chipre é a sua pátria, una e indivisível.

## Saudação do PCP

O Secretariado do Comité Central do PCP enviou ao AKEL uma mensagem de «calorosas felicitações pelo grande sucesso alcançado pelos comunistas cipriotas nas eleições legislativas».

Na sua saudação, o PCP faz «votos para que um tal resultado, que reflecte o relevante e insubstituível papel do AKEL na vida social e política do Chipre, contribua para pôr definitivamente termo à ocupação de uma parte do seu país pela Turquia e para a salvaguarda da independência, soberania e integridade territorial de Chipre».

cento), ADIK (2,2 por cento) e o Movimento Ecologista e do Ambiente (1,9 por cento).

Os seis candidatos independentes que se apresentaram ao escrutínio não recolheram mais do que 0,2 por cento dos votos.

rios, não foi melhor sucedido na tentativa de resolução pacífica do conflito com a Turquia, dado Ancara ter sempre rejeitado retirar as suas tropas do Norte da ilha, condição indispensável para uma solução aceitável.



Uma barragem da ONU interrompe uma avenida de Nicósia; do outro lado, ocupado pela Turquia, há destruição. É proibido recolher imagens, mas a memória da violência turca está presente nos diversos pontos da linha verde controlada pelas Nações Unidas. Em Agosto de 1996, uma série de manifestações contra a ocupação na «fronteira» interna saldou-se por vários mortos, cuja responsabilidade cabe à polícia turco-cipriota, segundo a Amnistia Internacional. As fotos das vítimas, expostas no local, tornaram-se um símbolo da luta pela reunificação



● Manoel de Lencastre

## Eleições na Grã-Bretanha

A uma semana das eleições parlamentares, o panorama de indiferença tem-se adensado de maneira quase incrível. Posto que o tradicional partido trabalhista, aquele que oferecia alternativas embora raramente as concretizasse, foi tomado de assalto e ocupado pelos «blairistas» cuja filosofia política e cuja prática não se diferenciam das dos conservadores, o eleitorado hesita e não sabe que valor atribuir às eleições.

Houve algum drama, sem dúvida, quando o país assistiu à cena de pugilismo verificada entre o vice-primeiro-ministro, John Prescott, e um eleitor, ou à intervenção inesperada de Margaret Thatcher que, numa sessão de apoio ao seu partido, o conservador, declarou: «Os tories jamais permitirão o desaparecimento da libra esterlina e a sua substituição pelo euro» A «dama de ferro», evidentemente, esqueceu com rapidez as concessões por ela própria feitas para que a chamada União Europeia adquirisse o poderio que amassou. Fazendo referência a estas circunstâncias, «The Daily Telegraph» apressou-se a escrever: «Grande parte dos eleitores não se mostram impressionados pelos políticos.» E logo a seguir, afirmou: «Segundo as estatísticas da Gallup, as eleições do próximo dia 7 serão as de menor afluência de eleitores desde 1874.»

Na verdade, parece claro que, independentemente do partido que se prefere, os votantes não acham que esta campanha esteja a ser «informativa ou edificante». Quase todos os candidatos, seja qual for o partido em cujas listas se apresentem, confirmam que a sua luta, mais do que pelos programas que defendem, é contra a apatia do eleitorado.

Claramente, a tarefa dos candidatos conservadores é complexa. Para conseguirem equilibrar a batalha eleitoral, terão de recuperar os milhões de votos perdidos para o «New Labour» em 1997, além dos daqueles votantes que, simplesmente, preferiram ficar em casa nessa memorável noite. Um dos eleitores que, tradicionalmente, votam «tory», Mr. David Corfield, disse-nos: «Da última vez votei trabalhista porque acreditei nas coisas que Tony Blair nos dizia. Mas, desta vez, voltarei a votar nos conservadores.» Peter Birnie, vizinho de Mr. Corfield, afirmou: «Não vejo diferença entre os dois partidos. Para mim, Blair é, virtualmente, um tory. Acho-o um perfeito idiota. Votarei pelos conservadores.»

Não se infira destas declarações isoladas que a tendência daqueles que irão às urnas é de sentido conservador, no geral. Espera-se que os trabalhistas vençam e mantenham uma sólida maioria nos Comuns. Mas aguarda-se, também, um voto considerável de protesto que transfira o poder em bastantes circunscrições, para o partido de William Hague.

## Trabalhistas...

O Partido Trabalhista de hoje é uma organização política transfigurada. Fundado a 27 e 28 de Fevereiro de 1900, devido aos esforços e à visão de um mineiro escocês, Keir Hardie, entraram na luta política na Grã-Bretanha, em nome dos sindicatos. Mas, como secretário, aceitaram a figura de Ramsay MacDonald, que acabaria por ser o primeiro trabalhista a entrar no N.º 10 de Downing Street como primeiro-ministro britânico, nos anos vinte, só para trair o seu partido, o movimento sindical e o povo que votara para que a vida mudasse. Agora, 101 anos após a fundação do partido, verifica-se que apenas estiveram no poder durante 24 anos através dos governos de Clement Attlee, Harold Wilson, James Callaghan, Tony Blair. Não pode dizer-se que na Grã-Bretanha estruturalmente conservadora e tradicionalista, o Partido Trabalhista (velho ou novo) seja aquilo a que é costume chamar o «partido do governo». A verdade, porém, reside em que os modernos políticos trabalhistas do eterno oportunismo resolveram que, para se tornarem nisso, justamente, no partido de governo, teriam de mudar de programa. Por isso, Blair & Co., bem aconselhados por Peter Mandelson & Co., rasgaram todos os antigos manifestos partidários, abandonaram todas as aspirações do povo que os apoiava e passaram a propor e a praticar a política que sempre tinham combatido, a dos conservadores. Até agora, os Bancos e as grandes transnacionais manifestam o seu deleite com os resultados. Eis o porquê da indiferença dos eleitores. Julgavam-se filhos e filhas da pátria da democracia. Mas começam a compreender (e nunca é tarde para tal) ser a democracia que dá cobertura ao capitalismo falsa, enganosa, indigna da confiança dos povos. Mas temos de passar por ela se quisermos conhecer outra, a nossa própria democracia que só dará cobertura aos interesses do homem comum, do homem que trabalha e não deseja ver apropriado o fruto do seu labor.

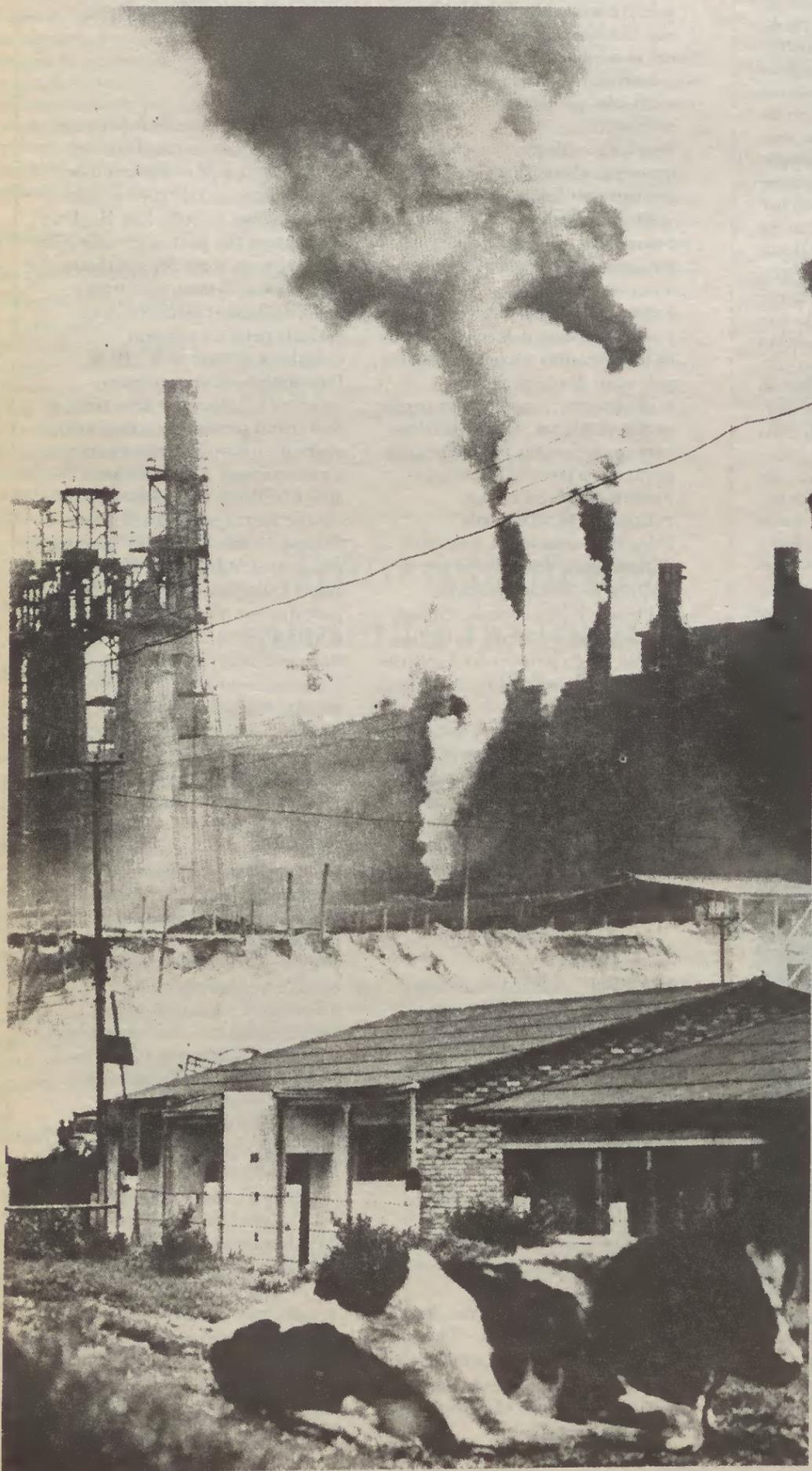
• Carlos  
Moura

# Protocolo

## O Egoísmo ao Poder

# de Quioto

**A** preocupação com as alterações climáticas começou já antes da Conferência do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, ainda que fosse aí a origem da Convenção-Quadro sobre as alterações climáticas. Das conferências das partes (COP) previstas na convenção resultou o Protocolo de Quioto (COP3), uma série de regras e mecanismos que, se esperava, garantissem a redução das emissões e se acreditava não viesse a causar grande controvérsia. Em vez disso, vemo-nos confrontados com graves impedimentos à sua aplicação, e mesmo com o seu falhanço.



*«Garantam-lhe 300% de lucro e não há crime que não ouse cometer, mesmo com o risco da força»*

**K. Marx**

O Protocolo de Quioto prevê prazos e objectivos para as emissões dos países industrializados, bem como mecanismos de mercado e medidas administrativas para atingir esses objectivos. Estes variam de país para país, sendo que para as potências industriais como os Estados Unidos, o Japão ou a União Europeia variam entre 6 e 8 por cento abaixo das emissões de 1990.

Desde o princípio estiveram em discussão pelo menos três propostas diferentes, sendo a mais corajosa a dos pequenos estados insulares, mas a verdade é que acabou por ser consagrada a maior parte das posições dos Estados Unidos da América. A oposição dos países do terceiro mundo aos mecanismos de mercado definidos por influência dos EUA e de outros países industrializados era sintoma de que o protocolo estava já gravemente ferido, por responder de modo deficiente aos anseios dos estados insulares, preocupados com o futuro do seu território, e dos países subdesenvolvidos, ou em vias de desenvolvimento, alvo fácil de investimentos ou de gestão florestal cujas reduções iriam ser contabilizadas no ocidente industrializado garantindo assim que muito pouco ou nada fosse feito.

Contudo, por escasso que fosse em vantagens, representava, ainda, uma remota possibilidade de combater as alterações climáticas associadas ao efeito de estufa, e se não revertia nem parava o processo, pelo menos não agravava o problema. Porém a indústria dos Estados Unidos não ia permitir tal desfaçatez pelo que esta representava de adopção de inaceitáveis medidas de contenção dos desperdícios energéticos.

### O Burro e o Asno

A conclusão das eleições norte-americanas revelou que os tão propalados princípios democráticos não valem nada face aos interesses económicos, não que entre o candidato do Partido Democrata (cujo símbolo é o Burro) e o Asno que se veio a «sagar vencedor» existisse uma profunda diferença, mas se um não estava disposto a passar à história como planeticida, o segundo nem deve imaginar o que isso é, sendo, por isso, o peão mais apropriado para o jogo.

O Protocolo garantia duas condições consideradas como primordiais:

- Que as emissões seriam reduzidas num período de cinco anos por forma a «garantir flexibilidade, aliviando o fardo às empresas de enfrentar flutuações económicas de curto prazo», impedindo assim a contabilização directa dos picos de emissões;
- Que o primeiro período se iniciasse em 2008 prolongando-se até 2012, em vez de 2003, garantindo «a transição das empresas para uma maior eficiência energética e/ou tecnologias utilizando menos carbono».

Garantia ainda que se discutissem questões como os sumidouros, com o

argumento de proteger o ambiente criando oportunidades de redução de emissões a baixo custo no sector privado.

Apesar disso, a actual Administração Republicana, Bush, preferiu seguir a resolução Byrd-Hagel, do Senado, afirmando que qualquer acordo que não incluísse compromissos específicos por parte dos países em desenvolvimento seria injusta para os EUA. Colocando quatro por cento da população mundial e 25 por cento do total das emissões de carbono fora do esforço para sustentar as alterações climáticas, por forma a obter uma revisão do protocolo ainda mais parcial em favor da indústria norte-americana em detrimento dos restantes países.

Não é exequível que os países em desenvolvimento que necessitarão de um aumento das suas emissões de CO<sub>2</sub> a curto prazo, a fim de alcançar condições de vida humanamente admissíveis, se vejam sacrificados em nome do actual modo de vida da sociedade do desperdício. Tanto mais, porquanto, essa sociedade dispõe de tecnologias inexistentes nos países em desenvolvimento para avançar numa descarbonização da sua economia.

### As consequências

A confirmarem-se as tendências actuais, o Painel Internacional para as Alterações Climáticas (IPCC) prevê um aumento de temperatura entre 1,4 e 2,9°C, com picos de 5,8°C em certas regiões até 2100. E se as previsões estiverem correctas, mesmo que as emissões parassem completamente teríamos que nos debater com um problema extremamente grave: os efeitos relacionados com as alterações climáticas, tais como o desaparecimento completo de estados insulares, o aumento de frequência de doenças tropicais em latitudes nunca atingidas, a salinização das terras baixas de aluvião e mesmo a diminuição da salinidade dos oceanos.

Se é certo que em grande medida o Protocolo de Quioto permitia contabilizar emissões inexistentes, alterações de métodos de contabilização de emissões a meio do processo, desprezar a incerteza relacionada com a gestão florestal e a existência de sumidouros incluir a energia nuclear como energia limpa, transferindo a sua eficácia do campo científico para o campo da especulação política e económica, não é menos certo que o seu abandono é um processo infinitamente mais negativo reduzindo a questão ao salve-se quem puder.

Temos, enquanto humanidade, de um lado a destruição do planeta e das formas de vida que conhecemos hoje, incluindo a nossa, ou, em alternativa, uma luta a travar, de forma muito dura, contra o poder das multinacionais por forma a preservar aquilo que ainda possa ser preservado face à barbárie capitalista. A única forma de garantirmos o futuro da humanidade e do planeta é garantir que Não Passarão.

• Regina Marques

## O heroísmo das mulheres na Comuna de Paris

# Uma importante herança

**P**assaram 130 anos sobre a Comuna de Paris, que Marx caracterizou como a primeira Revolução a erguer as cores da República Social, a maior e mais fecunda de todas as que iluminaram a História. Durou apenas 72 dias. A classe operária toma pela primeira vez as rédeas do poder civil e militar. A si juntam-se homens e mulheres intelectuais patriotas, como Lafargue, Victor Hugo, Rimbaud, Louise Michel, André Léo, Marie Deraysme.

É vasta a documentação que mostra a determinação das mulheres combatentes pela causa da Revolução. Foram as manifestações femininas ao lado dos soldados contra o Império. Autênticas provas de resistência. Sempre disponíveis, as mulheres substituíam os soldados na frente de guerra.

O seu papel verdadeiramente revolucionário nas ruas e nas barricadas foi exaltado por Victor Hugo, Rimbaud. Marx, que acompanha de perto a Comuna nomeadamente através de Elisabeth Dmitrieff, sua enviada de confiança política, exclama o heroísmo das mulheres em Paris.

As duras condições de vida e de trabalho das mulheres naqueles dias terríveis de 1871 estavam na base da sua energia e vontade e da determinada atitude revolucionária. Trabalhavam muitas horas por dia. Trabalhavam dia e noite. Nas minas, nas padarias, nos *ateliers* ou nos hospitais. Sacrificavam-se nas longas esperas na lama e na neve para comprar com que aquecer e alimentar os filhos. Com grande dignidade cantavam a Marselhesa quando se sentiam enregeladas e a sucumbir de fadiga, como nos conta Maria Lamas. Com a burguesia ascendente no poder, o estatuto da mulher era, na França do século XIX, marcado pelas ideias de Proudhon, inimigo visceral da emancipação feminina. A mulher vivia sob a dependência económica, votada a uma educação que a remetia para o lar, condicionada por uma mentalidade de subordinação e total apagamento na família e na sociedade. Viviam-se uma época de apogeu da prostituição e endeusamento das meretrizes.

### A organização das mulheres

Dá que a presença das mulheres nas ruas, a sua coragem, a sua dedicação

tenham constituído surpresa e motivo de alento para as forças revolucionárias. Entendendo esta força intrínseca das mulheres e com o objectivo de aproveitar a sua generosidade, a Comuna procurou organizar dez batalhões femininos, as Amazonas do Sena, para defenderem as muralhas e prestarem auxílio aos soldados. **A Comuna contou sempre com o entusiasmo, a inteligência e a argúcia política de destacadas militantes.** A 8 de Abril é fundada a *União das Mulheres pela defesa de Paris e pelos cuidados aos feridos*, organização dirigida por marxistas entre as quais Nathalie Le Mel, Paule Mink, Aline Jacquier, Marcelle Tinayre, algumas delas ligadas à Internacional. A seu lado, Elisabeth Dmitrieff, correspondente de Marx, estabelecia a ligação com a Associação Internacional dos Trabalhadores.

A organização das mulheres projectou-se na luta de massas com relevo. Atente-se no apelo assinado por «Um grupo de cidadãs», dirigido «Às Cidadãs de Paris», publicado no *Journal Officiel* da Comuna:

«Cidadãs! Preparemo-nos para defender e vingar os nossos irmãos! Às portas de Paris, nas barricadas, nos *faubourgs*, não importa onde! E se as armas e as baionetas forem todas utilizadas pelos nossos irmãos, restar-nos-ão ainda as pedras do chão para esmagar os traidores...», apelo este que convoca as «cidadãs patrióticas para o dia 11 de Abril de 1871, às 8 horas da noite, na Rua do Templo, sala Larchad, no Grande Café da Nação, a fim de organizar o movimento das mulheres, relativamente à defesa de Paris».

Também na defesa da Comuna e pela não conciliação, é a sua bravura testemunhada no último número do *Journal Officiel* da Comuna, publicado no fim da semana sangrento de Maio de 1871: «Um batalhão de cidadãs de Montmartre manteve hoje, durante quatro horas, o fogo de Versalhes, defendendo ao mesmo tempo, várias barricadas que elas próprias haviam construído, até ao momento em que chegaram reforços da Guarda Nacional...»

Não era só de armas na mão, era também, e de uma forma intensa, tratando os feridos e ocupando-se das vítimas, que as mulheres lutavam. Operárias, mestras, vendedoras dos mercados, inscreviam-se aos milhares nas sociedades locais - *as sociedades de apoio às vítimas*. Fala-se de 10 mil mulheres de todas as classes,

excepto da nobreza e da alta finança, que defenderam a Comuna e a Revolução.

Naquela que foi a semana mais sangrenta, de 24 a 30 de Maio, com execuções em massa pelos Versalheses, muitas foram fuziladas e abatidas, outras sofreram perseguições, foram presas ou deportadas. Julgadas depois pelos Conselhos de Guerra terão sido 132 mulheres.

Tal participação das mulheres exigia uma notável direcção. Mulheres integraram, se não o Comité Central, sem qualquer dúvida a direcção da Comuna. Vemos por exemplo que quem redige *O manifesto aos trabalhadores do campo* (9 de Abril 1871) é Léo André (Champseix Léodille), jornalista de profissão, ao mesmo tempo uma das fundadoras e dirigentes da *União das Mulheres*.

### A Comuna e a Igualdade

Benefícios houve com a governação da Comuna. Foi proclamada a emancipação social dos trabalhadores, a interdição do trabalho nocturno nas padarias, o acesso gratuito das crianças ao ensino. A Comuna reflectiu o respeito pela dignidade das mulheres ao decretar o fim da prostituição. Defendeu a igualdade remuneratória para as mulheres ordenando às câmaras para não fazerem nenhuma distinção entre as mulheres legítimas ou ilegítimas, as mães ou as viúvas dos guardas nacionais quanto à indemnização de 75 cêntimos.

**A Comuna de Paris deu voz às mulheres. As suas dirigentes escrevem nos jornais. São oradoras em reuniões e manifestações populares.**

O seu valor é reconhecido no importante artigo de Léo André, no jornal *Rappel*, de 13 de Abril de 1871, intitulado «*Todas com todos*». Conduzida pelo ardor da sua paixão e sensível à indiferença quanto à participação política das mulheres, escreve: «É preciso reconhecer que todo o grande interesse excita os mesmos sentimentos em qualquer coração humano e (...) as mulheres devem sentir forçosamente em tais causas as mesmas paixões que os homens. Bem cegos os democratas que negam este facto e não o consideram. É sobretudo devido às mulheres que até aqui a democracia foi vencida e a democracia só triunfará com elas... Não se trata hoje da defesa nacional; mas em vez de diminuir,

o campo de batalha alarga-se; trata-se de defesa humanitária, dos direitos da liberdade. Agora a sorte do direito no mundo está ligada à sorte de Paris. Agora o concurso das mulheres torna-se necessário. Que elas entrem por isso em acção na luta tanto como nela estão com o coração. Muitas desejam-no e muitas podem-no, Louise Michel, Mme de Rochebrune, e muitas outras já deram o exemplo.»

Tantas ficaram no anonimato debaixo das baionetas mas algumas inscreveram para sempre nas páginas da história a causa revolucionária das mulheres - a dignidade, os direitos, a justiça e a emancipação.

**Louise Michel**, que viveu de 1830 a 1905, foi talvez, segundo várias fontes, a militante da Comuna mais notável, destemida, valorizada e aplaudida pela sua intervenção. Professora de instrução primária, participa activamente em prol da Comuna e na sua defesa. É a sua grande propagandista até à morte. Ainda no Verão de 1870, Louise Michel encabeça grandiosas manifestações pela paz, reclamando armas. É presa pela primeira vez na primeira manifestação de mulheres que tem lugar a 1 de Dezembro de 1870. Empenha-se com outras em obras sociais e pedagógicas. Pertence aos comités de vigilância e bate-se nas fileiras do 61.º batalhão de Montmartre. A sua coragem merece menção no *Journal Officiel* da Comuna, a 10 de Abril de 1871. Vem a ser condenada pelo 4.º conselho de guerra, em 16 de Dezembro do mesmo ano, perante quem denodadamente confirma os seus actos. É deportada para a Nova Caledónia, ilha perdida no Pacífico e que serve de degredo a milhares de militantes da Comuna. Ali passou 7 anos. Beneficia de uma amnistia que a traz a Paris. Tem uma recepção triunfal na Gare de Saint Lazare em 9 de Novembro de 1880. A derrota da Comuna e a deportação aproximam-na dos anarquistas. A sua entusiasmante oratória e a sua paixão pela Comuna levam-na a participar em comícios em toda a França convidada por dirigentes do movimento operário e socialista como Jules Guesde, Lafargue (genro de Marx) e Susini, com quem mantém contactos estreitos. É ela quem faz o elogio fúnebre de Blanqui, em 1881.

A causa das mulheres continua a interessá-la e em 1882 anuncia a constituição da *Liga das Mulheres* para ensinar às mulheres os seus direitos e deveres e para que o homem olhe a sua companheira não como uma escrava mas como uma igual.

Pierre Durand, biógrafo de Louise Michel, por altura do bicentenário da Revolução Francesa de 1789, faz juz à grandeza das mulheres da Comuna, quando sintetiza «*les femmes sont têtues. Elles se battent jusqu'au bout*» (as mulheres são teimosas, batem-se até ao fim).

É com a mesma confiança que Marx nos estimula quando diz que «*talvez a Comuna de Paris tombe mas a Revolução Social que ela iniciou triunfará!*». Nós diremos que é este combate pela igualdade que herdámos e que teremos de levar até ao fim.

### Bibliografia consultada:

Karl Marx, *La Guerre Civile en France 1871*, Ed. Sociales, Paris, 1968;  
Maria Lamas, *A Mulher no Mundo*, Vol. II, Ceb, Lisboa, 1952;  
Pierre Durand, *Louise Michel, Messidor*, Paris, 1987.



Nathalie Le Mel



Paule Mink

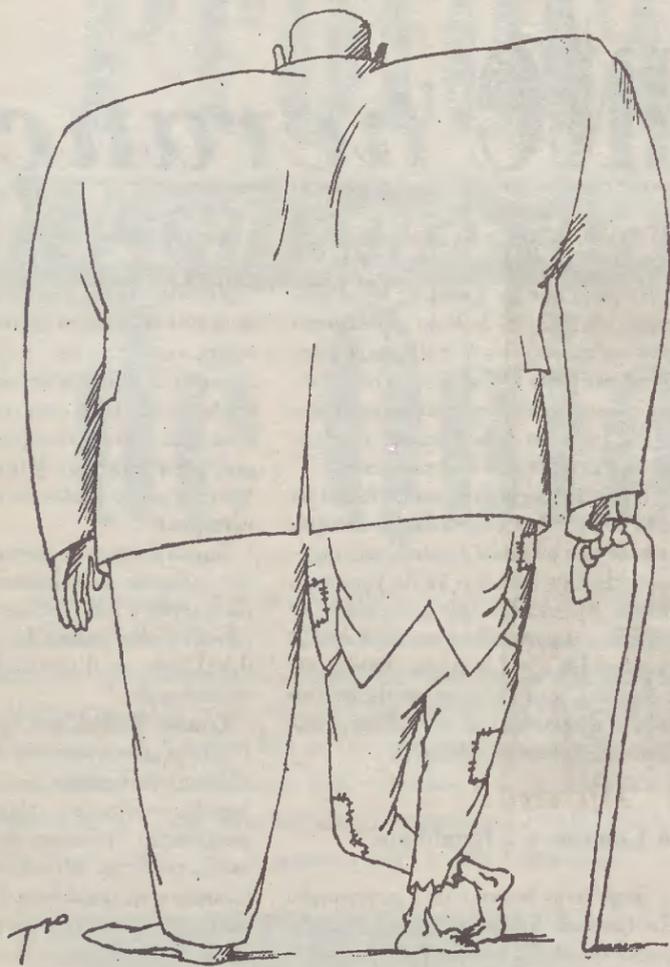


Marie Leroy, das mais destacadas militantes feministas



Partida de um carregamento de mulheres para a Nova Caledónia

• Jorge Vilaça



# Economistas do capital financeiro

**N**a divisão sectorial do trabalho ideológico, levado a cabo pelo Capital Financeiro, através dos Centros da Grande Burguesia Católica «Opus Dei» e da Grande Burguesia Judaica (Sionismo), um papel de destaque foi destinado, em Portugal, ao Dr. Vítor Constâncio na cruzada contra os trabalhadores portugueses.

Publica o *Expresso* de 01/05/05 no seu suplemento de Economia e Internacional a habitual coluna de «Cotações» onde em 1.º lugar aparece a subir o Dr. Vítor Constâncio, com a seguinte prosa:

«O governador do Banco de Portugal não podia ser mais claro na sua recente advertência ao Governo: “um membro da UEM não pode manter uma taxa de inflação superior à média dos restantes membros, pelo que correria o risco de recessão e falta de competitividade”.

«As palavras de Constâncio foram dirigidas a uma plateia financeira de elite, reunida esta semana em Lisboa na conferência do Euromoney, no mesmo dia em que foi divulgada a inflação de Abril (4,6%) e a inflação homóloga de Março (5,1%).

«Constâncio desaconselhou cedências a reivindicações sindicais para ajustar salários (sublinhado meu).»

Já em 25 de Janeiro do ano corrente, numa conferência de imprensa de apresentação do Boletim Económico do Banco de Portugal de Dezembro de 2000 (não esqueçamos que ele é o governador), teceu considerações sobre a economia portuguesa a que o insuspeito *Expresso* dá, como é o seu papel, elevada cotação.

Nessa conferência de imprensa dizia o Dr.:

«Aliás, e mais fundamentalmente, a progressão dos salários médios em Portugal não pode continuar a ignorar o que se passa nos restantes países da zona euro. Essa é outra regra de funcionamento numa união monetária que não podemos ignorar: sem moeda própria e, portanto, sem a pos-

política económica verdadeiramente nacional e meios poderosos colocados à sua disposição para difundir essas explicações.

Surge, pois, a pergunta natural:

Por que razão a competitividade não se apoia na libertação dos lucros apropriados pelos detentores do capital financeiro e das suas emanações em Portugal: grupos financeiros, grandes empresas da comunicação social, grandes empresas da área da distribuição e do grande capital da área produtiva?

Sem as possibilidades de acesso a elementos-chave da economia portuguesa, comparativamente ao Dr. Vítor Constâncio, vou, no entanto, mostrar-lhe aspectos da sua área de actividade que obrigam a pensar de forma bem diferente daquela que é a sua bandeira - a bandeira dos dois grandes centros da burguesia portuguesa.

Os lucros da Banca (Grupos Financeiros) atingiram em 2000, conforme antes se indica, o astronómico número de 350 milhões de contos.

No entanto, um olhar atento sobre as contas dos grupos financeiros mostra-nos a existência de montantes, considerados como prejuízos, que o Dr. Vítor Constâncio, certamente, não manda averiguar: trata-se dos prejuízos em operações financeiras.

Lembremos ao Dr. Vítor Constâncio que não há «perdedor» sem «ganhador».

Quem arrecadou estes milhões? Veja-se os valores constantes no Quadro 1. Em contos.

Quadro 2 Prejuízos em operações financeiras

	milhares de contos				
	1998	1999	2000		
BANIF	2577	1952		Consolidada	Relatório
BARCLAYS	4480	8921		Consolidada	Relatório
BANCO DO BRASIL	4329	1297		Individual	APB
BANCO BILBAO VIZCAYA	250	526		Consolidada	APB
BANCO COMERCIAL AÇORES	1307	935		Individual	Relatório
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	2268	3354		Individual	Relatório
BCP INVESTIMENTO	3594	1105		Consolidada	APB
BANCO ESPÍRITO SANTO	441352	449408	558945	Individual	Relatório
BES INVESTIMENTO	65388	57814		Consolidada	APB
BANCO INTERNACIONAL CRÉDITO	3777	8666	6350	Individual	Relatório
BANCO NAC. CRÉDITO IMOBILIÁRIO	606	1419	4001	Individual	Relatório
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO	12253	12284	95888	Individual	Relatório
BANK OF BOSTON	1952	7667		Individual	Relatório
BANK OF TOKYO	1608	2137		Individual	Relatório
BANCO PORT. ATLÁNTICO	37595	14946		Individual	Relatório
BPI S.G.P.S	85821	130433	182679	Consolidado	Relatório
BANCO PORT. NEGÓCIOS SGPS	448	1067		Consolidado	Relatório
BANCO PRIVADO PORTUGUÊS	12435	6139		Consolidado	APB
BANCO PINTO & SOTTO MAYOR	174011	96721		Consolidada	APB
BANCO SANTANDER	16099	4231		Individual	Relatório
BANCO TOTTA & AÇORES	91565	40615		Individual	Relatório
C. C. AGRÍCOLA MUTUO	7052	10901		Consolidado	Relatório
CAIXA GERAL DEPÓSITOS	96986	436892	494957	Individual	Relatório
CITY BANK PORTUGAL	26409	24684		Individual	APB
CREDIT LYONNAIS	3351	935		Individual	Relatório
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS	1350	1168		Individual	Relatório
DEUTSCHE BANK	56441	8274		Individual	APB
FINANTIA	17505	14906		Consolidado	APB
FINIBANCO	10543	7624		Consolidado	APB
ITAU	1935	1988		Individual	Relatório
BANCO MELLO	148590	110934		Consolidado	APB
<b>Total</b>	<b>1333877</b>	<b>1469943</b>	<b>1342820</b>		

Quadro 1

(em contos)

1998	1999	2000
Mil e 300 milhões	Mil e 500 milhões	(Somente 6 bancos) Mil e 300 milhões

sibilidade das desvalorizações, a progressão dos salários acima das taxas de crescimento verificadas no resto da União acaba a prazo por afectar essencialmente a competitividade e o desemprego.»

Antes de continuar com o «moderno» pensamento do Dr. Vítor Constâncio, vou deixar alguns contributos teóricos.

Em primeiro lugar, nunca um destes economistas de serviço fala em **lucro médio**, mas sim e sempre em **salário médio**. Será que na economia portuguesa existem só salários e não existem lucros?

O Secretário-Geral da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, transmitia-nos, no 1.º de Maio, que os Grupos Financeiros em Portugal todos os dias absorvem um milhão de contos de lucros. A conta está feita!!! No ano 2000 apresentaram os Grupos Financeiros lucros que totalizam 350 milhões de contos.

As explicações dadas pelo Dr. Vítor Constâncio e os meios colocados à sua disposição para as difundir são dois aspectos a ter em conta. Explicações que visam o aumento da exploração dos trabalhadores e, conseqüentemente, impedem o desenvolvimento de uma

Destes problemas que são, na realidade, os da área de jurisdição do Dr. Vítor Constâncio, ele não fala. Só fala contra os que produzem a riqueza do País. Daqueles que se apropriam dessa riqueza e que são a origem e causa dos grandes problemas nacionais, nem uma palavra!!!

O Quadro 2, relativo aos **prejuízos em operações cambiais** apresentados pelos grupos financeiros portugueses, tem muita matéria para análise.

Para ajudar o Dr. Vítor Constâncio, quero dizer-lhe que os **prejuízos em operações financeiras** apresentados pelo Banco Espírito Santo no exercício de 2000 são **dezasseis vezes e meia** superiores ao montante dos **custos com o pessoal**.

Com valores maiores ou menores, o mesmo se verifica com outros grupos financeiros.

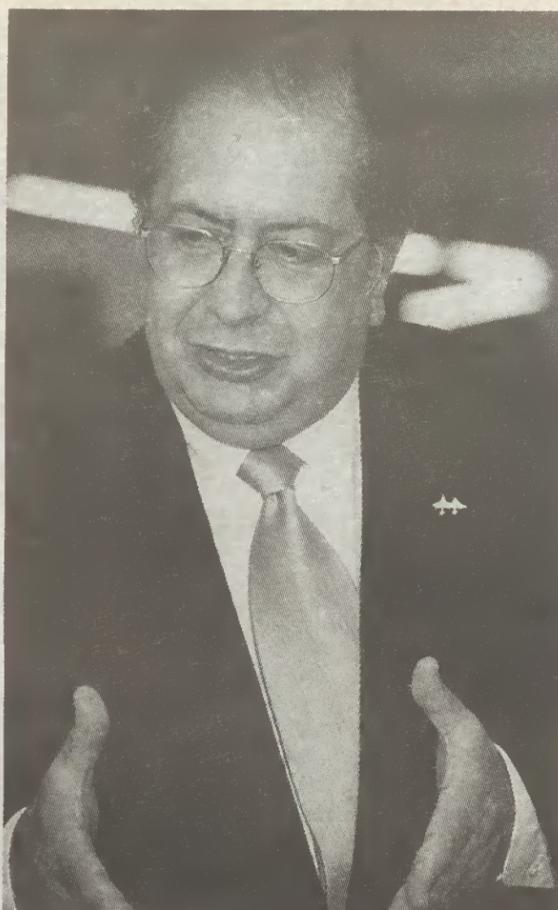
Continuará o Dr. Vítor Constâncio a sua cruzada ideológica contra os que trabalham, deixando no esquecimento as engenharias financeiras, destruidoras do interesse nacional, dos dois grandes centros do capital financeiro que actuam em Portugal?

## Religiões

• Jorge Messias

Costuma usar-se uma fórmula consagrada - *desmantelamento do aparelho do Estado* - para caracterizar o que actualmente se passa na sociedade portuguesa, por entre indefinições, secretismos, escândalos e evasivas. Há uma espécie de *desmanchar da Feira de Abril*, a coberto de silêncios e cumplicidades. Trespasa-se o poder. Só por isso, quanto mais não fosse, merece destaque a nota pastoral intitulada «Crise da Sociedade - Crise da Civilização» que assinalou a realização do recente plenário da Conferência Episcopal Portuguesa. Texto escrito em estilo autoritário que traduz, com mais verdade, a natureza íntima das posições católicas institucionais. Melhor é que assim seja. E não nos esqueçamos de comparar a rudeza dos bispos com a etiqueta oratória que os parlamentares laicos respeitaram durante os debates do processo, hoje encerrado, que conduziu à aprovação da nova lei da liberdade religiosa.

A Igreja soma e segue. Ainda o plenário da AR não tinha votado a lei das pseudoliberalidades religiosas e já o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, estava no Vaticano para tranquilizar os cardeais acerca do futuro da Concordata. Depois de descrever ao



## Os bispos engrossam a fala (1)

seu par apostólico, o cardeal Jean-Louis Tauran, os termos do diálogo cortês que decorria em Lisboa, acerca das liberdades religiosas, Gama respondeu aos jornalistas. «Nesta ocasião» - afirmou - «proveitei para esclarecer melhor o sentido dos debates que tem havido em Portugal e para deixar muito claro que a Concordata de 1940 está em vigor e que será modificada quando for... modificada! Até lá, mantém-se em funções e será acatada pelo Estado português no seu quadro constitucional pleno.» Mais adiante, acrescentou o ministro dos Estrangeiros: «Estamos a negociar com a boa intenção de construir, em conjunto, para este novo milénio, uma Concordata durável, negociada com o espírito de quem não tem problemas para resolver. Isto confere mais liberdade, autenticidade e responsabilidade a esta negociação.» E esclareceu o distinto titular dos Assuntos Externos do Governo republicano, laico e socialista português: «O Estado falará com a Igreja Católica enquanto titular da liberdade pública, da liberdade religiosa, como parceiros de cooperação nas áreas do desenvolvimento, educação e organizações sociais. Entre a Igreja Católica e Portugal existem laços históricos que estão ligados à fundação do próprio país na Península Ibérica, à irradiação da língua portuguesa e da fé católica em várias partes do mundo, América Latina, África e Oriente.» Pormenorizou depois em que sentido a substância da nova Concordata se virá a afir-

mar, citando as áreas da personalidade jurídica da Igreja, das suas relações genéricas com o Estado, da liberdade eclesiástica de auto-organização com aplicações no plano educativo, dos privilégios e isenções no campo patrimonial e da fiscalidade, da assistência religiosa e em matéria de cooperação entre a Igreja e o Estado, das obras de apoio social, cooperação e desenvolvimento, etc., etc. E acabou por exemplificar com o caso da Educação o quadro de relações que a nova Concordata irá tipificar: «Gostaríamos agora de modernizar e consequentemente ampliar todos os pontos relacionados com o campo educativo - que, aliás, tem um tratamento circunscrito na Concordata de 1940 - para não limitar a cooperação entre a Igreja Católica e o Estado a apenas algumas categorias de ensino.»

A frente dos nossos olhos desfilam, pois, as pedras soltas do mesmo colar: liberdade religiosa, Concordata, privilégios da igreja e promiscuidade, cada vez menos velada, entre o poder político e o poder eclesiástico, direitos humanos, organizações não governamentais, voluntariado, cidadãos para o desenvolvimento, etc. Importa agora acelerar, dar ao casamento Igreja/Estado um *novo impulso*. Por isso, a urgência que assumem institucionalmente as reformas das liberdades religiosas, da concordata e das leis que farão passar ao direito comum os privilégios concordatários. Por isso, também, o momento escolhido pelos bispos portugueses para introduzirem no discurso normal uma desmedida arrogância.

## Pontos Naturais

• Mário Castrim

### Artigo 37

«Todos têm o direito a exprimir o pensamento por palavras, escrita ou imagem.»

Ó pá, então?

Tás parvo ou quê?

Quando é que montas uma estação de TV?

### Meteorologia

O distinto industrial perdão!, o distinto intelectual muda de fatiota (de palavras) conforme as estações. Conta com uma frota de aviões. Basta-lhe, para mudar de rota um grosseiro sextante.

Bestial!

Leio-o e tenho o sinal

de quando o vento muda de quadrante.

### Ver televisão

«Como disse o camarada engenheiro António Guterres...»

- De que é que está a rir?

Que anedota é que estão a contar? (perguntam aqui ao pé).

Não respondo. O que é, é o que é. Não dá para explicar.

### Tradução

Naquele debate com o Paulo Portas disse João Amaral:

- Classe política? Não pertenço a isso.

Traduzindo a esgrima da refrega:

«Não admito que me chames colega!»

### O candidato

- Estás sindicalizado? (a entrevista).

Posto de lado logo à primeira vista.

Como dizia Sidónio Muralha: tudo parecia tão simples tão belo, tão natural, tu não parias uma estrela nem uma noite de vendaval...

Pior, o sindicato que parias. Um emprego? Menino esperto, querias!

### Partido

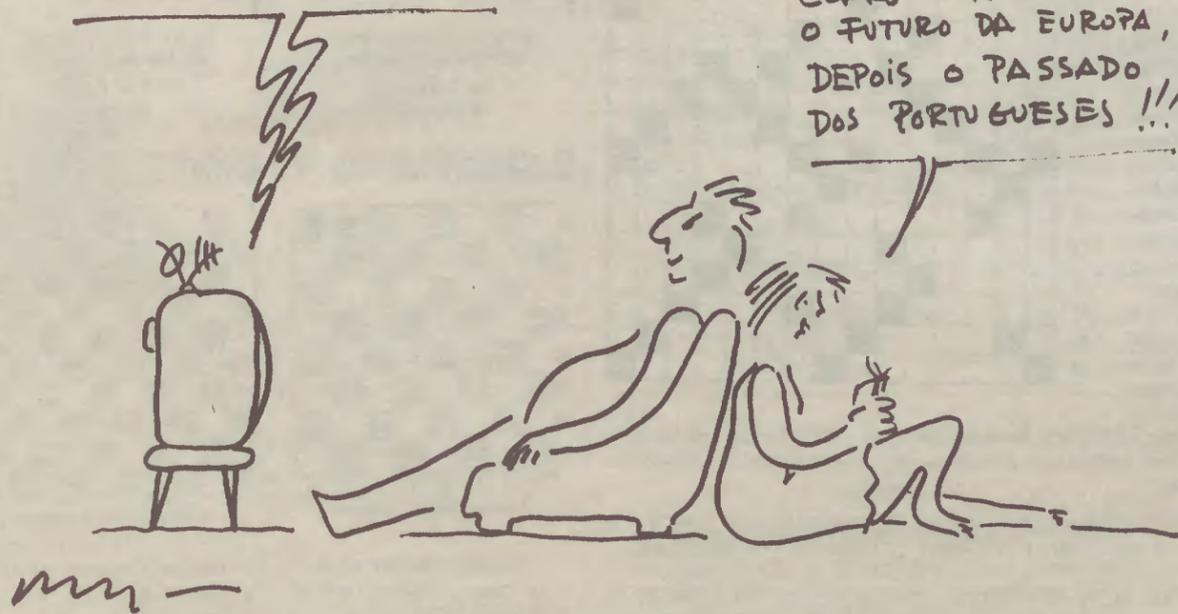
Este poema quer deixar no teu ouvido no teu sentido apenas o condão dos búzios do mar que o trazem sempre e o dão sem o nomear.

## Cartoon

• Monginho

GUTERRES QUER DISLUTIR COM URGÊNCIA O FUTURO ... DA EUROPA!

CLARO ... PRIMEIRO O FUTURO DA EUROPA, DEPOIS O PASSADO DOS PORTUGUESES !!!

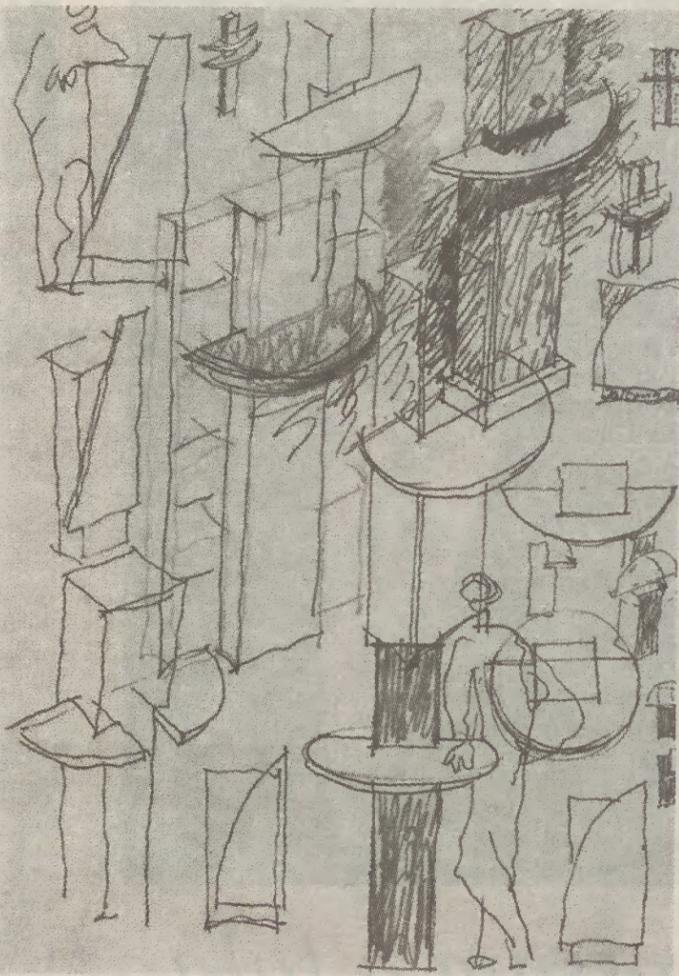


## Artes Plásticas

• Manuel Augusto Araújo

**E**m Portugal, o design ficará sempre associado a um nome, Daciano da Costa, e a história do design em Portugal ficará sempre e continuamente identificada com a sua carreira.

Não foi o primeiro, antes de si e na sua geração outros produziram objectos de design, mas é ele que obstinadamente consegue ter uma prática ininterrupta de trabalho nas diversas áreas de design, é ele que inicia na sua oficina de trabalho uma notável actividade pedagógica e de divulgação do design, é ele que projecta, pela primeira vez em Portugal, um sistema de mobiliário metálico a ser produzido industrialmente, é ainda ele que desde sempre e nos mais diversos contextos aborda problemas concretos com os recursos disponíveis, para obter uma resultante onde a imaginação esfuizante se manifesta com engenho e rigor, sem uma única concessão ao que poderia ser supérfluo, afirmando a autonomia do design, nas suas variegadas vertentes, porque Daciano da Costa, com uma actividade mais incidente e conhecida no design de interiores e de mobiliário, desenvolveu trabalhos de design industrial, de exposições, gráfico e teve



## A invenção do quotidiano

incursões na cenografia e nos figurinos, faltando ainda referir as artes plásticas.

Tudo isto não é pouco mas tudo isto é muitíssimo quando é desenvolvido com uma extrema intransigência conceptual, com uma aguda inteligência, com um discurso, desenhado ou falado/escrito, claro e ricamente económico, com uma cultura *renascentista* (adjectivação que se permite para se opor à cultura crepuscular que vivemos).

A exposição retrospectiva, Daciano da Costa Designer, que está na galeria de temporárias da Fundação Gulbenkian, tem a particularidade de decorrer precisamente em local renovado recentemente pelo próprio Daciano da Costa, autor de uma parte muito significativa dos interiores e do mobiliário original do edifício sede da mesma Fundação, o que promove uma relação curiosíssima entre o que está exposto e a prazo desaparecerá e o que vai permanecer servindo de lugar para outras exposições.

É uma exposição em que os objectos são apresentados no contexto do processo criativo que os suporta, justifica.

Os desenhos que acompanham cada um dos objectos conferem-lhe legibilidade, lêem-se como um texto, são a sua memória descritiva e revelam as intervenções, das diversas equipas de trabalho que tiveram o privilégio de fluir pelo atelier do mestre, contribuindo para o muito trabalho envolvido em cada projecto, nas suas diversas abordagens que acabam por confluir para a materialização do objecto.

Evidenciam ainda o trabalho de equipa, a actividade colectiva que, para Daciano da Costa, é fundamental na práxis da criação e do projecto, e que transformaram o seu atelier, ao longo dos anos, em locais diferentes, com

composições diversas, um local de aprendizagem e produção em permanente evolução, atento a todos os sinais contemporâneos significantes.

A limpidez do desenho, consequência de um raro domínio do risco e não menos rara capacidade de abstracção e síntese, demonstra um entendimento excepcional de cada um dos programas de trabalho, em que os elementos formais rapidamente se revelam estruturantes.

Daciano da Costa aborda os programas de trabalho com o olhar agudo de quem quando enfrenta qualquer paisagem a abarca na totalidade, em todos os seus detalhes relevantes, de modo a que todos possam adquirir autonomia mas sempre no contexto do todo.

É esse olhar inteligente e culto que transforma, por um trabalho de projecto perseverante e em contínua experimentação, os programas de trabalho em produtos, quaisquer que sejam, de um faqueiro a uma linha de mobiliário de escritório ou à concepção total de um espaço interior, que satisfazem as necessidades dos utilizadores e que, sem facilitar com o gosto corrente, são extremamente modernos e duráveis na suas formas poéticas e materiais. Daciano da Costa recusa a invenção pela invenção, por isso é um inventor imaginativo de objectos rigorosamente funcionais, objectos significantes da sua época por isso intemporais, icásticos. Nunca como ao ver esta exposição se percebe porque é que «o binómio de Newton é tão belo como a Vénus de Milo».

DACIANO DA COSTA DESIGNER  
Fundação Calouste Gulbenkian  
Galeria de Exposições Temporárias  
Até 24 de Junho

## Pontos Cardeais

### Sintonias

Leonel Jospin, primeiro-ministro francês, fez um discurso onde se opõe liminarmente à proposta de uma federação de estados europeus pretendida pelo governo de Berlim e feita à semelhança do modelo alemão, ao mesmo tempo que frisava a sua oposição à liberalização de certos sectores da economia, bem como de prescindir de alguns privilégios na Política Agrícola Comum por via de transferência para os planos nacionais de algumas responsabilidades europeias. O ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Joschka Fischer, ouviu isto tudo e enalteceu a «sintonia» entre os dois países nesta ingente questão do reforço e alargamento da União Europeia.

Tá bem. Se assim é...

### Ditos

Jorge Coelho, actual homem forte do PS de António Guterres, levantou um enorme sururu ao afirmar em Vila Nova de Cerveira haver grupos empresariais que não pagam os impostos que devem ao Estado. Este desabafo veio escarrapachado em todos os noticiários e valeu-lhe uma onda de protestos empresariais que, arrogantemente, exigiram ao ex-governante que «apresentasse provas», enquanto Durão Barroso, sempre à boleia, se punha em bicos de pés exigindo «explicações» para tão grave denúncia.

No dia seguinte, à porta da reunião do Conselho Nacional do PS, no Largo do Rato, Jorge Coelho «pôs tudo em pratos limpos»... desmentindo-se a si próprio. Que não, senhor! «que eu saiba todos cumprem» (os empresários, é claro) e «gravíssimo» seria se isso não acontecesse.

É claro que um homem como Jorge Coelho, em assunto tão sério, dizer uma coisa e o contrário dela também não apresenta qualquer gravidade.

Mais uma vez, tá bem. Se assim é...

### Cursos

A nova moda nos EUA é recorrer ao «Tio». A gente explica. Como na «melhor democracia do mundo» não

existe uma rede nacional de ensino público (melhor dizendo: a que existe é praticamente para indigentes e, como tal, com uma qualidade de ensino a condizer), todo o norte-americano que queira dar uma licenciatura a um filho ou começa logo a ameaçar quando ele nasce (o que, na maior parte das vezes, não se consegue) ou endivida-se com empréstimos bancários. É que o preço médio de um curso superior nos EUA anda pelos 30 mil dólares (mais de seis mil contos), isto para frequentar as universidades privadas de tipo «popular», já que nas de elite (como Harvard ou Yale, por exemplo) os seis mil contos são quase uma mensalidade...

Como na terra do Tio Sam tudo serve para fazer negócio, uns espertalhões viram aqui um furo: subsidiam os cursos aos aspirantes a licenciados e, depois de formados, cobram-lhes entre 0,25% a 0,50% dos ordenados futuros por cada mil dólares de empréstimo! E chamam a isto «o empréstimo do Tio»... Apesar de tudo, já houve nos EUA quem lhe chamasse outras coisas. Nomeadamente escravatura e proxenetismo.

### Imagens

Segundo o presidente do ICEP - Investimento, Comércio e Turismo, Luís Neto, Portugal tem, no estrangeiro, «uma imagem que é má e que não acrescenta valor nem ao país nem aos produtos nacionais». E exemplifica: «Um comerciante estrangeiro não hesita em comprar uma t-shirt italiana se a alternativa for a portuguesa», concluindo assim que a marca «Portugal», em alguns casos, ainda retira valor à mercadoria.

É bem possível. E de quem será a culpa? Ou, dito de outro modo, onde está então a célebre competência empresarial portuguesa, tão eficaz a acumular fortunas rápidas à custa de exploração de mão-de-obra cada vez mais barata, mas tão incompetente a promover-se no estrangeiro?

Na verdade, se o país tem os empresários que não merece, em contrapartida os empresários do país merecem bem a imagem que têm...

## Palavras Cruzadas

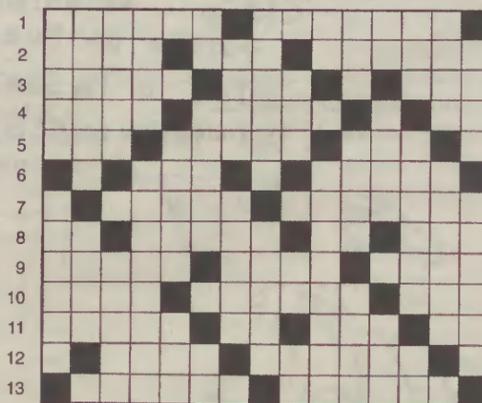
**HORIZONTAIS:** 1 - Espécie de abóbora em forma do algarismo 8; campo de cevada. 2 - Verbal; padrão; repetir. 3 - Energia (fig.); íntimo; criada de quarto. 4 - Completo; fibra do fruto do coqueiro, de que se fazem passadeiras, capachos, escovas, cordas, cabos, amarras; amercio (s.q.). 5 - Muno de asas; carga; pref. de origem latina, que exprime a ideia de aquém de, do lado de cá de, deste lado de. 6 - Duas vezes; ougar. 7 - A parte do corpo humano, da cintura para cima; esmurrar. 8 - Alumínio (s.q.); cipó; catedral; espécie de capa sem mangas, que tem, no lugar destas, buracos por onde se enfiam os braços. 9 - Parecer do louvado ou do árbitro; tomilho; voz imitativa do sino, do choque de moedas, etc. 10 - Terreno aberto ou murado, em frente ou em volta das igrejas; descansar; espaço de 12 meses. 11 - Variedade de urze; nociva; hora do officio divino, entre as sextas e as vésperas, que corresponde às 15 horas; aquelas. 12 - Classe; distribuição proporcional. 13 - Frade; céreo.

**VERTICAIS:** 1 - Importância de uma despesa; céu da boca. 2 - Arenoso; flanco. 3 - Trovador; rugir. 4 - Ponto de mira; raça de cães ingleses de aspecto bravo. 5 - Elemento de formação de palavras, de origem grega, que exprime a ideia de física, ciências naturais; naquele lugar. 6 - Palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas; raça; atmosfera. 7 - Gemer (pop.); dia anterior ao de hoje. 8 - Alimento; detestar. 9 - Declamo; terceira nota musical, antes de Cristo (abrev.). 10 - Observei; que tem assonância. 11 - Ainda; cima; corroer. 12 - Prep. que designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc.; cabaz; camareiro. 13 - Sulca; alforge, aqueles. 14 - Qualidade (pop.); rapinagem. 15 - Ramificação; que tem muitos ramos.

**SOLUÇÃO:**  
VERTICAIS: 1 - Contas; palato. 2 - Aresos; lado. 3 - Bardos; urrar. 4 - Alvo; buldogue. 5 - Alvo; buldogue. 6 - Bardos; urrar. 7 - Bardos; urrar. 8 - Alvo; buldogue. 9 - Bardos; urrar. 10 - Alvo; buldogue. 11 - Bardos; urrar. 12 - Bardos; urrar. 13 - Bardos; urrar. 14 - Bardos; urrar. 15 - Bardos; urrar.

**HORIZONTAIS:** 1 - Cabaça; cevada. 2 - Orel, amo; licitar. 3 - Negro; imo; ara. 4 - Todo; caíto; Am. 5 - Aso; fardo; cis. 6 - Bis; augar. 7 - Bustos; esmoocar. 8 - Al; llana; sét; opa. 9 - Lando; timo; llim. 10 - Adro; ferar; ano. 11 - Torga; md; noa; as. 12 - Aula; rato. 13 - Freire; ceroso. 14 - Ramo; ramoso.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**SOLUÇÃO:**  
VERTICAIS: 1 - Contas; palato. 2 - Aresos; lado. 3 - Bardos; urrar. 4 - Alvo; buldogue. 5 - Alvo; buldogue. 6 - Bardos; urrar. 7 - Bardos; urrar. 8 - Alvo; buldogue. 9 - Bardos; urrar. 10 - Alvo; buldogue. 11 - Bardos; urrar. 12 - Bardos; urrar. 13 - Bardos; urrar. 14 - Bardos; urrar. 15 - Bardos; urrar.

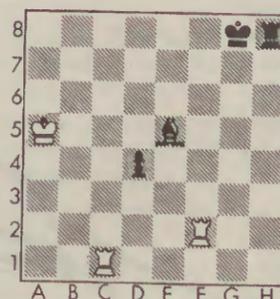
**HORIZONTAIS:** 1 - Cabaça; cevada. 2 - Orel, amo; licitar. 3 - Negro; imo; ara. 4 - Todo; caíto; Am. 5 - Aso; fardo; cis. 6 - Bis; augar. 7 - Bustos; esmoocar. 8 - Al; llana; sét; opa. 9 - Lando; timo; llim. 10 - Adro; ferar; ano. 11 - Torga; md; noa; as. 12 - Aula; rato. 13 - Freire; ceroso. 14 - Ramo; ramoso.

## Xadrez

DCCXCI - 31 DE MAIO DE 2001  
PROPOSIÇÃO N.º 2001X09

Por: A. Troitzky  
«Izvestia», 1923

Pr.: [4]: Pd4 - B65 - Th8 - Rg8  
Br.: [3]: Ts. ç1, f2 - Ra5



Brancas jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÃO: [N.º 2001X09] A.T.]

1. Tf5, Bh2; 2. Tg8+, Rg7; 3. Th8, Bc7+; 4. Rb5, Rh8; 5. Rg7, Bg8.

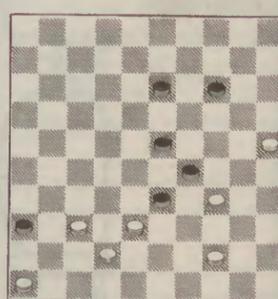
A. de M. M.

## Damas

DCCXCI - 31 DE MAIO DE 2001  
PROPOSIÇÃO N.º 2001D09

Por: A. A. Polman  
NL, 1928

Pr.: [6]: 13-14-23-29-33-36  
Br.: [7]: 25-34-37-38-42-44-46



Brancas jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÃO: [N.º 2001D09] A. A. P.]

1. 25-20, (29x49=D); 2. 20x29 (49x41); 3. 29x38, (41-47); 4. 46-41 + 3. ..., (41-...5); 4. 42-37 +

A. de M. M.

## LISBOA

«Os problemas da imigração  
- realidade e perspectivas»

## Reunião Nacional de Quadros

Sábado, 2, das 10h30 às 16h,  
no Centro de Trabalho da R. Soeiro Pereira Gomes  
**Semana do PCP em defesa dos direitos dos  
imigrantes - 4 a 8 de Junho**

Reunião Nacional de Quadros  
sobre organização e intervenção do Partido  
nas empresas e locais de trabalho

Sábado, 2, das 10h30 às 17h,  
no Centro de Trabalho da R. Soeiro Pereira Gomes

## «Autarquias e Democracia Cultural»

**Encontro Distrital** promovido pela DORL do PCP  
Dia 2 de Junho entre as 10 e as 17h,  
na Biblioteca Municipal Camões (Largo do Calhariz, 17)

Reuniões e outras actividades  
das organizações do PCP

## AMADORA

**Falagueira** - Plenário de militantes da freguesia: hoje,  
31, às 20h30, no Salão da Junta de Freguesia.

## LISBOA

**IV Assembleia da Organização da Freguesia de  
Carcavelos:** sábado, 2, 15h, na Esc. Secundária de  
Carcavelos, com a participação de **António Cordeiro**.

Reunião de **Bancários Reformados:** hoje, dia 31, às  
18h30, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário do **Sector dos Professores** do S.Int. da ORL:  
sexta-feira, 1, 21h, CT Vitória.

Plenário de militantes da freguesia de **Arroios:** sábado, 2,  
15h, CT Vitória.

Reunião do **Sector da Cultura Literária** do S.Int. da  
ORL: quinta-feira, 7, às 18h30, no CT Vitória

**Debate do PCP sobre o Alto do Lumiar:** sábado, 2, às  
15h30, na Escola Pintor Almada Negreiros (na Charneca),  
com a presença de **Manuel Figueiredo**, vereador, e eleitos  
nas juntas de Freguesia de Ameixoeira, Charneca e Lumiar

**Marvila** - Reunião alargada para discussão do programa  
eleitoral da Freguesia: quarta-feira, 6, às 20h30, na Com.  
Moradores da Zona I de Chelas.

**S. Vicente de Fora** - Plenário de militantes sobre a  
situação política e as eleições autárquicas, com a  
participação de **Joaquim Dias:** sexta-feira, 1, 21h30,  
CT da Graça.

**S. Vicente de Fora** - Plenário de militantes sobre a  
situação política e as eleições autárquicas, com a  
participação de **Joaquim Dias:** sexta-feira, 1, 21h30,  
CT da Graça.

**S. Vicente de Fora** - Plenário de militantes sobre a  
situação política e as eleições autárquicas, com a  
participação de **Joaquim Dias:** sexta-feira, 1, 21h30,  
CT da Graça.

## LOURES

**Portela** - Sessão comemorativa do aniversário do  
PCP, com entrega de novos cartões: dia 2 às 17h, com a  
participação de **Adão Barata**.

## OEIRAS

**Carnaxide** - Almoço-convívio seguido de debate  
sobre a situação política: dia 3 às 13h, no CT de Carnaxide.

## SANTARÉM

**Couço** - Plenário de militantes sobre as próximas  
eleições autárquicas, com a participação de **Lúcia Araújo:**  
dia 2 às 15h30, no Centro de Trabalho.

## SINTRA

**Reunião concelhia** sobre a situação política e social no  
Concelho e a organização dos comunistas nas  
**empresas/desenvolvimento da luta em defesa dos direitos  
dos trabalhadores:** dia 5 às 21h, no CT do Cacém, com a  
participação de **Rosa Rabiais**.



## II Assembleia da Organização da JCP na Amadora

Dia 2 às 14h30  
no Centro de Trabalho da Amadora

**SANTIAGO DO ESCOURAL**  
Festa da Juventude - Dias 2 e 3 de Junho  
Jogos, animação musical.

## SEIXAL

Convívio JCP Seixal-Célula da Indelma  
Espaço Jovem no CT do PCP de Arrentela

## ÉVORA

Debate-convívio sob o tema  
«Juventude na Cidade»

## Carlos Carvalhas na Suíça

No próximo fim-de-semana, o Secretário-geral do PCP desloca-se à Suíça, onde cumprirá um programa de contactos com a comunidade emigrante e organizações do PCP na Suíça.

Em Genève, no dia 2, Carlos Carvalhas é recebido e almoça na Casa do Sporting Clube de Genève. Durante a tarde participa no programa «Hora Lusitana» da Radio Cité, estará às 15h no Café Pessoa, numa iniciativa com o título «A conversa com Carlos Carvalhas» e visita em seguida a Associação Democrática dos Trabalhadores Portugueses.

A partir das 20h, em Lausanne, estará presente num jantar-convívio na Associação Portuguesa de Lausanne, passando às 22h30 pela Festa da Associação Yverdon, em Yverdon les Bains.

No domingo, dia 3, Carlos Carvalhas participa a partir das 11h30 na festa-convívio promovida pela ODN da Suíça do PCP no Espaço Valeys-sous-Rances (perto de Orbe), onde intervirá cerca das 14 horas

Além da iniciativa acima referida e das sessões de apresentação de candidatos da CDU em destaque nesta página, assinala-se ainda na agenda do secretário-geral do PCP:

- a participação na reunião da Comissão Política do CC do PCP que na próxima segunda-feira terá lugar no Centro de Trabalho da Boavista (alargada a partir das 14 e 30 a eleitos e candidatos municipais do PCP na Área Metropolitana do Porto) e também na Conferência de Imprensa que se seguirá;

- uma visita a Ourém, com passagens no Centro Histórico e na Sociedade Filarmónica Ouriense e, às 18h, a sua presença na inauguração da sede da CDU em Ourém.

### Convívios na Atalaia

Sábado, dia 2

na Adegua da Quinta  
Almoço - Para a campanha  
dos 250 mil contos

(Inscrições: camaradas Isabel ou  
Anacleto, CT da Rua Soeiro Pereira  
Gomes, tel. 217813800)

Domingo, dia 3

Da célula da Lisnave/Gestnave,  
com os actuais e ex-trabalhadores da  
empresa (Inscrições: tel. 212157378)

Domingo, dia 3

Da Organização da Freguesia  
do Alto Seixalinho (Barreiro)  
Almoço

Sábado, dia 9

Almoço - Da célula da Tabaqueira  
(Inscrições: Mário Rui, tel. 917885844 e  
Custódio, tel. 919633201)

### Setúbal

Passeio ao Alentejo  
Escoural-Monsaraz-Évora  
Domingo, dia 3 de Junho  
(inscrições no CT de Setúbal)

### Excursão a Peniche

Visita ao Forte conduzida  
por Dias Lourenço

Salda do Laranjeiro às 9h,  
junto ao Café Oásis  
Dia 3 de Junho



## CDU apresenta candidatos

## FAFE

Apresentação dos cabeças de lista da CDU à CM e AM,  
com a participação de Carlos Carvalhas  
Jantar no Restaurante D. João - Quinta-feira, 31, às 20h30,

## BENAVENTE

Apresentação dos cabeças de lista da CDU aos órgãos autárquicos,  
com a participação de Carlos Carvalhas  
Terça-feira, 5, às 21h30, no Restaurante Miradouro

## SINTRA

Apresentação dos cabeças de lista da CDU à CM e AM,  
com a participação de Carlos Carvalhas  
Na Galeria Real (R. Tude de Sousa, 9, S. Pedro de Sintra) - Quarta-feira, 6, às 18h30

## ALJUSTREL

Apresentação dos candidatos CDU à Câmara e Assembleia Municipal  
Domingo, 3, às 17h, no Salão da Música e dos Bombeiros,  
com a participação de Vítor Dias

## ALPIARÇA

Apresentação dos candidatos CDU à CM, AM e A. Freguesia  
Domingo, 3, às 18h, no Salão da Música e dos Bombeiros,  
com a participação de Jerónimo de Sousa

## ALCOCHETE

Apresentação dos cabeças de lista CDU aos órgãos autárquicos  
Jantar no Centro Náutico, Alfoz - Domingo, 3, às 20h

## MORA

Apresentação dos candidatos CDU à CM, AM e A. Freguesia  
Jantar no Restaurante Quinta de S. António - Sábado, 2, às 20h,  
com a participação de Jorge Cordeiro

## OEIRAS

Apresentação dos candidatos CDU à Câmara e Assembleia Municipal  
Terça-feira, 5, às 18h30, no Auditório Municipal Amélia Rey Colaço  
(antigo «1.º Acto»), em Algés com a participação de José Casanova

## TOMAR

Apresentação do candidato da CDU à Câmara Municipal, Manuel Godinho  
Jantar no Restaurante Familiar, Calçadas - Sábado, 2, às 20h,  
com a participação de Domingos Abrantes e André Martins

## TROFA

Apresentação dos candidatos CDU à Câmara e Assembleia Municipal  
Terça-feira, 5, às 11h, em «O Pátio» (R. Conde de S. Bento)  
com a participação de Agostinho Lopes

AMADORA - Encerramento do Fórum Amadora, promovido pela CDU/Amadora: dia 1 às 20h30, no Auditório Municipal. Apresentação pública dos candidatos CDU às presidências das JF de Buraca - António Ferreira: no Salão da Junta de Freguesia, dia 3 às 16h, com a participação de António Filipe.  
Venteira - António Nunes: Recreios da Amadora, dia 4 às 19h  
Visita dos candidatos CDU ao Bairro da Lage, na Falagueira: dia 3.  
BARRANCOS - Encontro concelhio da CDU: dia 8 às 21h, no Centro Cultural.  
CORUCHE - CDU Presta Contas com a participação de eleitos: em Arriça (dia 1 às 21h, na Sociedade Recreativa) e em Malhada Alta (dia 2 às 21h, na Esc. Primária)  
ENTRONCAMENTO - «Urbanismo. Meio ambiente. Qualidade de Vida» - debate promovido pela CDU, da série «Debates 2001»: hoje, quinta-feira, às 21h30, com a participação de Daniel Branco e de eleitos locais.  
LISBOA - Lumiar - Urbanismo e qualidade de vida é tema do debate a realizar dia 7 às 21h30 na Esc. Básica 2+3 de Telheiras, com o vereador Manuel Figueiredo, arq. Filipe Dimis, deputada Isabel Castro.  
LOURES - Plenário de activistas da CDU da Freguesia de Loures: dia 1, 21h, no Centro de Trabalho do PCP.  
Santa Iria de Azóia - Sessão-debate sobre o Euro no Centro de Dia da Terceira Idade, com a presença de Mário Rui Pina: dia 6 às 14h30  
MOITA - Debate público sobre questões autárquicas: dia 2 às 21h30, na Esc. Primária de Chão Duro, com a participação de João Almeida, Cristina Campante e Valdemar Santos.  
ODIVELAS - Noite de Fados CDU no Jardim do Bairro Mário Madeira: sábado, 2, às 21h30.  
SALVATERRA DE MAGOS - Visita de candidatos à Freguesia de Foros de Salvaterra, seguida de reunião com eleitos e activistas: dia 3 às 10h30.  
SINTRA - Belas - Encontro CDU sobre os problemas da freguesia, programa eleitoral trabalho eleitoral: dia 2 no Salão da Junta de Freguesia, às 15h.  
Mem Martins-Algueirão - Debate sobre «Ambiente e Património»: nos Bombeiros Voluntários, dia 1 às 21h30.  
S. Marcos - Visita CDU a esta nova freguesia, com a participação do vereador Batista Alves e de outros eleitos: concentração às 10h, junto ao «Pingo Doce»  
TORRES VEDRAS - Visita CDU à Freguesia de Runa: domingo, 3.  
Debate público sobre questões autárquicas: no Auditório Municipal, terça-feira, 5, às 21h30  
VILA FRANCA DE XIRA - Póvoa de Sta. Iria - Debate público sobre Planeamento Urbanístico: hoje, dia 31, às 21h, no Grupo Dramático Povoense. S. João dos Montes - Encontro de eleitos CDU com a população de Trancoso: dia 3 às 10h.

### No Salão do Nicola, Barreiro

Sábado, 2

Almoço da Célula dos Trabalhadores  
da Autarquia do Barreiro com a participação  
de Carlos Maurício, candidato CDU à CM

### 3.º Almoço-convívio da Célula dos Reformados do PCP de Montemor-o-Novo

Sábado, 2, no Parque de Exposições, Mercados e Feiras  
Convidado: Abílio Fernandes, presidente da CM de Évora  
(Inscrições até 30 de Maio no CT do PCP)

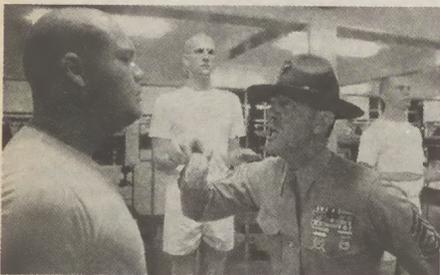
ATVer

Em Busca do Ouro Perdido é uma paródia ao western que homenageia e explora a figura de Jack Palance, com a respeitável assinatura de Billy Crystal



Nascido Para Matar - Full Metal Jacket

Especulou-se na altura da estreia - 1987 - que Stanley Kubrick, com este Nascido Para Matar, teria pretendido deixar a sua marca na galeria das obras cinematográficas que trataram a guerra do Vietnam...



Nascido Para Matar, de Stanley Kubrick, onde o Vietnam é palco de um poderoso libelo contra a guerra em geral e a guerra imperialista em particular

ket (literalmente, «Bala Perfurante»), Kubrick aborda e arrasa pela terceira (e última) vez na sua obra a guerra e a instituição militar.

O Príncipe Valente

O «Príncipe Valente» é um herói de banda desenhada criado por Harold Foster, tendo por universo o mítico Reino de Camelot...



Hiroxima Meu Amor, primeira longa-metragem de Alain Resnais, é, simplesmente, uma obra-prima

Em Busca do Ouro Perdido

Sendo uma seqüela de um sucesso anterior (City Slickers), esta paródia ao western volta a explorar a figura de Jack Palance...

Dois Rabugentos em Viagem

Aqui está outra seqüela, explorando o sucesso de uma parolha de comediantes com longas provas dadas (Jack Lemmon e Walter Matthau) agora na pele de dois velhos não apenas enérgicos...

Hiroxima Meu Amor

Com argumento de Marguerite Duras e realizado por Alain Resnais em 1958/59 (sendo a sua primeira longa-metragem), Hiroxima Meu Amor causou grande polémica na estreia...

Amor causou grande polémica na estreia ao ser recusado pelos organizadores do Festival de Cannes, que temiam «desagradar» aos EUA...

Uma Questão de Honra

Eis um inteligente «filme de tribunal» que Hollywood tão bem sabe tratar, mas desta vez colocando a intriga em plena instituição militar...

Quinta, 31

- 07.30 Infantil/Juvenil 09.30 Praça da Alegria 12.25 Regiões 13.00 Jornal da Tarde...

Sexta, 1

- 07.00 Infantil/Juvenil 09.30 Praça da Alegria 12.25 Regiões 13.00 Jornal da Tarde...

Sábado, 2

- 07.00 Infantil/Juvenil 13.00 Jornal da Tarde 14.00 Campeonato do Mundo de Futebol...



Futebol: esta semana dois jogos de qualificação para o Campeonato do Mundo na RTP1

- 07.00 Hora Viva 09.45 Espaço Infantil-Juvenil 12.10 Euronews 12.30 Documentário...

- 01.25 «O Príncipe Valente» de Anthony Hickox...

- 08.00 Buêrére 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.10 A Próxima Vítima...

- 08.30 Tiro e Queda 09.30 Animação 12.15 Mulheres de A a Zé...



«Esquadra de Polícia» a portuguesa

- 19.15 Mulheres de A a Zé 20.00 Jornal Nacional 21.00 Olhos de Água...



«Benny Hill» outra vez!

- 07.00 Euronews 09.00 Universidade Aberta 12.00 Iniciativa 14.00 Parlamento...

- 07.00 Zip Zap 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal...

- 07.00 Zip Zap 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal...

- 08.00 Animação 11.15 Top Rock 12.00 Mulheres de A a Zé...

Domingo, 3

- 07.00 Infantil/Juvenil 13.00 Jornal da Tarde 14.00 Made in Portugal...



«Benny Hill» outra vez!

- 07.00 Euronews 09.00 Programa Religioso 10.30 Missa 11.15 Horizontes da Memória...

- 07.00 Zip Zap 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal...

- 08.30 Animação 10.00 Cerimónias Religiosas 13.00 TVI Jornal...

- 08.30 Animação 10.00 Cerimónias Religiosas 13.00 TVI Jornal...

- 08.30 Animação 10.00 Cerimónias Religiosas 13.00 TVI Jornal...

Segunda, 4

- 07.30 Infantil/Juvenil 09.30 Praça da Alegria 12.25 Regiões...

- 07.00 Hora Viva 09.45 Espaço Infantil-Juvenil 12.10 Euronews...

- 08.00 Buêrére 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal...

- 08.30 Tiro e Queda 09.30 Animação 12.15 Mulheres de A a Zé...

- 07.00 Zip Zap 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal...

- 08.30 Animação 10.00 Cerimónias Religiosas 13.00 TVI Jornal...

- 08.30 Animação 10.00 Cerimónias Religiosas 13.00 TVI Jornal...

- 08.30 Animação 10.00 Cerimónias Religiosas 13.00 TVI Jornal...

Terça, 5

- 07.00 Infantil/Juvenil 09.30 Praça da Alegria 12.25 Regiões...

- 07.00 Hora Viva 09.45 Espaço Infantil-Juvenil 12.10 Euronews...

- 08.00 Buêrére 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal...

- 08.30 Tiro e Queda 09.30 Animação 12.15 Mulheres de A a Zé...

- 07.00 Zip Zap 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal...

- 08.30 Animação 10.00 Cerimónias Religiosas 13.00 TVI Jornal...

- 08.30 Animação 10.00 Cerimónias Religiosas 13.00 TVI Jornal...

- 08.30 Animação 10.00 Cerimónias Religiosas 13.00 TVI Jornal...

Quarta, 6

- 07.00 Infantil/Juvenil 09.30 Praça da Alegria 12.25 Regiões...

- 07.00 Hora Viva 09.45 Espaço Infantil-Juvenil 12.10 Euronews...

- 08.00 Buêrére 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal...

- 08.30 Animação 11.00 Tiro e Queda 12.15 112...

- 07.00 Zip Zap 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal...

- 08.30 Animação 10.00 Cerimónias Religiosas 13.00 TVI Jornal...

- 08.30 Animação 10.00 Cerimónias Religiosas 13.00 TVI Jornal...

- 08.30 Animação 10.00 Cerimónias Religiosas 13.00 TVI Jornal...

TVisto Correia da Fonseca

Depois do abalo

Os quatro convidados no estúdio, péssedacões eram dois: Francisco Pinto Balsemão e Marques Guedes. Bem sei que o primeiro não estava ali pela filiação política...



Martins e Luís Carlos Silva, ali na qualidade de presidente da RTP. Estavam ali os quatro para falarem acerca do ligeiro abalo telúrico que recentemente percorreu os media...

O objecto do negócio

Proseguindo no que vinha a contar, direi que não é preciso referir circunstanciadamente o que cada qual ali disse, bastará assinalar que as duas vezes conatáveis com a direita...

Fernando Lanhas no Artes e Letras de domingo, «ponte» para a Retrospectiva patente em Serralves e Gondomar



Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

## A talhe de foice

• Anabela Fino

### A factura

A Comissão Europeia divulgou segunda-feira um relatório sobre a escolaridade obrigatória nos quinze países membros. Portugal, como já é hábito nos mais variados domínios, ocupa o mais baixo nível de qualificação em toda a União Europeia. Segundo os dados divulgados, 46 por cento dos jovens portugueses (51 por cento do sexo masculino e 40 por cento do sexo feminino) abandonam precocemente a escola. No que respeita ao secundário o panorama não é melhor: apenas 35 por cento dos estudantes chega até ao fim, quando a média europeia é de 71 por cento. Cabe dizer que não estamos propriamente perante uma novidade. Ainda na edição do Avante! da semana passada o nosso colaborador Eugénio Rosa denunciava os efeitos da famosa paixão de Guterres pela educação. Analisando os dados oficiais, verificava-se que nos 5 primeiros anos de governo PS, a taxa de escolarização em Portugal, em vez de aumentar, diminuiu, e significativamente. A taxa global passou de 60,8 para 53,9 por cento, ou seja, baixou 11,3 por cento (6,9 pontos percentuais). Estes dados referem-se aos grupos etários básicos em que assenta toda a escolarização da população portuguesa, que são as idades compreendidas entre o 6 anos e os 29 anos. Não estamos pois, ao contrário do que alguns analistas procuram fazer crer, a sofrer as consequências da crónica falta de escolaridade reinante durante o fascismo, que afetou gerações inteiras de portugueses e cujo reflexo ainda hoje se faz sentir, em termos globais, na média nacional. Estamos, isso sim, ao reportarmo-nos à faixa etária entre os 6 e os 29 anos, a sofrer as consequências de uma política demagógica, que se esgota nos anúncios pomposos e nas promessas de circunstância, e cuja tradução prática é um país de analfabetos funcionais. Cada vez mais longe dos nossos parceiros europeus - há muito tempo que a Grécia deixou de ser o triste consolo dos portugueses no fim do pelotão, como uma vez mais se verifica a ultrapassar, com uma taxa de 18 por cento de abandono escolar, países como o Reino Unido, a Irlanda ou o Luxemburgo - Portugal afirma-se, fruto das políticas de direita seguidas pelos sucessivos governos, como um país onde a falta de qualificação serve os interesses espúrios de uma elite tacanha, ainda que letrada. O silêncio pesado com que o Governo acolhe a revelação de dados deste tipo é esclarecedor. Guterres deixou-se de paixões e casou-se, descobriu a internet e navega no ciberespaço do paraíso rosa, tão longe da realidade que só desce à terra para calar as vozes incómodas do PS ou fazer campanha eleitoral. O ministro da Educação talvez exista, mas não se sabe para quê. Da reforma educativa houve-se falar de tempos a tempos, quando as cobaias que são os estudantes saem à rua em protestos que S. Bento faz por ignorar, à espera que a revolta passe e o abandono escolar acalme os ânimos. Dizer que é criminosa esta política é dizer pouco. O futuro do País está empenhado e não será com governantes destes que vamos conseguir tirá-lo do prego. É preciso mudar e depressa, que o rei vai nu mas quem paga a factura são os portugueses.

PCP apresenta contas de 2000 no Tribunal Constitucional

## Equilíbrio entre receitas e despesas

As contas do PCP do ano passado foram apresentadas ao Tribunal Constitucional anteontem, destacando-se um claro equilíbrio entre as receitas e as despesas. De sublinhar que mais de 90 por cento são receitas próprias.

Cumprindo a legislação aplicável e o Plano Oficial de Contabilidade, o PCP apresentou as contas do ano 2000, anteontem ao Tribunal Constitucional.

As contas integram os resultados do ano, o inventário anual do património do Partido quanto a bens móveis e imóveis, a lista discriminada do património imobiliário de sua propriedade, a decla-

ração de que o PCP não recebeu quaisquer donativos de pessoas colectivas e o parecer da sua Comissão Central de Controlo.

Mantendo o critério desde sempre adoptado, as contas apresentadas são consolidadas e globais, representativas do conjunto das organizações do Partido e não apenas da sua estrutura central, apesar de as alterações

legislativas permitirem o contrário.

As contas apresentadas confirmam que o financiamento do PCP assenta fundamentalmente na obtenção de receitas próprias, que são 91,19 por cento, constituindo as subvenções do Estado somente 8,81 por cento.

As contas agora apresentadas relevam uma receita de 1 640 192 469\$90 e uma despesa de 1 637 658 486\$90, com um saldo positivo de 2 533 983\$00.

**Esforço**

A Comissão Administrativa e Financeira do PCP refere que os resultados globais obtidos no ano passado mostram claramente um equilíbrio entre receitas e despesas. «Este equilíbrio deve-se essencialmente ao persistente e quotidiano esforço realizado pelas organizações e militantes do Partido e à realização de uma criteriosa gestão efectuada na administração do património do Partido com vista à obtenção dos meios materiais necessários à intensa e diversificada actividade política», declara.

A Comissão Central de Controlo do PCP, reunida na quinta-feira, considera que as contas relativas ao ano passado estão de acordo com as disposições legais aplicáveis, sublinhando que foi feito «um apreciável esforço de aperfeiçoamento e rigor».

Aquele organismo salienta ainda o facto de o financiamento da actividade do Partido ter assentado essencialmente no esforço de obtenção de receitas próprias, «para o que contribui de maneira relevante o cumprimento do princípio ético-político de os eleitos comunistas em cargos públicos não serem beneficiados nem prejudicados financeiramente pelo exercício desses seus cargos».

Proveitos e ganhos		
Quotização e cont. filiados PCP	288.302.885,5	17,58%
Contribuições de representantes eleitos do PCP	420.845.089,0	25,66%
Donativos de pessoas singulares	4.505.759,0	0,27%
Subvenções do Estado	144.420.491,0	8,81%
Produto de act. de angariação de fundos	538.692.573,4	32,84%
Proveitos de propriedade intelectual	8.566.074,0	0,52%
Proveitos e ganhos financeiros	50.878.395,9	3,10%
Proveitos e ganhos extraordinários	183.981.202,1	11,22%
<b>Total de proveitos e ganhos</b>	<b>1.640.192.469,9</b>	<b>100,00%</b>
Custos e perdas		
Fornecimentos e serviços externos	537.126.543,6	32,80%
Impostos	4.428.672,0	0,27%
Custos c/pessoal	939.335.091,0	57,36%
Outros custos operacionais	47.294.316,1	2,89%
Amortizações exercício	46.017.460,3	2,81%
Custos e perdas financeiras	3.123.571,2	0,19%
Custos e perdas extraordinárias	60.332.832,7	3,68%
<b>Total de custos e perdas</b>	<b>1.637.658.486,9</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total proveitos e ganhos</b>	<b>1.640.192.469,9</b>	
<b>Total custos e perdas</b>	<b>1.637.658.486,9</b>	
<b>Resultados líquidos</b>	<b>2.533.983,0</b>	

## Três dias de confrontos na Inglaterra

Os confrontos raciais em Oldham, Reino Unido, prosseguiram na madrugada de anteontem, opondo jovens brancos e asiáticos com origem no Bangladesh e no Paquistão. Até ao fecho da nossa edição, 37 pessoas tinham sido detidas pela polí-

cia e contabilizavam-se cerca de 30 feridos.

O conflito iniciou-se quando, na noite de sábado, um grupo de jovens brancos, presumivelmente militantes de extrema-direita, lançaram tijolos contra várias habitações de asiáticos no centro de Old-

ham, centro industrial perto de Manchester, que já foi um dos mais prósperos núcleos do sector algodoeiro e têxtil.

Os jovens asiáticos ripostaram com pedras, tijolos e *cocktails molotov*, afirmando não tolerar os abusos racistas e protestando contra a falta de

protecção das forças de segurança.

Entretanto, o Partido Liberal Democrata acusou o Partido Conservador de incentivar a tensão racial com as suas posições e discurso em relação à imigração. «Devemos ter cuidado com a nossa linguagem. Não ajuda e em alguns casos pode incitar a população a pensar que pode actuar face aos problemas com uma linguagem, atitude e comportamentos intolerantes», afirmou Simon Hughes.

«Os *tories* falseiam e exageram os problemas relacionados com asilo e imigração. A desinformação gera intolerância e incita as pessoas irresponsáveis a fazer justiça pelas próprias mãos», acrescentou.

O nível de desemprego entre as famílias do Paquistão e do Bangladesh é de 38 por cento, cinco vezes mais que os seus vizinhos brancos.



## PCP reúne-se com deputados cubanos

O PCP recebeu ontem uma delegação parlamentar de Cuba, no quadro das relações dos grupos parlamentares de amizade Portugal/Cuba, que se encontram no nosso país a convite de Almeida Santos, presidente da Assembleia da República.

A delegação é composta por Jorge Rodriguez Perez e Pura Concepcion Avilez Cruz. O PCP foi representado pelo secretário-geral Carlos Carvalhas, por Lino de Carvalho, deputado e presidente do grupo de trabalho, e Manuela Bernardino, da Comissão Central de Controlo.

